

**LOGOS UNIVERSITY INTERNATIONAL
DEPARTAMENTO PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO**

CLEBER JOSÉ CHAVES DE CARVALHO JERÔNIMO

**COMO SE DEU A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO REMOTO NO MUNICÍPIO DE ILHABEA
– SP: ECOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

MIAMI, FLÓRIDA

2022

CLEBER JOSÉ CHAVES DE CARVALHO JERÔNIMO

**COMO SE DEU IMPLANTAÇÃO DO ENSINO REMOTO NO MUNICÍPIO DE ILHABELA
– SP: ECOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Logos University International como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador Profa. Dra. Ana Maria Marques Palagi

MIAMI, FLÓRIDA

2022

Cleber José Chaves de Carvalho Jerônimo
**Como se deu a implantação do Ensino Remoto no município de Ilhabela – SP:
Ecos da pandemia na Educação Básica**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Ana Maria Marques Palagi – Presidente da banca examinadora
Logos University International – LUI
Secretaria Estadual de Educação do Paraná

Profa. Dra. Gabriela Maffei Moreira Malagoli
Estácio de Sá – Ribeirão Preto/SP

Profa. Dra. Lisiane Weber Moreira
Logos University International – LUI
Secretaria Estadual de Educação da Bahia

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Educação.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Profa. Dra. Ana Maria Marques Palagi
Orientadora

Miami, 2022

DEDICATÓRIA

Para meu filho Guilherme do Santos Chaves que me motiva a melhorar a cada dia como ser humano. Para Marcel Antônio dos Santos, meu marido e companheiro de todas as horas e por sempre acreditar em minha capacidade.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Professora Dra. Ana Maria Marques Palagi, pelos conselhos e por guiar meus passos no caminho do conhecimento;

À Unilogos, a todos os professores e coordenadores;

À minha família pela compreensão e apoio em todos os momentos;

Aos meus colegas de trabalho que deram sábios pitacos na minha pesquisa, à minha colega de trabalho e ex-professora de Literatura Professora Dra. Eliane de Alcântara Teixeira e sobretudo ao meu Coordenador Professor Me. Vitor Honório Fortes da E.M Prof. Dra. Ruth Correia Leite Cardoso - Ilhabela – SP;

À Secretaria Municipal de Educação de Ilhabela - SP, na pessoa da Psicóloga Dionete Duarte e da Professora Lídia Sarmiento, Secretária Adjunta de Educação e Secretária Municipal de Educação e demais funcionários, que me atenderam com carinho e presteza;

Aos meus alunos, aos que são aos que foram e aos que serão por despertarem e conservarem em mim o prazer em ser professor.

Muito obrigado!

RESUMO

Esta dissertação com título: Como se deu a implantação do Ensino Remoto no município de Ilhabela – SP: Ecos da Pandemia na Educação Básica, tem como problema de pesquisa a investigação e o registro de como se deu a implantação do Ensino Remoto no município de Ilhabela - SP mediante a análise dos documentos oficiais do município de Ilhabela - SP resultando num registro de pesquisa de caráter histórico para consultas posteriores. A partir deste problema apresentado, alguns conceitos precisaram ser definidos, tais como: o que é educação? Como foi entendido o ensino híbrido em tempos de pandemia? Qual a diferença entre educação à distância e o ensino remoto? Bem como uma breve passagem sobre Formação de professores frente às tecnologias. O objetivo geral está vinculado a apresentar a estrutura de implantação do Ensino Remoto no Ensino Fundamental II da Educação Básica no Município de Ilhabela - SP em face da Pandemia de Covid-19. Com relação à abordagem trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória. A metodologia adotada é uma pesquisa bibliográfica e documental se valendo de documentos produzidos pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Ilhabela - SP, pelo Governo do Estado de São Paulo, pelo MEC, boletins epidemiológicos do Governo do Estado de São Paulo e do Município de São Paulo, nota técnica, relatórios, leis, revistas, dados do IBGE e demais documentos oficiais. Os conceitos de Educação são alicerçados nos estudos de Brandão (1982), Silva (1986), Morin (2002), Marques; Oliveira (2016), Spohr (2006), Lima (2003), Saviani (2008), Schmidt (2020), Barreto; Rocha (2020), Moran (2013), Freire (1991). Os conceitos de Ensino híbrido se solidificam nos estudos de Moreira; Horta (2020), Bacich; Tanzi Neto; Trevisani (2015); Horn; Staker (2015); Garrison e Vaughan (2008), Silva; Ribeirinha (2020), Rocha (2021). Os fundamentos de Educação à distância e Ensino Remoto (ER) foram trazidos por Fernandes; Isidoro; Moreira (2020), Ribeiro (2017), Ribeiro e Caetano (2014), Behar (2020), Fernandes; Isidoro; Moreira (2020), Santos (2020), Casatti (2020), Martins; Almeida (2020) e a Formação de professores frente às tecnologias, Libâneo (2018), Bannel *et al.* (2016), Santiago; Batista Netto (2011), Almeida (2004), Avancini; Conte; Gouveia (2011), Freire (1991), Freire; Shor (1986). A pesquisa levantou e descreveu a documentação produzida pelo município de Ilhabela - SP, bem como a documentação relacionada ao objeto de estudo. A pesquisa alcança seu objetivo ao descrever a documentação produzida pelo Município de Ilhabela sobre como se deu a implantação do ensino remoto no município de Ilhabela - SP em tempos de pandemia de Covid-19. O resultado da pesquisa oferece um registro histórico sobre o momento da implantação do ensino remoto em face à pandemia de Covid-19 no município estudado.

Palavras-chave: Educação Básica. Pandemia. Ensino Híbrido. Educação a Distância (EaD). Ensino Remoto (ER). Ilhabela -SP.

ABSTRACT

This dissertation entitled *Echoes of the Pandemic in Basic Education: how was the implementation of Remote Education in the municipality of Ilhabela - SP*, has as a research problem the investigation and record of how was the implementation of Remote Education in the municipality of Ilhabela - SP through the analysis of official documents of the municipality of Ilhabela - SP, resulting in a research record of a historical nature for later consultation. From this problem presented, some concepts needed to be defined, such as: what is education? How was blended learning understood in times of pandemic? What is the difference between distance education and remote learning? As well as a brief passage on Teacher training in use of technologies. The general objective is linked to presenting the policies for the implementation of Remote Education in Elementary School II of Basic Education in the Municipality of Ilhabela - SP in front of the Covid-19 Pandemic. Regarding the approach, it is a qualitative exploratory research. The methodology adopted is a bibliographic and documentary research using documents produced by the Municipal Education Secretariat of the Municipality of Ilhabela - SP, the Government of the State of São Paulo, the MEC (Ministry of Education and Culture), epidemiological bulletins of the Government of the State of São Paulo and the Municipality of São Paulo, technical note, reports, laws, magazines, IBGE data and other official documents. The concepts of Education are based on studies by Brandão (1982), Silva (1986), Morin (2002), Marques; Oliveira (2016), Spohr (2006), Lima (2003), Saviani (2008), Schmidt (2020), Barreto; Rocha (2020), Moran (2013), Freire (1991). The concepts of blended learning solidify in Moreira's studies; Horta (2020), Bacich; Tanzi Neto; Trevisani (2015); Horn; Staker (2015); Garrison and Vaughan (2008), Silva; Ribeirinha (2020), Rocha (2021). The fundamentals of Distance Education and Remote Learning (ER) were brought by Fernandes; Isidore; Moreira (2020), Ribeiro (2017), Ribeiro and Caetano (2014), Behar (2020), Fernandes; Isidore; Moreira (2020), Santos (2020), Casatti (2020), Martins; Almeida (2020) and Teacher training in use of technologies, Libâneo (2018), Bannel et al. (2016), Santiago; Batista Netto (2011), Almeida (2004), Avancini; Count; Gouveia (2011), Freire (1991), Freire; Shor (1986). The research raised and described the documentation produced by the municipality of Ilhabela - SP, as well as the documentation related to the object of study. The research achieves its objective by faithfully describing the documentation produced by the Municipality of Ilhabela on how remote teaching was implemented in the municipality of Ilhabela - SP in times of the Covid-19 pandemic. The research result offers a historical record about the moment of the implantation of remote teaching towards Covid-19 pandemic in the studied municipality.

Keywords: Elementary education. Pandemic. Blended learning. Remote Learning. Distance learning. Ilhabela -SP.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Evolução da Pandemia de Covid-19 no mundo até 08 mar. 2020.....	34
FIGURA 02 - Novo Coronavírus (COVID-19) - Situação Epidemiológica de 31/12/2020.	34
FIGURA 03 - Novo Coronavírus (COVID-19) - Situação Epidemiológica de 20/11/2021.	35
FIGURA 04 - Boletim diário Covid-19 nº 280 de 31/12/2021.....	37
FIGURA 05 - Boletim diário Covid-19 nº 280 de 31/12/2021.....	37
FIGURA 06 - Mapa do Arquipélago de Ilhabela	40
FIGURA 07 - Divisão territorial de Ilhabela.....	41
FIGURA 08 - <i>Ferry Boat</i> Ilhabela	42
FIGURA 09 - Balsa Travessia Ilhabela - São Sebastião	42
FIGURA 10 - Escolas da rede de ensino de Ilhabela - SP 2020.....	43
FIGURA 11 - Matrículas na rede de ensino de Ilhabela SP - 2020	45
FIGURA 12 - Docentes da rede de ensino de Ilhabela - SP 2020.....	46
FIGURA 13 – Calendário letivo 2020	56
FIGURA 14 - Consulta de formação de Classes 2020 - Comunidades tradicionais - Fundamental I	61
FIGURA 15 - Consulta de formação de Classes 2020 - Comunidades tradicionais - Fundamental II	61
FIGURA 16 - Sede PEII Barra Velha.....	63
FIGURA 17 - Sede PEII Ilhabela - Piscina Semi olímpica	63
FIGURA 18 - Sala de recursos multifuncionais - E.M. Prof. Dra. Ruth Correia Leite Cardoso - Ilhabela -SP.	71
FIGURA 19 - Centro de apoio pedagógico de Ilhabela - CAPI.....	72
FIGURA 20 - Escola de Vela Lars Grael - Fachada do prédio.	73
FIGURA 21 - Escola de Vela Lars Grael - Embarcações Monotipo	73
FIGURA 22 - Equipamentos - Sala de atendimento APAE de Ilhabela.....	77
FIGURA 23 - Equoterapia na APAE de Ilhabela	77
FIGURA 24 - Centro de reabilitação com piscina acessível e aquecida	78
FIGURA 25 - Fundação Arte e Cultura de Ilhabela - Fundaci	79
FIGURA 26 - Banda Marcial de Ilhabela - BAMIF	80
FIGURA 27 - Orquestra Jovem de Ilhabela em comemoração ao Dia dos Pais	80
FIGURA 28 - ESPAÇO VILA II (CENTRO)	81

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 JUSTIFICATIVA	11
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivos Específicos	12
1.3 PROBLEMA DE PESQUISA	12
CAPÍTULO I	14
1. CONCEITOS NECESSÁRIOS À EDUCAÇÃO REMOTA, EDUCAÇÃO NA PANDEMIA.....	14
1.1 Educação, Ensino, Educação em tempos de pandemia	14
1.3 Educação a distância – EaD <i>versus</i> Ensino Remoto – ER	20
1.4 Formação de professores frente às tecnologias	24
CAPÍTULO II	28
2. METODOLOGIA DA PESQUISA	28
2.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	30
2.1.1 Contexto da Pesquisa	31
2.1.2 Sujeitos da Pesquisa.....	32
3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	33
3.1 Covid-19 – Pandemia causada pelo Coronavírus	33
3.2 Apresentando Ilhabela - SP e sua Rede de Ensino	39
3.3 COVID-19 e o Município de Ilhabela	48
3.4 A Organização Escolar em tempos de Pandemia.....	49
3.5. Apresentação e análise dos dados: a proposta de educação em tempo de pandemia no Município de Ilhabela.....	53
3.6. Estruturação do Ensino Remoto em Ilhabela - Ensino Regular	56
3.6.1 Atendimentos Educacional nas Comunidades Tradicionais	60
3.6.2 Polos de Educação Integral de Ilhabela – PEIIs.....	62
3.7 Estruturação do Ensino Remoto em Ilhabela - Educação de Jovens e Adultos – EJA.....	64
3.8 Comprovação das atividades escolares no período não presenciais.....	65
3.9 - Avaliação do processo de aprendizagem	68
3.10 - Estruturação da Rede de Apoio Educacional Existente no Município de Ilhabela	70
3.10.1. Atendimento Educacional Especializado – AEE.....	71
3.10.2 Centro de apoio pedagógico Inclusivo - CAPI	72
3.10.3 Escola de Vela Lar Grael.....	73
3.10.4 Projeto Ilhabela toda criança na escola – PITCE	74
3.10.5 Secretaria Municipal de Esportes.....	74
3.10.6 Conselho Tutelar	74
3.11. Convênios firmados com Entidades parceiras	76
3.11.1 Associação Barreiros.....	76
3.11.2 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ilhabela - APAE de Ilhabela	77
3.11.3 Fundação Arte e Cultura de Ilhabela – FUNDACI	79
CAPÍTULO IV	82
4. SÍNTESE DA ANÁLISE DOS DADOS	82
4.1. Primeiro procedimento de análise	82

4.2. Segundo procedimento de análise.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS.....	90
Anexo	96

1 INTRODUÇÃO

A Pandemia, causada pelo Coronavírus COVID-19, sem precedentes na história recente da humanidade, atingiu todo o globo terrestre no ano de 2020, perpassando 2021 e adentrando em 2022.

Até 30 de novembro de 2021, 260.867.011 (duzentos e sessenta milhões, oitocentos e sessenta e sete mil e onze) de pessoas haviam sido contaminadas e naquela data já totaliza 5.200.267 (cinco milhões, duzentas mil, duzentas e sessenta e sete) mortos em todo o mundo¹. Seu contágio se dá preliminarmente por vias respiratórias posto que ele, o Coronavírus se espalha no ambiente como *spray*, propiciando o contágio por meio do contato físico com superfícies e agravado pela proximidade entre as pessoas, o que afetou atividades onde as pessoas se aglomeravam mais, como por exemplo, os espaços escolares.

O mundo teve que se isolar e com ele todo o modelo de ensino vigente também foi atingido de forma significativa. As atividades habituais e rotinas escolares foram suspensas abruptamente e nas tentativas de retomadas a Educação teve que se reinventar.

Nessa seara encontra-se o *corpus* deste estudo que busca apresentar a trajetória da implantação do Ensino Remoto na Rede Municipal de Ilhabela - SP no ano letivo de 2020, frente às demandas causadas pelo COVID-19.

1.1 JUSTIFICATIVA

No mundo, diante do quadro da pandemia de Covid-19 as aulas presenciais foram paralisadas como forma de contenção à disseminação e contágio do Coronavírus.

A educação ofertada de forma regular, organizou-se em outras formas, denominadas – inicialmente de educação à distância, educação *online* e /ou educação remota. Nesta pesquisa, adotaremos o termo Ensino Remoto, o mesmo adotado pelo Ministério da Educação – MEC em 2021, para as atividades oferecidas fora do espaço

¹ SÃO PAULO. Sistema estadual de análise de dados. Novo Coronavírus (COVID-19) - Situação Epidemiológica - 30/11/2021. São Paulo, nov. 2021. Disponível em: http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-respiratoria/coronavirus/2021/novembro/coronavirus301121_situacao_epidemiologica.pdf. Acesso em: 01 dez. 2021.

escolar, e de educação simultânea, como afirma Borba, quando as atividades são ofertadas presencialmente físicas e ou remotas ao mesmo tempo².

A Educação como processo formativo de uma sociedade produtiva em tempos de pandemia, gerado pelo vírus Coronavírus COVID-19, fez com que todos os processos de ensino aprendizagem fossem replanejados e assim houve a inserção de novas práticas que exigem novas metodologias e recursos que, anteriormente, quando usados era de uma forma bastante tímida nas práticas pedagógicas, como o caso das tecnologias digitais na educação.

Faz-se pertinente este estudo, pois ele terá como seu escopo realizar o registro significativo da implantação do ensino remoto no Município de Ilhabela - SP; servirá de subsídio para futuras pesquisas sobre o tema, além da formação do pesquisador, que em sua maioria são educadores, justifica-se também na organização desta documentação neste momento ímpar das organizações escolares.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Apresentar as políticas de implantação do Ensino Remoto no Ensino Fundamental II da Educação Básica no Município de Ilhabela – SP, em face da Pandemia de Covid-19.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar evidências dos dados da Pandemia de Covid-19 no ano de 2020 e suas implicações na educação do município de Ilhabela - SP;
- Sistematizar a documentação legal da implantação do Ensino Remoto em Ilhabela - SP;
- Subsidiar futuros estudos a partir do registro da experiência educacional em período de pandemia no Município de Ilhabela – SP.

1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

Em meados de março de 2020, a pandemia de Coronavírus Covid-19 interrompeu a normalidade da vida conhecida até o momento; o comércio e serviços

² Disponível em: <https://www.unisinos.br/institutoinovacao/blog/a-sala-de-aula-simultanea/2020/12/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

não essenciais tiveram suas atividades suspensas e juntamente com eles, todo o Sistema Educacional em também o foi.

Nas semanas e meses que se seguiram, houve a necessidade de reiniciar o processo educacional a fim de evitar maiores danos pedagógicos aos alunos, a Educação como um todo, teve que se reinventar de modo a minimizar as eventuais perdas pedagógicas e ao mesmo tempo manter os protocolos sanitários, nesta seara, optou-se pelo Ensino Remoto.

Oriundo desse momento histórico resultou o problema de pesquisa ora investigado: Como se deu a implantação do Ensino Remoto no Município de Ilhabela – SP no ano letivo de 2020?

CAPÍTULO I

1. CONCEITOS NECESSÁRIOS À EDUCAÇÃO REMOTA, EDUCAÇÃO NA PANDEMIA

Neste capítulo serão reunidos os conceitos postulados por teóricos das áreas da educação bem como os de outras áreas do conhecimento que se fizerem necessários como o intuito de dirimir eventuais ecos ou distorções conceituais que facilitarão e direcionarão este trabalho. Para tanto será iniciado uma explanação sobre a Educação diferenciando-a de Ensino, na sequência os conceitos de Educação formal em tempos de pandemia serão abordados e após, serão abordados os conceitos de Ensino híbrido, passando pela Educação à distância e finalmente entrará no Ensino Remoto (ER) efetivamente aplicado no período de pandemia de Covid-19 em 2020.

1.1 Educação, Ensino, Educação em tempos de pandemia

A Educação é um conceito amplo que abarca vários campos do conhecimento, sejam eles do ser, do fazer e do saber fazer, todos se deparam com a Educação numa de suas vertentes ou modelos educacionais, nas palavras de Brandão (1982) temos que “não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o único praticante” (BRANDÃO, 1982, p.9).

Silva (1986, p. 20) faz um compilado sobre a educação que se mostra bastante pertinente, como segue:

A educação é um fenômeno complexo e pluridimensional. É parte integrante do conjunto de relações dos homens entre si, mediatizados pelo mundo (Freire). É uma atividade humana inserida na totalidade de uma organização social (Cury). Visa ao homem destina-se à promoção do homem (Saviani). Tem como espaço próprio o espaço de apropriação desapropriação reapropriação do saber (Saviani). Sempre expressa uma doutrina pedagógica, a qual implícita ou explicitamente se baseia em uma filosofia de vida, concepção de homem e sociedade (Freitag).

Desta forma, o conhecimento adquirido por meio da Educação torna-se parte intrínseca do próprio conhecedor, “o conhecimento do conhecimento, que comporta a integração do conhecedor em seu conhecimento, deve ser, para a educação, um princípio e uma necessidade permanentes”. (MORIN, 2002, p. 31).

De acordo com a LDB 9.394, em seu artigo 1º institui:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Recorremos a Marques; Oliveira (2016), para evidenciar a diferença entre educação e ensino quando afirmar que:

Existe entre ensino e educação uma diferença basilar. Enquanto que o primeiro se refere principalmente ao ensino de conteúdos e conhecimentos, o segundo possui contornos mais complexos, que envolvem aprendizagens curriculares, mas também valores e atitudes, que visam formar melhor o indivíduo na sua totalidade. No sentido mais amplo, educação vai além do ensinar, envolve a provisão de possibilidades de autoconhecimento e valores éticos. O Ensino centra-se na transmissão de conhecimento enquanto educação visa a transmissão dos valores necessários ao convívio, manutenção e desenvolvimento da sociedade como um todo, de forma a fazê-la funcionar como um único corpo orgânico. (MARQUES; OLIVEIRA, 2016, p. 190).

Da mesma forma, há que se fazer uma diferenciação entre a função da Educação e do Ensino:

O ensino, que é instrução, se dirige ao intelecto e o enriquece. A educação visa os sentimentos e os põe sob o controle da vontade. Assim, pode-se adquirir um ótimo caráter de conduta com pouca instrução, o que já permite viver feliz. Por outro lado, pode ser cultivado, sem nenhuma educação, um péssimo caráter de conduta, que será tanto pior quanto mais instrução houver - é aqui que se enquadram todos os corruptos e grandes golpistas que tiveram muito ensino e pouca educação, e que nunca serão realmente felizes. (SPOHR, 2006, s.p.).

Lima (2003) relaciona a evolução e o desenvolvimento das capacidades humanas à educação, quando conceitua que:

A educação é concebida como estando relacionada ao atendimento do desenvolvimento das capacidades humanas do mundo moderno para o mundo pós-moderno como relacionada ao processo ensino-aprendizagem e, entendida também como mecanismo de socialização,

envolvendo desde a construção e transmissão do conhecimento até a incorporação de valores morais, éticos, políticos, etc., e como agente formadora do homem e de suas relações para o convívio social. (LIMA, 2003, p. 143).

Saviani (2008), quando faz referência à educação escolar e sua ligação com o sistema de acesso da população ao saber sistematizado com embasamento científico, a qual podemos denominar de formal:

A educação escolar está ligada ao desenvolvimento e ao acesso da população a um saber sistematizado, de base científica. Para ter acesso a um saber não elaborado, a população não precisa de escola, parte de suas próprias vivências. A cultura letrada não se aprende de forma espontânea, tem que haver processos sistematizados, formais, é esse o papel fundamental da escola. Os currículos têm de ser organizados levando em conta esse dado e buscando selecionar, no conjunto dos conhecimentos elaborados da cultura letrada, os elementos fundamentais que permitam às crianças e aos jovens, adquirindo-os, ingressar nesse universo e ganhar autonomia para serem capazes de por si próprios aprender e conhecer outros aspectos. (SAVIANI, 2008, p. 3).

A regulamentação da educação formal no Brasil é dada pelo Ministério da Educação, pelas Secretarias de Estado da Educação e Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação. Segue ainda as determinações e regulamentações previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e da Base Nacional Comum Curricular, estendendo-se desde a educação infantil até o ensino superior e se firma como uma educação sistematizada de modo racionalizado e instrumental, de que cujo processo de ensino é segmentado.

Em março de 2020 o sistema educacional se depara com uma nova realidade. Brooks (2020) *apud* Schmidt (2020) constata que a pandemia do novo Coronavírus é um grande desafio para a saúde pública no século XXI. Por todo globo, países adotaram medidas de força maior para a contenção ao contágio e reduziram potencialmente os óbitos e isso afeta diretamente a educação, a organização escolar prevista na LDB e demais documentos da legislação educacional.

Uma nova forma de educação teve que surgir para contemplar as necessidades dessa nova realidade: “O mundo hoje presencia uma nova forma de comportamento social, com a Pedagogia Pandêmica, as formas de se relacionar, de consumir, as estratégias de trabalhos e, sobretudo, o trabalho docente foram impactados”. (BARRETO; ROCHA, 2020, p. 02).

Entende-se que, nesse momento histórico, um novo paradigma educacional surge da necessidade imediata de minimizar os danos causados a todos a sistematização do ensino existente, sendo necessário para tanto a sua instauração uma inteligência proativa, conforme leciona Moran (2013):

Quando insistimos em melhorar os processos sem mudar o modelo convencional, ele não nos serve para um mundo que exige pessoas muito mais competentes em lidar com a mudança, com a complexidade, com a convivência em projetos diferentes e com pessoas de culturas e formações diferentes. A escola padronizada, que ensina e avalia a todos de forma igual e exige resultados previsíveis, ignora que a sociedade do conhecimento é baseada em competências cognitivas, pessoais e sociais, que não se adquirem da forma convencional e que exigem proatividade, colaboração, personalização e visão empreendedora. (Moran, 2013, p.1).

Conforme os ensinamentos do Professor Paulo Freire, é:

Impossível pensar a prática educativa, portanto a escola, sem pensar a questão do tempo, de como usar o tempo para a aquisição do conhecimento, não apenas na relação educador-educando, mas na experiência inteira, diária, da criança na escola. (FREIRE, 1991, p. 46).

Assim, a Educação em tempos de Pandemia de Covid-19 tenta se reinventar utilizando os recursos que dispõe.

1.2 Ensino híbrido

A educação híbrida conforme Moreira; Horta (2020) é entendida como:

[...] uma estratégia dinâmica que envolve diferentes ambientes de aprendizagem, distintas abordagens pedagógicas, múltiplos recursos tecnológicos e um processo de comunicação complexo de interações entre agentes humanos e não-humanos. Nesta perspectiva, e apesar das múltiplas definições que existem na literatura, o termo Blended Learning é entendido como integrante desta realidade híbrida e como a combinação de diferentes ambientes de aprendizagem, quer na geografia física, quer virtual. Não quer dizer que não exista mais do que um conceito, no entanto isso pode depender da abordagem e do foco, por exemplo, se é mais centrado em aspectos tecnológicos ou mais próximos do potencial pedagógico. (MOREIRA; HORTA, 2020, p. 7).

Moreira; Horta (2020) ainda complementam a definição de educação híbrida afirmando que:

[...] mais do que integrar ambientes de aprendizagem físicos e online, a educação híbrida deve ser entendida, por um lado, como uma estratégia dinâmica que envolve diferentes recursos tecnológicos, distintas abordagens pedagógicas e diferentes tempos e, por outro, como um processo de comunicação altamente complexo que promove

uma série de interações entre atores humanos e não-humanos que podem ser bem sucedidas, desde que sejam incorporados todos estes elementos (MONTEIRO; MOREIRA; LENCASTRE, 2015). Como Lemos destaca: “Humanos se comunicam e as coisas também. E nos comunicamos com as coisas e elas nos fazem fazer coisas [...] (2013, p. 19). (MOREIRA; HORTA, 2020, p. 5).

Segundo a Nota Técnica n. 18: Ensino híbrido e o uso das tecnologias digitais na educação básica, produzida pelo Centro de inovação para educação brasileira - CIEB, “essa mescla de ensino presencial e remoto vem sendo chamada de ensino híbrido, mas o conceito vai muito além da mera combinação ou alternância das duas modalidades³”.

Ainda na referida Nota Técnica é feita duas definições possíveis para o ensino híbrido: uma considerando o senso comum “É comum encontrarmos diferentes concepções sobre o ensino híbrido, algumas delas embasadas no senso comum ou na definição literal do termo híbrido (composto, heterogêneo, misto, misturado, mesclado, complexo)” e outra, aquela com base em revisões de literárias e publicações “que enfatizam a abordagem como uma possibilidade de repensar práticas pedagógicas colocando o/a estudante no centro do processo e possibilitando um uso qualificado de tecnologias digitais” (CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA, 2021, p.4), como segue:

[...] uma das concepções trazidas está pautada nos estudos de diferentes especialistas (BACICH, TANZI NETO, TREVISANI, 2015; HORN e STAKER, 2015; GARRISON e VAUGHAN, 2008) que definem ensino híbrido como um programa de educação formal com momentos de aprendizagem que combinam propostas realizadas online, de forma remota, mediadas por tecnologias digitais, e propostas presenciais, que ocorrem com a supervisão docente, com ou sem o uso de tecnologias digitais. Essas propostas se complementam e cada uma delas tem suas especificidades. (CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA, 2021, p. 6).

Silva; Ribeirinha (2020) comentam que “muito se tem debatido sobre as designações e conceitos para esta experiência educativa durante os tempos da pandemia: se Educação a Distância, Educação Remota ou Educação On-line” (p. 196), eles, Silva; Ribeira (2020), adotaram para sua pesquisa a designação de EaD emergencial, e seguem:

³ CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. CIEB: notas técnicas #18: Ensino híbrido e o uso das tecnologias digitais na educação básica. São Paulo: CIEB, 2021. E-book em pdf. Disponível em: https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2021/02/Nota-tecnica-18_Ensino-hibrido.pdf. Acesso em: 02 dez. 2021.

Contudo, se atendêssemos à atribuição de um conceito mais próximo da literatura científica a designação mais apropriada seria Educação Remota, pois o que aconteceu foram orientações momentâneas e pontuais para acudir a uma situação de emergência, ao passo que a modalidade EaD, mais ainda na etapa geracional em que as tecnologias digitais de conexão contínua potenciam a Educação Online, exige um ambiente de aprendizagem específico (virtual), design pedagógico, produção de material e avaliação digital e on-line, entre outros aspectos, previamente definidos, para que a escolaridade seja desenvolvida nesta modalidade. (SILVA; RIBEIRINHA. 2020. p. 196).

Em entrevista à Agência Brasil o professor e autor de livros didáticos Ismael Rocha relatou:

O que nós não tínhamos antes da pandemia era o uso das ferramentas virtuais para o trabalho do ensino híbrido, não tínhamos a construção do *online*, que era muito pouco utilizado. Algumas escolas já tinham uma plataforma onde os alunos podiam tirar exercícios, publicar alguma lista de coisas que tinham feito, mas da maneira sistemática como estamos começando a ver hoje e como teremos daqui para a frente é uma novidade - não o ensino híbrido, mas o ensino a partir do uso de plataformas digitais, o ensino *online*. (ROCHA, 2021, s/p).

Sintetizando os conceitos expostos sobre ensino híbrido⁴, ora chamada por Moreira; Horta (2020) educação híbrida, é bem definido por Bacich; Tanzi Neto; Trevisani (2015); Horn; Staker (2015); Garrison e Vaughan (2008) *apud* Centro de Inovações para a Educação Brasileira (2021. p. 06):

Como um programa de educação formal com momentos de aprendizagem que combinam propostas realizadas online, de forma remota, mediadas por tecnologias digitais, e propostas presenciais, que ocorrem com a supervisão docente.

Por tratar-se de um momento atípico, Silva; Ribeirinha (2020) comentam sobre a dificuldade de definir nomenclatura ideal para a metodologia de ensino adotada. Rocha (2021) o rotula de ensino *online* “não o ensino híbrido, mas o ensino a partir do uso de plataformas digitais” (ROCHA, 2021, s/p,) e por fim concordamos com Silva; Ribeirinha (2020) quando afirmam que a designação mais apropriada seria Educação Remota, pois o que aconteceu foram orientações momentâneas e pontuais para acudir a uma situação de emergência (SILVA; RIBEIRINHA. 2020. p. 196).

⁴ Nestes próximos dois parágrafos serão retomadas algumas citações já referenciadas nesta pesquisa, para facilitar a construção do conhecimento e dar um melhor direcionamento ao trabalho em curso.

1.3 Educação a distância – EaD *versus* Ensino Remoto – ER

A metodologia de Educação adotada durante os primeiros meses de pandemia de Covid-19 e que se estendeu por todo o ano letivo de 2020, foi inicialmente vinculada aos conceitos à educação a distância - EaD, e para desmistificar essa vinculação errônea será lançado mão dos conceitos de educação a distância até chegarmos ao ensino remoto, conforme Fernandes; Isidoro; Moreira (2020):

O ensino remoto praticado atualmente [na pandemia] assemelha-se a EAD apenas no que se refere a uma educação mediada pela tecnologia. Mas os princípios seguem sendo os mesmos da educação presencial. A educação a distância pressupõe o apoio de tutores de forma atemporal, carga horária diluída em diferentes recursos midiáticos e atividades síncronas e assíncronas. E isso não é, exatamente, o que está sendo feito durante a quarentena. (FERNANDES; ISIDORO; MOREIRA, 2020, p. 4).

O Ministério de Educação do Governo Brasileiro, o MEC, conceitua a Educação a distância como sendo “uma modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados, física ou temporalmente e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação⁵”, no mesmo instrumento deixa claro que essa modalidade tem uma regulação própria amparada em legislação específica, sendo passível de implantação na educação básica (educação de jovens e adultos, educação profissional técnica de nível médio) e na educação superior.

Desta forma depreende-se que a Educação a distância é aquela que ocorre em local diverso a aquele tido como habitual com distanciamento espacial e temporal entre os integrantes dos processos de ensino aprendizagem, discentes e docentes, mediados por meios tecnológicos de comunicação e veiculação.

Nos termos da LDB, temos que a Educação a distância permitida como complementação educacional ou em situações emergenciais como reza o artigo 32, parágrafo 4º, observe:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:
§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações

⁵Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/355-perguntas-frequentes-911936531/educacao-a-distancia-1651636927/12823-o-que-e-educacao-a-distancia>. Acesso em: 29 set. 2019.

emergenciais.” Lei 9.694/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Um dos importantes documentos brasileiros sobre EaD se trata do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 (BRASIL, 2017), no qual o termo educação a distância é caracterizado da seguinte forma:

Art. 1º Para os fins deste Decreto considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017).

A Educação a Distância extrapola a estrutura física da sala de aula, conforme Ribeiro (2017) expõe:

A EaD surgiu a partir da possibilidade de ampliação no processo de ensino e aprendizagem, constituindo-se em uma modalidade de ensino emergente, dada sua flexibilidade, facilidade de acesso e autonomia do educando. A sala de aula virtual abriu possibilidades de se explorar o tempo qualitativo, e mudou a forma como as pessoas interagem entre si, e como as pessoas adquirem novos conhecimentos e habilidades. Na sala de aula virtual, ou sala de aula sem paredes, podemos reconhecer algumas vantagens tais como a flexibilidade de horário, disponibilidade em tempo integral; ritmo de aprendizagem definido pelo próprio aluno; redução do tempo necessário para o aprendizado; treinamento de um grande número de pessoas ao mesmo tempo e facilidade de atualização dos conteúdos. (RIBEIRO, 2017. p. 11).

Ribeiro e Caetano (2014) fazem um apontamento bastante importante quanto à execução da Educação a distância, pois evidenciam que o tempo se relativiza posto que o aprender já não se vincula a um recorte temporal único:

A dimensão temporal representada por Kairós tem seu significado associado ao saber “quando” e “como” utilizar o momento adequado. Seria o tempo qualitativo, enquanto Cronos é de natureza quantitativa. É nesta perspectiva que refletimos sobre a arquitetura de uma sala de aula em EAD. (RIBEIRO e CAETANO, 2014. p. 135).

A sala de aula virtual nas palavras de Ribeiro (2017) demonstra uma amplitude singular:

Tem a capacidade de alcançar um público muito maior e mais variado que a presencial, além de reduzir barreiras de acesso de diferentes níveis de estudo, permite a ampliação da oferta de cursos e possibilita uma rápida e constante atualização do conteúdo. (RIBEIRO, 2017. p. 12).

Segue ainda, Ribeiro (2017), discorrendo sobre o real e virtual, entendido como ciberespaço sobre os quais tece suas afirmações:

Há, no ambiente virtual, uma realidade concreta nas interações e ações realizadas no ciberespaço, que, segundo Pierre Lévy (1995, p. 47), desmitifica a ideia de que o virtual é o oposto do real, como se tende a crer. Esse autor destaca que apesar de sua concretude inquestionável, o ciberespaço ou espaço virtual é o ambiente imaterial constituído de pessoas – e não de computadores – de todo o mundo, interligados em rede por meio da internet. E é nesse espaço que novas manifestações societárias acontecem e evoluem, e assim, informações diversas, contribuem para modificar a própria estrutura do pensamento humano. (RIBEIRO, 2017. p.12)

Behar (2020) faz uma essencial diferenciação entre a Educação a distância e o Ensino remoto ao explicar que:

O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância não podem ser compreendidos como sinônimos, por isso é muito importante, no contexto que estamos vivendo, clarificar esses conceitos. O termo “remoto” significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico. O ensino é considerado remoto porque os professores e alunos estão impedidos por decreto de frequentarem instituições educacionais para evitar a disseminação do vírus. É emergencial porquê (sic) do dia para noite o planejamento pedagógico para o ano letivo de 2020 teve que ser engavetado. (BEHAR, 2020, s.p.).

Da mesma forma Fernandes; Isidoro; Moreira (2020) abordam o mesmo tema:

Assim, o ensino remoto emergencial foi implantado com aval das diretrizes do MEC. Esta modalidade de ensino diferencia-se do Ensino a Distância (EAD) pelo fato que no Ensino Remoto o aluno tem um acompanhamento do professor de forma síncrona, ou seja, docente e discentes conseguem através de meios digitais a interação necessária para aplicação da aula no horário das aulas presenciais. Além disso, o aluno possui um feedback instantâneo do professor da disciplina em tempo real, na maioria dos recursos digitais utilizados o professor consegue reproduzir a tela do notebook e variados arquivos de mídia, sejam powerpoint ou vídeos. (FERNANDES; ISIDORO; MOREIRA, 2020, p. 3).

Santos (2020) elucida a função e os afazeres dos partícipes da educação a distância, se faz entender o que é EaD, quando afirma:

Há desenhos didáticos mais instrucionais, em que docentes orientam estudos, leituras, tiram dúvidas de conteúdos e administram a agenda do sistema. Cada aluno faz suas tarefas, prestando conta das atividades quase sempre individualizadas. Isso é EAD. Alunos aprendem e se formam. (SANTOS, 2020, s.p.).

O ensino remoto realizado na pandemia foi uma alternativa possível para tentar minimizar os danos causados pela interrupção das aulas presenciais e de assegurar, garantir e preservar o direito à educação com equidade para milhares de crianças e adolescentes:

A situação inesperada que levou à interrupção abrupta das aulas presenciais demandou das instituições de ensino tomadas de decisões rápidas, sem a realização de etapas fundamentais para que as iniciativas de educação fossem bem-sucedidas. Essas etapas se referem a planejamento, capacitação de todos os envolvidos, preparação da infraestrutura tecnológica (hardware e software), automatização de atividades administrativas, preparação do sistema para coleta de dados, reformulação de currículos, além do fomento à inclusão e à equidade. (CASATTI, 2020, s.p.).

Como afirmado por Fernandes; Isidoro; Moreira (2020), já citado anteriormente, do qual frize-se que o “ensino remoto praticado atualmente [na pandemia] assemelha-se a EaD apenas no que se refere a uma educação mediada pela tecnologia”, neste prisma, Martins; Almeida (2020) fazem uma boa definição do que é o Ensino Remoto deixando claro seus aspectos essenciais:

Vídeos, conferências *on-line*, mensagens, *lives*, áudios, imagens e sons, tudo junto e misturado. Professores, alunos e seus responsáveis, criando em tempo recorde táticas de sobrevivência a uma demanda de ensino, muitas vezes massivo e unidirecional, o chamado ensino remoto. Esse frenesi do ensino remoto que está sendo praticado, no nosso ponto de vista, equivocadamente por muitas escolas hoje em nosso país não é um problema do COVID-19. É problema de como muitos de nós temos entendido e praticado o funcionamento das escolas há bastante tempo. Observamos como demanda primordial nessas propostas remotas o foco no conteúdo a ser transmitido, com a gravação de videoaulas e envio de apostilas. Esse fato nos oferece pistas importantes sobre mudanças necessárias na educação brasileira. (MARTINS; ALMEIDA, 2020, p. 5).

Todavia, como toda ação ocasiona uma reação, uma consequência, da mesma forma é o ensino remoto como aponta Santos (2020):

O ensino remoto tem deixado suas marcas... Para o bem e para o mal. Para o bem porque, em muitos casos, permite encontros afetuosos e boas dinâmicas curriculares emergem em alguns espaços, rotinas de estudo e encontros com a turma são garantidos no contexto da pandemia. Para o mal porque repetem modelos massivos e subutilizam os potenciais da cibercultura na educação, causando tédio, desânimo e muita exaustão física e mental de professores e alunos. Adoecimentos físicos e mentais já são relatados em rede. Além de causar traumas e reatividade a qualquer educação mediada por tecnologias. Para o nosso campo de estudos e atuação, a

reatividade que essa dinâmica vem causando compromete sobremaneira a inovação responsável no campo da educação na cibercultura. (SANTOS, 2020, s.p.).

Casatti (2020) vislumbra um novo horizonte para educação que pode se iniciar em meio a esse momento de pandemia:

Estamos diante de uma oportunidade fantástica porque a pandemia acelerou um processo, que já estava em curso, de integração entre a tecnologia e a educação. [...] Podem ser sementes para a transformação digital e cultural tão necessária no ensino, unindo práticas pedagógicas inovadoras, como o aprendizado híbrido e metodologias ativas, com tecnologias educacionais inteligentes, que potencializam as capacidades do aluno aprender e do professor inovar. (CASATTI, s/p, 2020).

Ainda que esse horizonte tenha sido desenhado nessa nova realidade apresentada, ainda há muitos passos a serem dados em direção às inovações pretendidas para a educação, porém, por mais longa que seja a caminhada, o primeiro passo já foi dado.

1.4 Formação de professores frente às tecnologias

A formação de professores, tanto a inicial quanto a continuada é definida por Libâneo (2018) como:

A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional. (LIBÂNEO, 2018, p. 187).

O mundo está em constante evolução, e, por conseguinte a escola do século XXI precisa estar sempre alinhada às demandas que essa nova sociedade necessita, “[...] é preciso, pois, resgatar a importância da escola e reorganizar o trabalho educativo, levando em conta o problema do saber sistematizado, a partir do qual se define a especificidade da educação escolar” (SAVIANI 2011, p. 84), bem como considerar o momento de sua vigência e suas necessidades.

Saviani 1991 define o papel da escola ao afirmar que:

A escola surge como um antídoto à ignorância, logo, um instrumento para equacionar o problema da marginalidade. Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e

sistematizados logicamente. O mestre-escola será o artífice dessa grande obra. A escola se organiza, pois, como uma agência centrada no professor, o qual transmite, segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhes são transmitidos. (SAVIANI, 1991, p. 18).

Nesta seara, a tecnologia digital assume seu papel e influencia diretamente o fazer pedagógico:

A tecnologia digital já alterou os processos de aprendizagem extraescolares das jovens gerações. Para alterar o modelo de escola atual, ela deverá ser explorada a partir de novos pressupostos pedagógicos". Os autores ainda ressaltam que novas formas de pensar a escola implicam novas formas da relação professor-aluno, especificamente no trabalho pedagógico, que deve ser um "trabalho colaborativo para a resolução de problemas, na aplicação de capacidades cognitivas a situações e desafios conhecidos e desconhecidos. (Bannel *et al.*, 2016, p. 121).

A Formação docente é regida em conformidade com a LDB - Lei 9394/96, na qual a formação mínima dos profissionais docentes em exercício no magistério é estipulada em seu artigo 62, permitindo a utilização de tecnologias de educação a distância nos processos de formação continuada e capacitação e no parágrafo seguinte determina a formação mínima necessária ao exercício da docência:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017).

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).⁶

Contudo, a referida Lei não indica como se daria a formação dos profissionais docentes para lidar com as Novas Tecnologias, assim de acordo com temos que:

A formação de professores é uma atividade eminentemente humana, inscrita no campo da educação como uma categoria teórica, uma área de pesquisa, conteúdo da política educacional e uma prática pedagógica. É, portanto, uma atividade complexa, multirreferencial,

⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 09 out. 2021.

intencional e institucionalizada. (SANTIAGO; BATISTA NETTO, 2011, p. 03).

Ao considerar a formação de professores podemos assumir como parâmetro a análise feita por Almeida (2004, p. 29) sobre um programa de formação, onde escreve:

[...] analisar um programa de formação de professores contextualizado, realizado na articulação entre três dimensões que se integram e imbricam nas atividades formativas: domínio dos recursos tecnológicos, prática pedagógica com o uso do computador e teorias educacionais que permitam refletir sobre essas práticas, compreendê-las e reconstruí-las, fornece referências fundamentais para a incorporação da tecnologia digital à prática pedagógica em diferentes contextos, modalidades e sistemas de ensino.

Assim, a formação docente quanto, desde sua formação inicial até mesmo a formação continuada é respaldada LDB, na qual ganha amparo e dela se depreende que à formação do professor frente às novas tecnologias faz parte do fazer pedagógico, sobretudo se considerarmos a velocidades com as mudanças ocorrem na vida moderna.

Com o advento da tecnologia e das novas tecnologias, Lévy em entrevista concedida à Avancini; Conte e Gouveia (2011) faz uma explanação sobre os impactos dessas tecnologias ante a educação como vemos:

Não há um impacto da tecnologia na educação. Há ferramentas que estão disponíveis e há educadores que podem usar essas ferramentas de um modo ou de outro. O modo como se usa essas ferramentas é que é importante e não as ferramentas em si. É possível criar várias estratégias de ensino fazendo uso dos mesmos instrumentos, mas não há um impacto que seja automático e universal. Cada um pode explorar essas ferramentas a partir de uma determinada estratégia pedagógica: e é essa forma de aplicação que realmente define a eficácia da utilização dos instrumentos. (AVANCINI; CONTE; GOUVEIA, 2011, p. 2).

Ao pensar a inserção no mundo digital como um padrão que é atualmente inalcançável em virtude das questões sociais e até mesmo estrutural, tomando as palavras de Paulo Freire, há necessidade de se construir um “repertório dos anseios, dos sonhos, dos desejos...” [que constitui] “uma das vantagens de um trabalho assim está em que a própria metodologia da pesquisa a faz pedagógica e conscientizante” (FREIRE, 1991, p. 32), nesta perspectiva é possível entender esses repertório como “o contexto da transformação não é só a sala de aula, mas encontra-se fora dela. Se

o professor for libertador, os estudantes e os professores empreenderão transformação que inclui o contexto fora da sala de aula”. (FREIRE; SHOR, 1986, p. 46).

Outro aspecto a se considerar na utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs é que os alunos não são preparados em seus percursos escolares a buscar o conhecimento de forma autônoma. As instituições escolares possuem um processo de ensino fragmentado, preparando os alunos para absorver conteúdos para terem bons resultados em provas de vestibular, Enem e concursos públicos, conforme salientam Avelino e Mendes (2020, p. 58): “esses discursos são recorrentes em âmbito escolar, pois acreditam que só assim, esses jovens podem alcançar os seus Projetos de Vida”. Há, portanto, uma defasagem das escolas para prepararem seus alunos a partir de um processo autônomo de aprendizagem, os quais se tornam protagonistas do seu próprio conhecimento. Assim sendo, “agora esses alunos se encontram em uma situação onde devem buscar os conhecimentos sozinhos, mas os mesmos, não foram preparados para tal exercício”. (AVELINO e MENDES, *apud* FERNANDES; ISIDORO; MOREIRA, 2020, p. 6).

A educação digital é, portanto, um meio pelo qual o indivíduo se insere nessa nova realidade digital, a partir dela o cidadão se torna parte de uma nova comunidade, com um novo meio de ser e de pensar o mundo, no qual se sujeita à Ferramentas códigos de conduta em meio a um oceano de informação e onda de comunicação.

CAPÍTULO II

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

A caracterização dessa pesquisa perpassa por uma tríade de construção do conhecimento para trazer uma maior compreensão do problema proposto nesta pesquisa, sendo elas: revisão bibliográfica, análise documental qualitativa no formato de estudo de caso e resulta numa construção de registro histórico.

O *corpus* deste trabalho parte de uma breve revisão bibliográfica na qual conceitos essenciais ao entendimento do objeto de estudo são abordados de maneira sucinta e objetiva de modo que não se torne uma leitura cansativa, todavia apresenta um arcabouço teórico consistente, para Andrade (2010, p. 25):

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas. (ANDRADE, 2010, p. 25).

Apresenta uma abordagem qualitativa, pois seu foco está em estudar o tema proposto a partir dos dados coletados, de forma livre, sem o peso e as amarras dos levantamentos estatísticos. Nesse contexto o pesquisador assume uma relevância maior quando faz a ponte entre o objeto pesquisado, descrevendo-o e interpretando-o para sua melhor assimilação, conforme Bruchez (2015) *at al* ao fazerem referência à Godoy (1995):

O enfoque qualitativo caracteriza-se pelo fato do pesquisador ser o instrumento-chave, o ambiente ser considerado fonte direta dos dados e não requerer o uso de técnicas e métodos estatísticos (GODOY, 1995). Também possui caráter descritivo, cujo foco não consiste na abordagem, mas sim no processo e seu significado, ou seja, o principal

objetivo é a interpretação do fenômeno objeto de estudo. (BRUCHÊZ, 2015, p. 03)⁷.

Outro procedimento de pesquisa será o de análise documental disponível de por meios públicos, em sites e documentos oficiais publicados e/ou direto nas fontes, esse procedimento.

Foi realizada uma visita à sede da Secretaria Municipal de Educação do Município de Ilhabela, da qual por orientação da senhora Secretária Adjunta de Educação Dionete Duarte, fora aberto um processo administrativo de número 11.851/2021 junto à Secretaria Municipal de Educação com a finalidade de obter acesso a todos os setores da Secretaria que se fizessem necessários para juntada de documentos sobre o tema ora pesquisado.

Tal processo administrativo resultou na entrega do Documento Orientador - Atividades Escolares não presenciais do Município de Ilhabela, referenciado neste trabalho como Ilhabela (2021) que servirá como linha mestra desta pesquisa.

Assim esta pesquisa assume um cunho histórico, no qual registra o passado recentíssimo dos acontecimentos no mundo, sobretudo no que diz respeito à implantação do ensino remoto no Município de Ilhabela - SP, sendo este procedimento validado por Indolfo (2007) ao destacar os registros em documentos e sua importância para humanidade:

O documento ou, ainda, a informação registrada, sempre foi o instrumento de base do registro das ações de todas as administrações, ao longo de sua produção e utilização, pelas mais diversas sociedades e civilizações, épocas e regimes. Entretanto, basta reconhecer que os documentos serviram e servem tanto para a comprovação dos direitos e para o exercício do poder, como para o registro da memória. (INDOLFO, 2007, p. 29).

Na gama das possibilidades do registro histórico, em conformidade a Vicente (2009), encontra-se que:

Cada episódio tem seu passado, mas carrega também seu futuro, por gerar consequências de repercussão social. Todas as revisões e reinterpretações, de alguma maneira, se servem de novos acontecimentos, de novos documentos, de novos depoimentos ou de outros instrumentos que, quando inseridos numa trajetória, adquirem um sentido com força suficiente para alterar interpretações anteriormente estabelecidas. Por esses motivos, tanto o jornalismo como a história, afirma Mouillaud, deveriam se aproximar mais e

⁷Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucsppga/xvmostrappga/paper/viewFile/4136/1361>. Acesso em: 26 nov. 2021.

dialogar sem que isso implique mudanças de percursos peculiares a cada área. (VICENTE, 2009, p. 65).

A história acontece todos os dias e precisa ser registrada pelos olhos de quem a vê *in loco*, conforme a Lopes *apud* Padilha; Nascimento (2015):

A história contada, na maioria da literatura, é a daqueles que venceram em cada período histórico da humanidade, é a história transmitida pela classe dominante de cada época. A educação “[...] possui uma história (que foi ou não escrita). E produz uma história (que poderá ou não ser escrita).” (LOPES, 1986, p.12). Ressaltando que, a história sobre a educação de uma sociedade também é aquela que corresponde aos interesses da classe detentora do poder, que “[...] escreveram a sua própria História e suas próprias práticas educativas, relegando, rejeitando e ocultando todas as outras práticas educativas que se desenvolviam na própria constituição das sociedades” (LOPES, 1986, p.13). Pode-se dizer que a história tradicional é a história dos vencedores que apresenta o passado como verdadeiro por meio de argumentos políticos transformando até fatos míticos em fatos históricos. (PADILHA; NASCIMENTO, 2015, p. 131).

Nesta seara o objeto de estudo deste trabalho se valida e se fortalece frente ao momento histórico vigente no que tange a educação e sua abrupta mudança de paradigma exigida pela pandemia de Covid-19 e merece um registro histórico da situação excepcional vivida em 2020 para que possa servir de subsídios para futuras pesquisas.

2.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O trabalho de pesquisa, segundo Minayo (2010) pressupõe não ser necessário criatividade para que a pesquisa seja realizada e sim um trabalho artesanal, braçal, “realiza-se fundamentalmente por uma linguagem baseada em conceitos, proposições, hipóteses, métodos, e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular” (MINAYO, 2010, p. 25-26) e em se tratando de pesquisa documental “[...] tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...]”. (PÁDUA, 1997, p. 62).

Esta pesquisa pode ser delineada como um estudo de caso, pois versa sobre um acontecimento específico, numa parte do mundo, caracterizando um acontecimento único, explorando suas facetas e descrevendo, conforme Hartley e Roesch *apud* Freitas; Jabbour (2010, p. 05):

A abordagem de estudo de caso não é um método propriamente dito, mas uma estratégia de pesquisa (HARTLEY, 1994), que “pode ser utilizada de modo exploratório (visando levantar questões e hipóteses para futuros estudos, por meio de dados qualitativos), descritivo (buscando associações entre variáveis, normalmente com evidência de caráter quantitativo) e, mesmo, explanatório.

Desta forma, esta pesquisa se delinea como um estudo de caso de caráter descritivo com base na análise documental fornecida principalmente pela Secretaria Municipal de Educação de Ilhabela, direcionada ao Documento Orientador - Atividades Escolares não presenciais do Município de Ilhabela, referenciado neste trabalho como ILHABELA (2020), no qual são descritas todas as determinações e orientações realizadas pela Secretaria Municipal de Educação de Ilhabela para implantação do ensino remoto no Arquipélago de Ilhabela.

2.1.1 Contexto da Pesquisa

Objetivando realizar a uma análise descritiva do período vivido sob a égide a pandemia de Covid-19 no ano de 2020, se firma o contexto de pesquisa que se fixa no Município de Ilhabela do qual emerge como objeto de pesquisa a implantação do ensino remoto no referido município.

No final do ano de 2019 um vírus com capacidade pandêmica foi identificado na China, com transmissão por meio das vias aéreas, se mostrando altamente contagioso, rapidamente espalhou-se pelo mundo, fazendo vítimas fatais em todos os países do globo terrestre.

As medidas tomadas pelos Governos em todas as partes da face terrestre foi a de minimizar o contágio que se dá por meio de proximidade física, assim, fora decretado em inúmeros países o *lockdown*⁸, toques de recolher, com conseqüente proibição de quaisquer meios de atividades que promovessem aglomerações, neste contexto houve a suspensão das aulas presenciais.

No Brasil, as aulas presenciais foram suspensas em março de 2020.

⁸ O *lockdown* é adotado em situações mais severas. Por lei ou decisão judicial, decreta-se a paralisação de muitas atividades e do deslocamento da população. Ficar em casa deixa de ser uma recomendação e passa a ser obrigação. Representa o nível mais alto de alerta sanitário. Disponível em: <https://www.rededorsaoluiz.com.br/noticias/artigo/lockdown-o-que-e-e-como-afeta-a-sua-vida>. Acesso em: 11 jun. 2022,

No Estado de São Paulo as aulas foram retomadas a partir de outubro do ano de 2020⁹, porém não de forma presencial como era o modo convencional de lecionar, posto que esta maneira estava proibida devido as questões sanitárias.

Houve a necessidade de a Educação se reinventar de forma a distância, os alunos e professores em suas respectivas casas, em isolamento social, tendo sido esta modelo de ensino confundido com Educação à distância e Ensino híbrido, até de fato ser reconhecido como Ensino Remoto - ER.

Cada Município Brasileiro, assim como os do Estado de São Paulo, tiveram que elaborar estratégias para implantar e fazer funcionar o Ensino Remoto - ER em seus territórios, posto que suas Redes de Ensino não estavam preparadas para essa modalidade de ensino.

Neste contexto encontra-se o objeto desta pesquisa que é estudar como se deu a implantação do ensino remoto no Município de Ilhabela - SP.

2.1.2 Sujeitos da Pesquisa

Neste trabalho o objeto da pesquisa é personificado como a própria implantação do Ensino Remoto no Município de Ilhabela - SP, dela se tenta reconhecer o formato e sua sistematização, além de descrever todo o processo de sua implantação com a utilização de uma linha mestra pautada em documento oficial fornecido pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Ilhabela - SP, o Documento Orientador - Atividades Escolares não presenciais de Ilhabela, editado em 2020.

⁹Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/10/13/aulas-presenciais-voltam-a-ser-obrigatorias-na-rede-publica-e-privada-de-sp-a-partir-de-18-de-outubro.ghtml>. Acesso em: 11 jun. 2022.

CAPÍTULO III

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

3.1 Covid-19 – Pandemia causada pelo Coronavírus

No final do ano de 2019 a humanidade foi assolada por uma Pandemia promovida por uma das espécies de Coronavírus¹⁰ que recebeu o nome de Sars-CoV-2, que é o vírus que ocasiona uma síndrome respiratória aguda grave, e foi batizada de Covid-19.

Segundo a OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde¹¹, a Pandemia teve origem na cidade de Wuhan, província de *Hubei*, na República Popular da China na qual foram identificados vários casos de pneumonia oriundas de uma nova cepa (tipo) de Coronavírus, cuja identificação em humanos era inédita. Tal situação foi reportada à OMS - Organização Mundial da Saúde em 31 de dezembro de 2019 e apenas foi confirmado pelas autoridades chinesas em 7 de janeiro de 2020.

Ressalta-se que o Coronavírus está em toda parte, é o segundo causador do resfriado comum e dificilmente desencadeiam quadros graves em humanos.

Ainda segundo a OPAS¹², em 30 de janeiro de 2020, foi declarado pela OMS que o surto do novo Coronavírus atingiu o status de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), que é o alerta da OMS de nível mais alto nos termos do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)¹³, cujo objetivo principal é coordenar a cooperação global para barrar a propagação do vírus que passou a ser considerado um risco de saúde pública para outros países e requer medidas urgentes.

Por fim, em 11 de março de 2020, a OMS - Organização Mundial da Saúde caracterizou a epidemia de COVID-19 como pandemia, ou seja, sua distribuição geográfica extrapola as divisas política dos países e regiões do mundo existindo,

¹⁰Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/as-diferencas-e-semelhancas-entre-o-sars-cov-2-e-outros-coronavirus/#:~:text=Mers%2DCoV%2C%20Sars%2DCoV,2%3A%20a%20fam%C3%ADlia%20dos%20coronav%C3%ADrus>. Acesso em 22 fev. 2022.

¹¹ A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) é a agência internacional especializada em saúde pública das Américas. Disponível em: <https://www.paho.org/pt>. Acesso em: 08 nov. 2021.

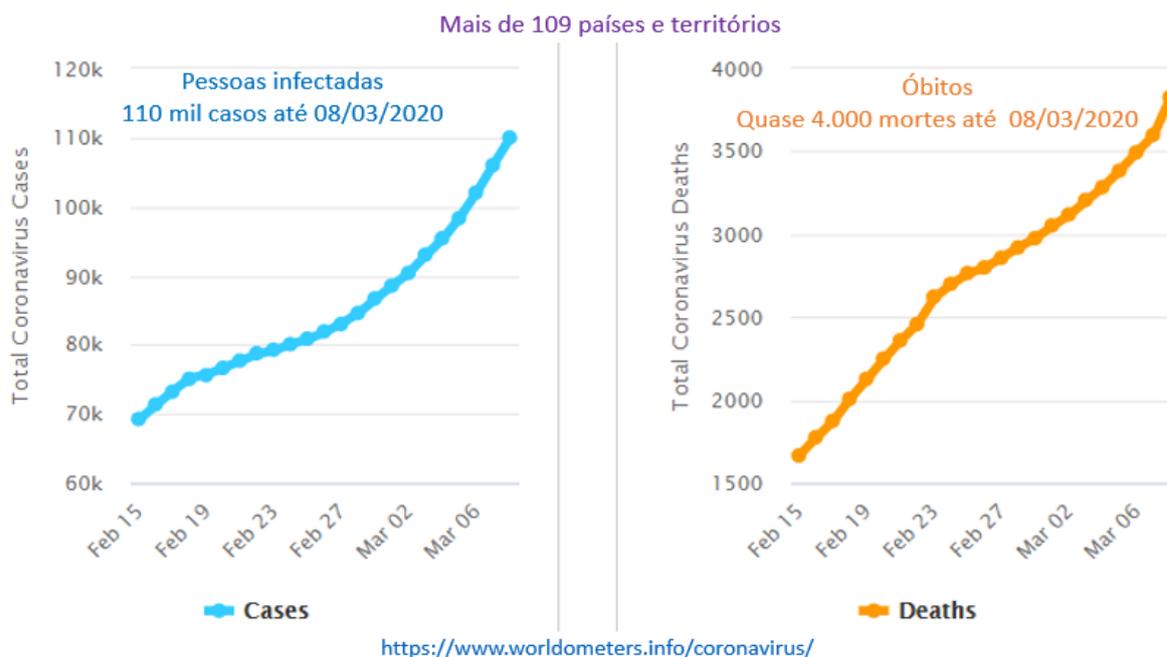
¹² Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 21 jul. 2021.

¹³ O Regulamento Sanitário Internacional (RSI) é um instrumento jurídico internacional vinculativo para 196 países em todo o mundo, que inclui todos os Estados Membros da Organização Mundial da Saúde (OMS). Seu objetivo é ajudar a comunidade internacional a prevenir e responder a graves riscos de saúde pública que têm o potencial de atravessar fronteiras e ameaçar pessoas em todo o mundo. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/regulamento-sanitario-internacional-rsi>. Acesso em: 21 jul. 2021.

desta forma surtos de COVID-19 por quase todo o globo tendo seus reflexos expressos na figura 01 – Evolução da Pandemia de Covid-19 no mundo até 08 de março de 2020.

FIGURA 01 – Evolução da Pandemia de Covid-19 no mundo até 08 mar. 2020.

Pandemia global de coronavírus: 110 mil casos e quase 4 mil mortes em 2 meses



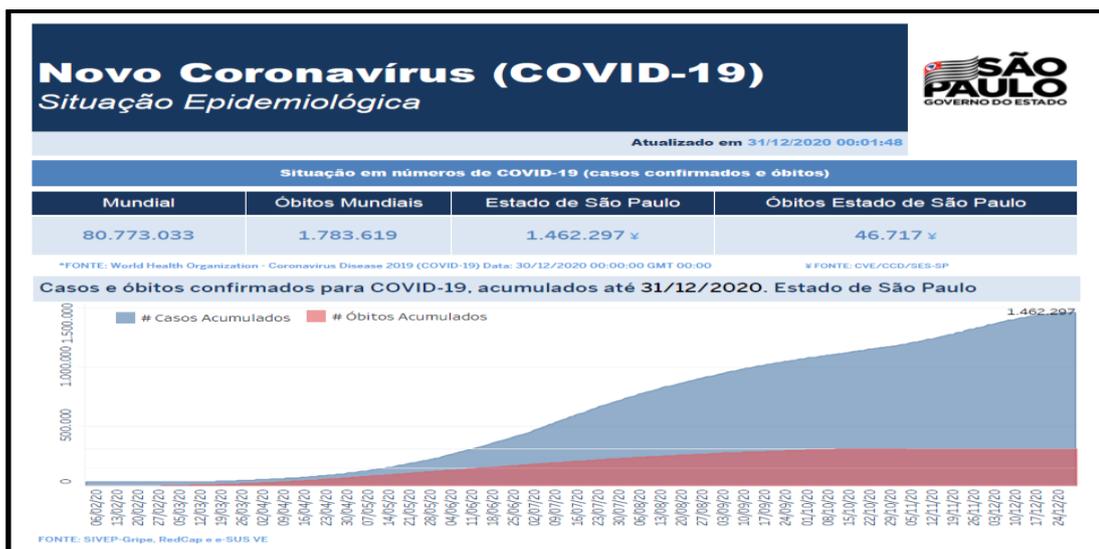
Fonte: Ecodebates¹⁴

Do período compreendido entre sua descoberta, no final do ano de 2019, até o dia 31/12/2020, o Mundo contava com 80.773.033 (oitenta milhões, setecentos e setenta e três mil e trinta e três) casos de COVID-19 confirmados em laboratório conforme Figura 02.

Em relação à quantidade de óbitos em decorrência da infecção pela síndrome respiratória ocasionada pela Covid-19, ainda fazendo referência à data de 31/12/2020, e de acordo com a Figura 02 em 1.783.619 (um milhão, setecentos e oitenta e três mil, seiscentos e dezenove) óbitos confirmados.

FIGURA 02 - Novo Coronavírus (COVID-19) - Situação Epidemiológica de 31/12/2020.

¹⁴Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2020/03/09/a-pandemia-de-coronavirus-covid-19-e-o-pandemonio-na-economia-internacional-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 23 fev. 2022.



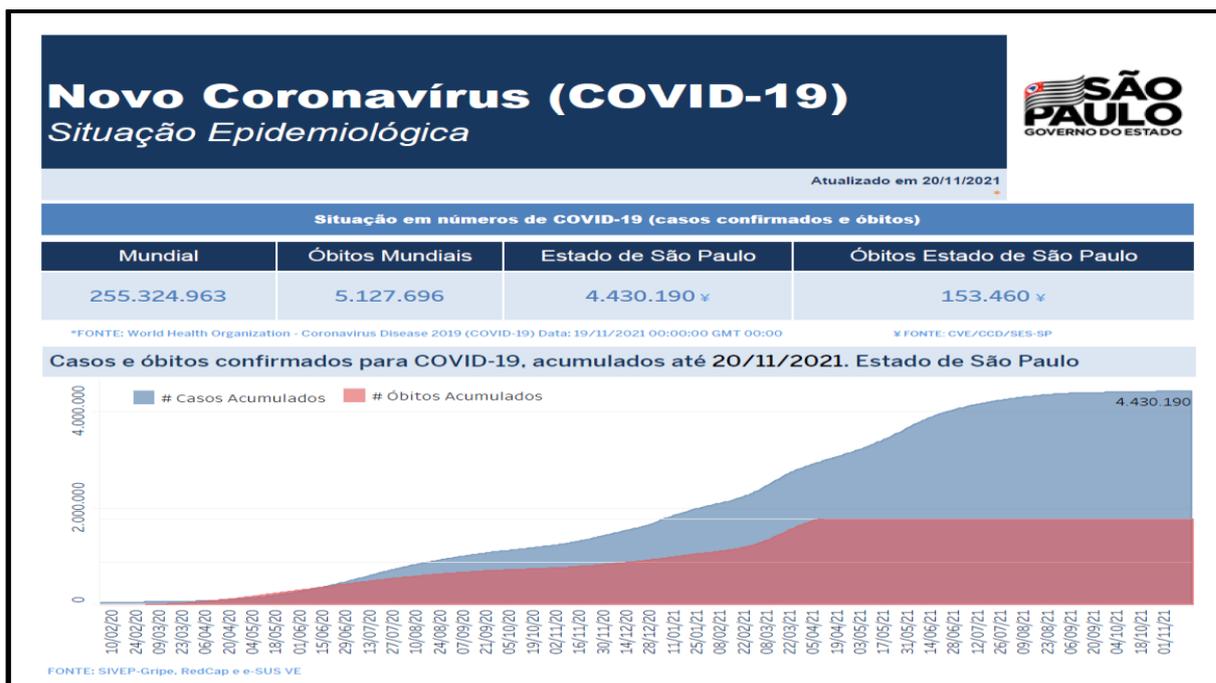
Fonte: Secretaria de Saúde do Governo do Estado de São Paulo¹⁵.

Como forma de evidenciar a evolução e a gravidade dos números da Pandemia de Covid-19, foi eleita a data de 20/11/2021 como recorte balizador desta catástrofe global. Na referida data, conforme novo Informe Epidemiológico da Coronavírus - COVID-19, disponível também na da Secretaria de Estado da Saúde do Governo do Estado São Paulo referente a 20/11/2021¹⁶, constante da Fig. 03 - Novo Coronavírus (COVID-19) - Situação Epidemiológica de 20/11/2021, os casos de contaminação confirmada com a Covid-19 no Mundo atingiu a marca de 255.324.963 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e vinte e quatro mil, novecentos e sessenta e três) casos e quanto aos óbitos o montante de 5.127.696 (cinco milhões, cento e vinte e sete mil, seiscentos e noventa e seis) foi registrado naquele momento.

FIGURA 03 - Novo Coronavírus (COVID-19) - Situação Epidemiológica de 20/11/2021.

¹⁵Disponível em: http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-pidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-respiratoria/coronavirus/dezembro/coronavirus311220_situacao_epidemiologica.pdf. Acesso em: 27 nov. 2021.

¹⁶Disponível em: http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-respiratoria/coronavirus/2021/novembro/coronavirus201121_situacao_epidemiologica.pdf. Acesso em: 27 nov. 2021.



Fonte: Secretaria de Saúde do Governo do Estado de São Paulo.

Percebe-se o caso de contágio pela Covid-19 demorou 12 (doze) meses para atingir a marca de 80.773.033 (oitenta milhões, setecentos e setenta e três mil e trinta e três) e em mais 11 (onze) meses e 20 (vinte dias), alcançou 255.324.963 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e vinte e quatro mil, novecentos e sessenta e três), ou seja, num intervalo de 11 (onze) meses e 20 (vinte dias), houve um aumento de mais de 316% (trezentos e dezesseis por cento) representando um aumento considerável no número de contágio do vírus conforme cálculo matemático de regra de três, realizado mediante as informações demonstradas na Figura 02 para apurar o percentual do avanço do vírus.

Aplicando o mesmo cálculo quanto aos números de óbitos comprovados no Mundo, temos que em 12 (doze) meses a Pandemia vitimou 46.717 (quarenta e sete mil, setecentos e dezessete) pessoas e nos próximos 11 (onze) meses e 20 (vinte) dias sua letalidade contabilizou 153.460 (cento e cinquenta e três mil, quatrocentos e sessenta) vidas, ou seja, nesse mesmo intervalo de 11 (onze) meses e 20 (vinte) dias houve um aumento de mais de 304 % (trezentos e quatro por cento) de vidas ceifadas pela Covid-19 somente no Estado de São Paulo.

No Brasil, o primeiro caso de COVID-19 foi confirmado pelo SUS - Sistema Único de Saúde em 25 de fevereiro de 2020 em São Paulo - SP, um homem de 61 anos de idade que havia estado na região da Lombardia - Itália recentemente,

diagnosticada no Hospital Israelita Albert Einstein, conforme os dados do UNA-SUS¹⁷ do Ministério da Saúde do Brasil.

Ao encerrar o ano de 2020, conforme o Boletim diário Covid-19 nº 280, de 31 de dezembro de 2020, Figura 01, o número de contagiados pela Covid-19 no Brasil era de 7.619.200 (sete milhões, seiscentos e dezenove mil e duzentas) pessoas e o número de mortos na mesma data no Brasil era de 193.875 (cento e noventa e três mil, oitocentos e setenta e cinco) vidas conforme cálculo matemático de regra de três, realizado mediante as informações demonstradas na Figura 04 para apurar o percentual do avanço do vírus.

FIGURA 04 - Boletim diário Covid-19 nº 280 de 31/12/2021.

BOLETIM DIÁRIO COVID-19					
			Nº280	PG	1
Casos Confirmados, Suspeitos e Óbitos Confirmados					
Dados atualizados em 31/12/2020. Horário: 15h00					
	SUSPEITOS (MONITORADOS)	CONFIRMADOS		ÓBITOS	
		Casos Confirmados	Variação dia anterior %	Óbitos Confirmados	Variação dia anterior %
Mundo	...	82.994.220	1%	1.810.360	1%
Brasil	...	7.619.200	1%	193.875	1%
Estado de São Paulo	...	1.462.297	1%	46.717	1%
Município de São Paulo	698.771	482.522	0%	15.587	0%

Fontes: Mundo:: Brasil: Johns Hopkins, 31/12/2020; Estado SP: CVE-SES-SP, 31/12/2020. Município SP: SIVEP Gripe; E-SUS VE, 30/12/2020

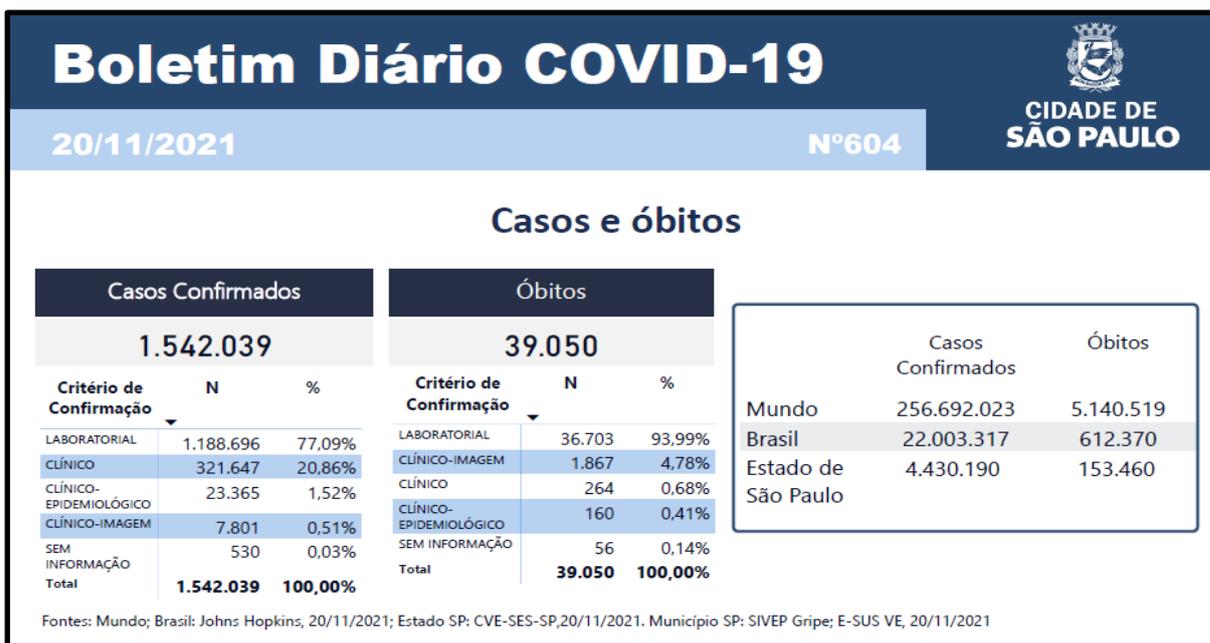
Fonte: Secretaria de Saúde do Governo do Município de São Paulo.

Segundo o Boletim diário Covid-19 nº 604, de 20 de novembro de 2021, disponível também na plataforma da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo referente a 20 de novembro de 2021¹⁸, Figura 05, no Brasil o total de contaminados chega em 22.003.317 (vinte e dois milhões, três mil, trezentos e dezessete) e o de óbitos em 612.370 (seiscentos e doze mil, trezentos e setenta) vidas. Assim, o percentual de contaminação pela Covid-19 no Brasil cresceu em 11 (meses) e 20 (vinte) dias mais de 346% (trezentos e quarenta e seis por cento) e o de óbitos aumentou mais de 316% (trezentos e dezesseis por cento).

FIGURA 05 - Boletim diário Covid-19 nº 280 de 31/12/2021.

¹⁷UNA-SUS - Universidade Aberta do Sus, subordinado ao Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>. Acesso em: 21 jul. 2021.

¹⁸Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/20211120_boletim_covid19_diario.pdfhttps://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/20211120_boletim_covid19_diario.pdf. Acesso em: 27 nov. 2021.



Fonte: Secretaria de Saúde do Governo do Município de São Paulo.

Já no Litoral Norte do Estado de São Paulo, o primeiro caso confirmado de COVID-19 foi reportado na cidade de São Sebastião na data de 21 de março de 2020¹⁹, e na cidade de Ilhabela - SP, o primeiro caso de Covid-19 foi confirmado em 03 de abril de 2021 segundo o Portal G1²⁰ sendo que a primeira morte suspeita por Covid-19 ocorreu em 21 de maio de 2021 de acordo com o site *O Vale*²¹.

Como medida de prevenção ao contágio pelo Coronavírus, COVID-19, vários governos pelo mundo suspenderam as aulas presenciais, da mesma forma, o Governo do Estado de São Paulo, em 16 de março de 2020, sob o decreto 64.864, suspendeu as aulas presenciais a partir do dia 19 de março de 2020.

Por meio de Resolução da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo s/nº, e em 19-03-2020, homologa a deliberação aprovada pelo Conselho Estadual de Educação permite o Ensino a Distância - EaD, pelo período em que as aulas presenciais estiverem suspensas aos alunos do Ensino Fundamental e Médio, sendo este contados como dias letivos²².

¹⁹Notícia divulgada pelo Jornal Eletrônico Tamoios News. Disponível em: <https://www.tamoiosnews.com.br/cidades-2/sao-sebastiao-registra-o-primeiro-caso-de-covid-19-do-litoral-norte/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

²⁰Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2020/04/03/ilhabela-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus-na-cidade.ghtml>. Acesso em: 18 set. 2021.

²¹Disponível em: https://www.ovale.com.br/_conteudo/nossa_regiao/2020/05/104540-ilhabela-registra-primeira-morte-suspeita-por-covid-19.html. Acesso em: 18 set. 2021.

²² Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/legislacao/>. Acesso em: 01 nov. 2021.

Soma-se a referida medida a Resolução Seduc nº 28, de 19 de março de 2020, que instituiu o teletrabalho²³ e/ou *home office*, que permitiu ao corpo docente ministrar suas aulas de suas residências.

Ainda na esfera Estadual, com o objetivo de prevenção à disseminação do vírus, foram tomadas medidas importantes, tais como a antecipação das férias dos docentes e duas semanas de recesso dos estudantes - Resolução 30 de 20 de março de 2020.

Além dessas medidas, o programa Merenda em casa, autorizado pelo Decreto Estadual de nº 64.891, de 30 de março de 2020²⁴ também foi acionado e objetivava garantir as condições mínimas de alimentação aos alunos que estavam inseridos em famílias de extrema pobreza que antes era suprido pela Merenda Escolar oferecida diariamente aos alunos da Rede Pública de Ensino no decorrer das aulas presenciais.

Em linhas gerais, na esfera municipal as medidas preventivas de suspensão das aulas presenciais e implantação do Ensino Remoto seguiram as determinações do Governo do Estado de São Paulo, posto os Municípios possuem Redes de Ensino subordinadas aos Estados Federativos do Brasil.

3.2 Apresentando Ilhabela - SP e sua Rede de Ensino

A Estância Balneária²⁵ de Ilhabela, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE²⁶, encontra-se na ilha de São Sebastião e sua extensão compreende o Arquipélago de Ilhabela que é composto pelas Ilhas de São Sebastião, Búzios, Vitória e outras ilhotas, conforme Figura 06.

²³ A Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) introduziu um novo capítulo na CLT dedicado especialmente ao tema: é o Capítulo II-A, "Do Teletrabalho", com os artigos 75-A a 75-E). Os dispositivos definem o teletrabalho como "a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo". Assim, operações externas, como as de vendedor, motorista, ajudante de viagem e outros que não têm um local fixo de trabalho não são consideradas teletrabalho. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/teletrabalho>. Acesso em 11 jun. 2022.

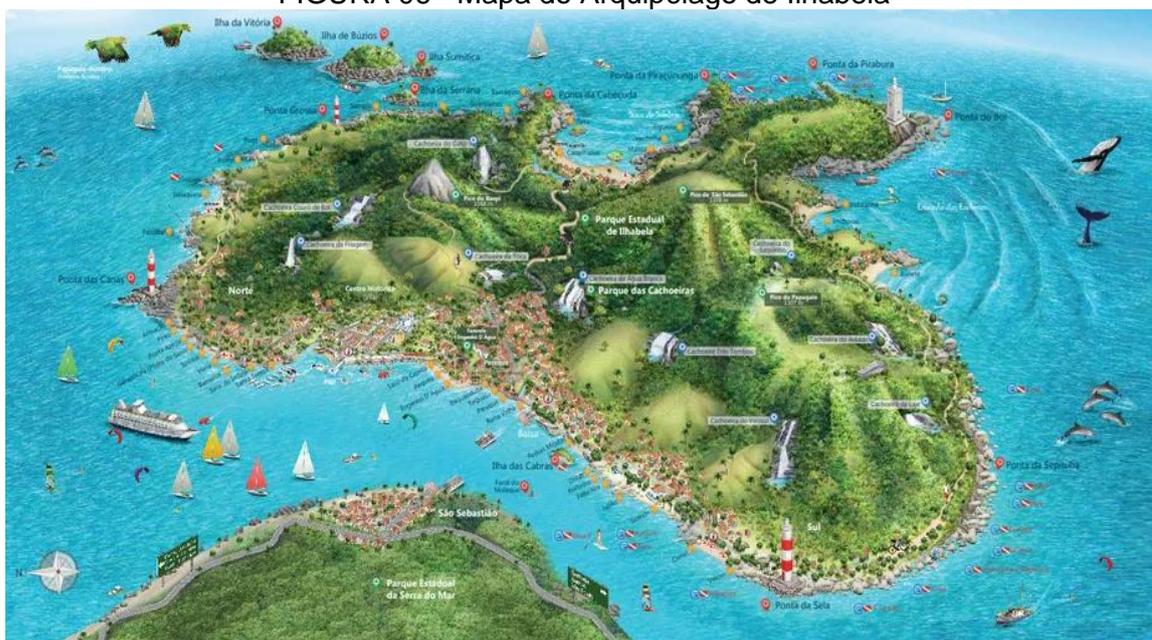
²⁴ Disponível em: https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/sic/Documents/Decreto%2064.891_2020%20-%20atendimento%20de%20alunos%20da%20rede%20p%C3%BAblica%20estadual%20-%20Covid-19.pdf. Acesso em: 02 mar 2022.

²⁵ Nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 1.261, DE 29 DE ABRIL DE 2015, às cidades litorâneas recebem essa classificação, são municípios que possuem praias, ilhas e são parte de uma natureza exuberante como a Mata Atlântica, apresentam grande potencial turístico e infraestrutura turística.

²⁶ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ilhabela/historico>. Acesso em: 09 out. 2021.

As ilhas principais do município: Ilha de São Sebastião, Ilha da Vitória e Ilha de Búzios, abrigam quinze comunidades tradicionais²⁷ caiçaras, cujo modo de vida é fundamentado num grande conhecimento dos ciclos da natureza e do território costeiro em que se localizam e do qual utilizam os recursos terrestres e marinhos para o desenvolvimento das atividades cotidianas: pesca, construção de moradias, produção de farinha, artesanato entre outros. (MARTINS, 2016. p. 15).

FIGURA 06 - Mapa do Arquipélago de Ilhabela



Fonte: PMI - Divulgação²⁸

A divisão territorial do município é constituída em 3 (três) distritos: Ilhabela, Cambaquara e Paranabi, sendo esses situados na ilha de São Sebastião, no Litoral Norte do Estado de São Paulo - Brasil, como demonstrado na Figura 07.

Identificada em 20 de Janeiro de 1.502, sendo a maior ilha da costa Brasileira e Geograficamente está a 210 quilômetros de distância da Capital do Estado de São Paulo.

Ilhabela é um município arquipélago localizado no litoral norte do Estado de São Paulo, a cerca de 210 km da capital do estado, na região da Serra do Mar. Inserido no bioma Mata Atlântica, tem 80,4%

²⁷O termo Comunidade Tradicional foi reconhecido pelo Decreto 6.040/2007, em seu art 3º, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), define que Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

²⁸Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/especial-publicitario/prefeitura-municipal-de-ilhabela/uma-ilha-mil-maravilhas/noticia/2018/12/18/mapa-de-ilhabela-com-suas-praias-baixe-aqui.ghtml>. Acesso em: 02 nov. 2021.

de seu território protegido pelo Parque Estadual de Ilhabela (PEIb). O entorno marinho do arquipélago é protegido e ordenado pela Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (APA Marinha LN). (MARTINS, 2016. p. 15).

FIGURA 07 - Divisão territorial de Ilhabela



Fonte: *Google My maps*²⁹

O Município de Ilhabela conta com a população estimada pelo IBGE/2020³⁰ em 35.591 pessoas (trinta e cinco mil quinhentas e noventa e uma) e orçamento estimado de receitas e fixação de despesas definido pela LOA 86/2019³¹ em R\$ 1.090.000.000,00 (um bilhão e noventa milhões de reais) para o exercício financeiro de 2020, dos quais R\$ 206.225.200 (duzentos e seis milhões, duzentos e vinte e cinco mil e duzentos reais) são destinados e classificados com a rubrica orçamentária 12. EDUCAÇÃO.

Quanto ao acesso ao Município de Ilhabela, ele não pode ocorrer por via terrestre por não haver pontes entre a ilha e o continente. A travessia marítima é feita por meio de embarcações, balsas ou catamarãs, operacionalizadas pelo DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A, do Governo do Estado de São Paulo, conforme Figura 08.

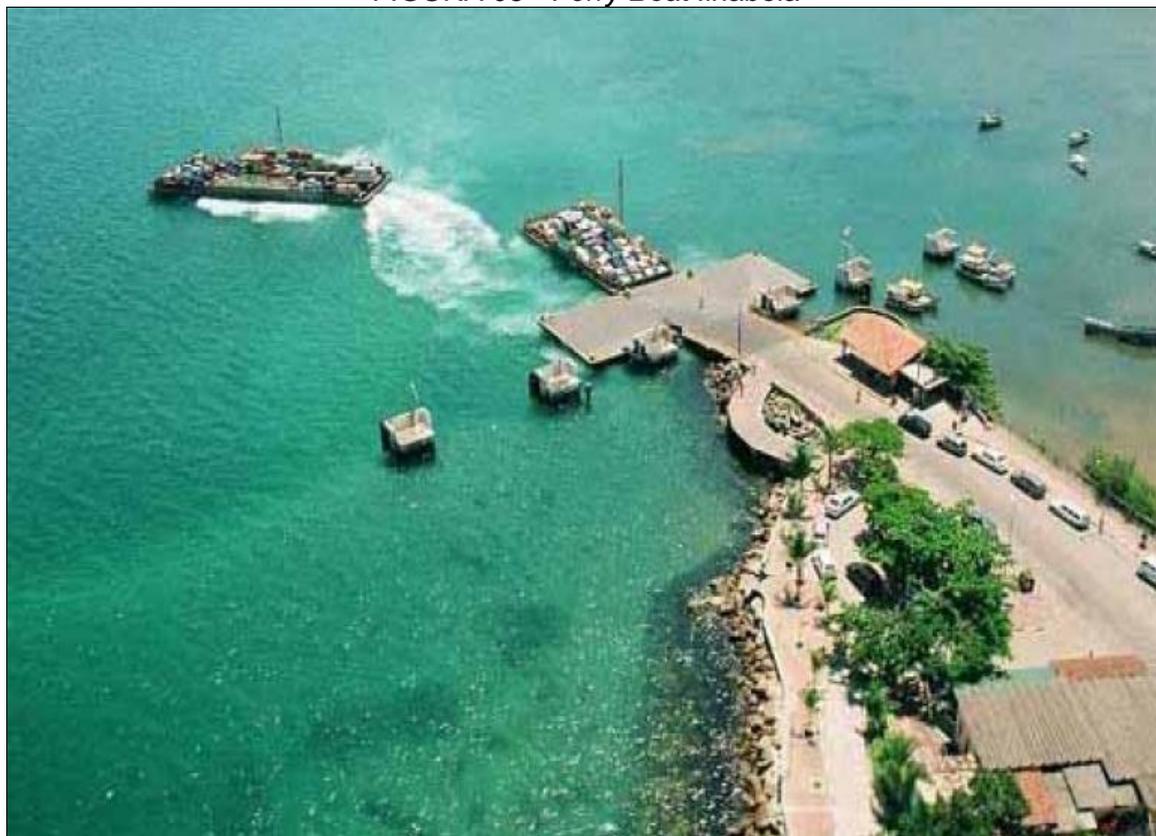
²⁹Disponível em: https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1nGEOxd76TCsbIBv8_kPeHnfqV7ItFlpr&ll=23.775816806813587%2C-45.384614655912486&z=11. Acesso em: 02 nov. 2021.

³⁰Disponível em: <https://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia.php?codigo=1943>. Acesso em: 18 out. 2021.

³¹Disponível em: https://www.arquivamais.com.br/sistema/arquivamais_v_1_1/anexo_down_web.php?id_arquivo=030181007&arquivo_tipo=arquivo_documento_43&arquivo_anexo=12466&arquivo_documento=356&arquivo_visual=2. Acesso em: 18 out. 2021.

O acesso ao município é realizado exclusivamente por mar, e o único transporte de veículos se dá via travessia por balsas que operam entre São Sebastião e Ilhabela em viagem de 1,5 km com duração de cerca de 20 minutos. “O desembarque dá acesso principal ao eixo do sistema viário de Ilhabela, a Rodovia SP 131 (Estrada Norte-Sul). (MARTINS, 2016. p. 18).

FIGURA 08 - *Ferry Boat* Ilhabela



Fonte: Site Ilha Brazil³²

FIGURA 09 - Balsa Travessia Ilhabela - São Sebastião

³² Disponível em: <http://ilhabrazil.com.br/balsa/>. Acesso em: 02 nov. 2021.



Fonte: Portal de Notícias Ilhabela³³

A economia do Município de Ilhabela é pautada “essencialmente do turismo, Ilhabela esbanja charme na sua orla urbanizada, com ciclovia e mirantes³⁴”, com uma rede ampla rede hoteleira e gastronômica e realiza atividades de fomento ao turismo em todos os meses do ano conforme site oficial da Associação Comercial de Ilhabela - ACI³⁵.

Ilhabela, em sua organização educacional, é atendida pela rede Estadual, Municipal e Particular e se divide nas modalidades Regulares e Educação de Jovens e Adultos - EJA.

O atendimento escolar efetuado na rede de ensino pública e privada de Ilhabela, conforme Figura 10 compreende a Educação Infantil composto por 24 (vinte e quatro) Unidades Escolares, entre Pré-escolas e Creches; Ensino Fundamental I - Anos Iniciais com também 24 (vinte e quatro) Unidades Escolares e no Ensino Fundamental II - Anos Finais com 17 (dezessete) Unidades Escolares, já no Ensino Médio conta com 3 (três) Unidades Escolares públicas e 3 (três) Unidades Escolares privadas.

FIGURA 10 - Escolas da rede de ensino de Ilhabela - SP 2020

Censo escolar sinopse	-						Ilhabela - SP
Ano: 2020							

³³ Disponível em: <https://www.ilhabela.com.br/balsa/>. Acesso em: 02 nov. 2021.

³⁴ Disponível em: <https://www.acilhabela.com.br/sobre-ilha-bela>. Acesso em: 29 nov. 2021.

³⁵ Disponível em: <https://www.acilhabela.com.br/sobre-ilha-bela>. Acesso em: 29 nov. 2021.

ENSINO BÁSICO						
ESCOLAS	Municipal	Privado	Estadual	Total	Total geral	Totais em lista
Educação infantil					24	24
CRECHE				14		14
Municipal	11					11
Privado		3				3
PRÉ-ESCOLAR				18		18
Municipal	14					14
Privado		4				4
Ensino Fundamental					28	28
ANOS INICIAIS				24		24
Municipal	19					19
Privado		5				5
ANOS FINAIS				17		17
Municipal	14					
Privado		3				
Ensino médio					6	6
Municipal			3			
Privado		3				
Totais:	58	18	3	73	58	

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE³⁶

Com relação à quantidade de Unidades escolares em Ilhabela, conforme demonstrado na Figura 10 e em conformidade às informações constante do Censo Escolar do IBGE de 2020³⁷, a rede educacional privada de Ilhabela contabilizada pelo IBGE é composta por 18 (dezoito) escolas; a rede municipal de ensino de Ilhabela conta com 58 (cinquenta e oito) escolas e a rede estadual de ensino com 3 (três) escolas.

Na Figura 11 é demonstrada às matrículas realizadas em 2020, *idem*, em toda a rede de ensino de Ilhabela, considerando todas as matrículas, sendo nas escolas públicas 6.486 (seis mil, quatrocentas e oitenta e seis) matrículas; nas escolas privadas 841 (oitocentas e quarenta e uma) matrículas e nas escolas estaduais 1.203 (um mil, duzentas e três) matrículas, totalizando 8.530 (oito mil, quintas e trinta) matrículas em toda rede de ensino de Ilhabela em 2020.

³⁶Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ilhabela/pesquisa/13/78117>. Acesso em: 30 nov. 2021.

³⁷Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ilhabela/pesquisa/13/5902>. Acesso em: 21 set. 2021.

FIGURA 11 - Matrículas na rede de ensino de Ilhabela SP - 2020

Censo escolar - sinopse						Ilhabela - SP
Ano: 2020						
ENSINO BÁSICO						
MATRÍCULAS	Municipal	Privado	Estadual	Total	Total geral	Totais em lista
Educação infantil					2.041	2.041
CRECHE				1,045		1.045
Municipal	1.031					1.031
Privado		14				14
PRÉ-ESCOLAR				996		996
Municipal	937					937
Privado		59				59
Ensino Fundamental					5.139	5.139
1º ANO				559		559
Municipal	506					506
Privado		53				53
2º ANO				551		551
Municipal	478					478
Privado		73				73
3º ANO				697		697
Municipal	640					640
Privado		57				57
4º ANO				540		540
Municipal	471					471
Privado		69				69
5º ANO				589		589
Municipal	493					493
Privado		96				96
6º ANO				579		579
Municipal	501					501
Privado		78				78
7º ANO				556		556
Municipal	479					479

Privado		77				77
8º ANO				585		585
Municipal	525					525
Privado		60				60
9º ANO				483		483
Municipal	425					425
Privado		58				58
Ensino médio					1350	1.350
1º SÉRIE				386		386
Estadual			337			337
Privado		49				49
2º SÉRIE				99		499
Estadual			447			447
Privado		52				52
3º SÉRIE				436		436
Estadual			390			390
Privado		46				46
NÃO SERIADA				29		29
Estadual			29			29
Totais:	6.486	841	1.203	8.530	8.530	

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE³⁸

No que diz respeito ao corpo docente a rede de ensino de Ilhabela, como demonstrado na Figura 11, é composta por: na rede privada de ensino 101 (cento e um) docentes; na rede municipal de ensino 452 (quatrocentos e cinquenta e dois) docentes, conforme os dados do censo escolar de 2020 sobre Ilhabela³⁹. Cabe ressaltar que os dados da rede estadual não constam da referida fonte.

FIGURA 12 - Docentes da rede de ensino de Ilhabela - SP 2020.

Censo escolar – sinopse						Ilhabela - SP
Ano: 2020						
ENSINO BÁSICO						

³⁸Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ilhabela/pesquisa/13/78117>. Acesso em: 30 nov. 2021.

³⁹Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ilhabela/pesquisa/13/78117>. Acesso em: 30 nov. 2021.

DOCENTES	Municipal	Privado	Estadual	Total	Total geral	Totais em lista
Educação infantil					153	153
CRECHE				66		66
Municipal	59					59
Privado		8				8
PRÉ-ESCOLAR				96		96
Municipal	84					84
Privado		13				13
Ensino Fundamental					356	356
ANOS INICIAIS				223		223
Municipal	184					184
Privado		39				39
ANOS FINAIS				159		159
Municipal	125					125
Privado		41				41
Ensino médio*				92	92	92
Totais:	452	101	0	636	601	
* Total não desmembrado na fonte.						

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE⁴⁰

Com relação à quantidade de profissionais da educação (Figura 12), em específico professores, tendo como fonte as mesmas informações disponibilizadas pelo Censo Escolar de 2020, na Educação Infantil 143 (cento e quarenta e três) professores, no Ensino Fundamental I - Anos Iniciais 184 (cento e oitenta e quatro) professores e no Ensino Fundamental II - Anos Finais 125 (cento e vinte e cinco) professores.

Apresenta uma rede de apoio educacional formada por:

- Atendimento Educacional Especializado - AEE - AMEEI
- Centro de apoio pedagógico Inclusivo - CAPI
- Escola de Vela Lar Grael.
- Projeto Ilhabela toda criança na escola - PITCE

⁴⁰Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ilhabela/pesquisa/13/78117>. Acesso em: 30 nov. 2021.

- Secretaria de Esportes e Lazer de Ilhabela

Somam-se ainda os convênios firmados com Entidades parceiras:

- Associação de Pais e Mestres de Ilhabela - APAE Ilhabela
- Associação Barreiros
- Espaço Cultural Pés no Chão
- Fundação Arte e Cultura de Ilhabela – FUNDACI

3.3 COVID-19 e o Município de Ilhabela

No Município de Ilhabela - SP, algumas medidas foram tomadas para minimizar os impactos da pandemia de Covid-19 como segue:

Nos termos do Decreto 8.028 de 18 de março de 2020⁴¹ o Município de Ilhabela suspendeu o atendimento ao público nas repartições públicas, direta e indireta, em face da pandemia de Covid-19 e, a partir de 19/03/2020. Os servidores públicos municipais que apresentem qualquer comorbidade que apresente risco maior de morte em caso de contaminação por Covid-19, deverão ser afastados do serviço presencial e ficando, portanto, em *home office*⁴², mediante apresentação de atestado médico. (ILHABELA, 2020).

Vale lembrar que o Município de Ilhabela-SP se localiza na maior ilha do Arquipélago de Ilhabela e não possui acesso terrestre, ou seja, a única forma de acesso dos veículos se dá por meio da Travessia marítima com Balsa, assim, em 18 de março de 2020, por meio do Decreto Municipal 8.029⁴³, restringiu o acesso à Ilhabela por 10 (dez) dias como tentativa de manter do lado de fora da ilha o vírus e resguardar o interesse da coletividade ilhéu.

Em 20/03/2021, por meio do Decreto Municipal 8.030⁴⁴ Ilhabela declara Estado de Calamidade Pública e estabelece medidas excepcionais de contenção à Pandemia provocada pelo Novo Coronavírus - Covid-19, no qual estipula que servidores públicos

⁴¹Disponível em: https://www.ilhabela.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Decreto8028_2020.pdf. Acesso em: 18 set. 2021.

⁴²O termo *Home Office* traduzido significa escritório em casa. Na prática, nada mais é que o profissional ter uma estrutura na própria residência para realizar suas tarefas de trabalho como se estivesse alocado na empresa. Disponível em: <https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/carreira/home-office/>. Acesso em: 13 out. 2021.

⁴³Disponível em: https://www.ilhabela.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Decreto8029_2020.pdf. Acesso em: 18 set. 2021.

⁴⁴Disponível em: https://www.ilhabela.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/8.030_2020_Decreta_Estado_Calamidade.pdf. Acesso em: 18 set. 2021.

de atividades não essenciais deverão permanecer em *home office* por 15 dias e também fecha todo comércio formal e o ambulante não essenciais.

O Decreto Municipal 8.031, de 20 de março de 2020, restringe novamente o acesso à Ilhabela por mais 15 dias, pelo Sistema de Travessias objetivando o controle da incidência de contaminação pela Covid-19.

Ao Município de Ilhabela-SP é concedida decisão favorável em caráter liminar por meio do processo 1000381-31.2020.8.26.0247⁴⁵ no qual a Polícia Militar do Estado de São Paulo recebe a incumbência de dar suporte na fiscalização do cumprimento do Decreto Municipal 8.031/2020, sendo autorizado, se preciso for, a utilização de força.

3.4 A Organização Escolar em tempos de Pandemia

O ano letivo de 2020 de forma presencial, como já dito anteriormente, ainda engatinhava no Brasil e teve sua suspensão de atividades decretada em razão da COVID-19. Tanto neste país quanto na maior parte do mundo os alunos ficaram distantes das aulas físicas, mas não da escola e do processo educacional.

A Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) lançou nesta quinta-feira uma coalizão mundial para assegurar a educação a distância dos mais de 1,5 bilhão de alunos de 165 países afetados pelo fechamento de escolas devido à pandemia do coronavírus (Unesco anuncia coalizão para garantir a educação durante o coronavírus. 2020, s.p.).

Recorrendo a Simons e Masschelein (2011), o mundo em que vivemos assumiu um viés no qual o aprender tornou-se um imperativo. Para os autores, a sociedade atual é vista como uma sociedade de aprendizagem, que apresenta como objetivo a produção de sujeitos que têm a aprendizagem como foco principal. São os sujeitos da aprendizagem que assumem o papel de aprender continuamente, elaboram suas vidas como se fossem empresas e tomam todo processo educativo como um investimento objetivando retorno no futuro, por conseguinte, os sujeitos da aprendizagem tornam-se endividados (LAZZARATO, 2011) consigo mesmos, pois estão a todo o momento sendo pressionados a aumentar sua aprendizagem. Sob esta ótica a escola com seus portões fechados, a paralisação dos processos escolares

⁴⁵ Disponível em: <https://www.ilhabela.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/DecisaoPM.pdf>. Acesso em: 19 set. 2021.

presenciais interferiria nesse comprometimento com a aprendizagem podendo promover a evasão nas atividades escolares.

O Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, por meio de sua Deliberação CEE 177/2020, de 18 de março de 2020, “fixa normas quanto à reorganização dos calendários escolares, devido ao surto global do Coronavírus, para o Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, e dá outras providências” (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2020, p. 1), documento este que foi o norteador do Ensino Remoto (ER) no Estado de São Paulo.

Diante do início da transmissão comunitária do vírus no Brasil, o Governador do Estado de São Paulo editou, em 13 de março de 2020, o Decreto 64.862 que “Dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), bem como sobre recomendações para o setor privado estadual. (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2020, p. 4).

Nos termos do Decreto 64.862/2020 do Governo do Estado de São Paulo, em seu artigo 1º determina que:

Artigo 1º – Os Secretários de Estado, o Procurador Geral do Estado e os dirigentes máximos de entidades autárquicas adotarão as providências necessárias em seus respectivos âmbitos visando à suspensão:

... II – de aulas no âmbito da Secretaria da Educação e do Centro Paula Souza, estabelecendo-se, no período de 16 a 23 de março de 2020, a adoção gradual dessa medida. (SÃO PAULO, 2020).

Ainda no mesmo documento, lê-se: Artigo 4º – No âmbito de outros Poderes, órgãos ou entidades autônomas, bem como no setor privado do Estado de São Paulo, fica recomendada a suspensão de: I – aulas na educação básica e superior, adotada gradualmente, no que couber (SÃO PAULO, 2020).

Conforme o CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2020, discorreu sobre as questões legais quanto à interrupção das aulas presenciais no Estado de São Paulo e subsequente implantação do Ensino Remoto (ER):

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal 9.394/96, no inciso I do art. 24 determina que “a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver”. O § 2º do art. 23, dispõe que “O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso

reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei”. Portanto, a própria Lei Federal indica a adequação do calendário escolar, desde que não haja redução das 800 (oitocentas) horas, mínimas, previstas na Lei. Por outro lado, normas expedidas pelos Conselhos Nacional e Estadual de Educação definem que integram as 800 (oitocentas) horas, mínimas, fixadas em Lei, as “atividades escolares”, mesmo as realizadas em outros ambientes, desde que obrigatórias e incluídas na proposta pedagógica com efetiva orientação da escola, conforme Indicação CEE 09/1997 e Deliberação CEE 10/1997: A ‘jornada’ de quatro horas de trabalho no Ensino Fundamental não corresponde exclusivamente às atividades realizadas na tradicional sala de aula. São ainda atividades escolares aquelas realizadas em outros recintos, para trabalhos teóricos e práticos, leituras, pesquisas e trabalhos em grupo, concursos e competições, conhecimento da natureza e das múltiplas atividades humanas, desenvolvimento cultural, artístico, recreio e tudo mais que é necessário à plenitude da ação formadora, desde que obrigatórias e incluídas na proposta pedagógica, com a frequência do aluno controlada e efetiva orientação da escola, por meio de pessoal habilitado e competente. (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2020, p. 5).

A Portaria MEC 343/2020, que “Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19”, em seu art. 1º reza:

Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. (BRASIL, 2020).

Na deliberação do Conselho Estadual de Educação (2020) é lembrada a existência e pertinência do Decreto-Lei 1.044/1969:

Decreto-Lei 1.044/1969 que considera situações em que condições de saúde nem sempre permitem a frequência do educando à escola, na proporção mínima exigida em lei, embora se encontre o aluno em condições de aprendizagem. Nestes casos determina, como compensação da ausência às aulas, exercícios domiciliares com acompanhamento da escola, sempre que compatíveis com o estado de saúde do aluno e as possibilidades do estabelecimento. (SÃO PAULO, 2020, p. 6).

Além de outros documentos aludidos na deliberação do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (2020) a Indicação CEE 60/2006 e a Deliberação CEE 59/2006 tratam de forma mais incisiva a viabilidade legal do Ensino Remoto (ER) como segue:

No Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, a Indicação CEE 60/2006 e a Deliberação CEE 59/2006 atualizaram as normas relativas ao referido Decreto-Lei, com orientações adequadas à LDB, como se observa no art. 1º : “Aplica-se esta Deliberação a quaisquer casos de alterações de saúde que impeçam a atividade escolar normal do discente, pelas limitações que impõem ao mesmo ou pelos riscos que podem ocorrer, para ele próprio, para outros discentes e para os que têm atribuições em instituição educacional ou que a ela comparecem”. Portanto, a Deliberação CEE nº 59/2006 se aplica a casos de saúde que podem implicar riscos para o próprio discente ou para os outros, como no caso do Coronavírus. (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2020, p. 6).

Somado aos termos da LDB em seu parágrafo 4º do art. 32 observa-se que “o Ensino Fundamental será presencial, sendo o ensino à distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais” (BRASIL, 1996), o que vem contemplar diretamente a situação que se delineia na vigência da epidemia de Covid-19.

Neste contexto se faz pertinente recorrer ao estudo realizado pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) em parceria com o Instituto Itaú Social e a Unicef⁴⁶, relacionado à implantação do Ensino remoto no Brasil, considerando como corte temporal os meses de janeiro e fevereiro de 2021 apresentou os dados que seguem.

De acordo com o referido estudo 3.672 (três mil, seiscentos e setenta e dois) municípios brasileiros que atendem 14,7 milhões de estudantes, dos quais 91,9% permaneceram todo o ano letivo de 2020 de forma remota após o início da pandemia de Coronavírus COVID-19 e o restante, cito 8,9% dos municípios adotaram o modelo híbrido.

Conforme FERNANDES; ISIDORO; MOREIRA, 2020, temos que:

A pandemia muda consideravelmente o cotidiano atual: hábitos pertencentes à cultura dos países foram modificados devido ao Covid-19. “O mundo hoje presencia uma nova forma de comportamento social, com a Pedagogia Pandêmica, as formas de se relacionar, de consumir, as estratégias de trabalhos e, sobretudo, o trabalho docente foram impactados” (BARRETO e ROCHA, 2020, p. 02). Neste sentido, os gestores suspenderam atividades que envolviam reuniões de pessoas, dentre elas: as aulas. Assim, milhões de alunos ficaram sem frequentar ambientes educacionais em todo mundo, mobilizando ações de conselhos educacionais, gestores, pais e discentes. (FERNANDES; ISIDORO; MOREIRA, 2020, p. 2).

⁴⁶Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/10-03-2021-18-19-ensino-remoto-no-brasil-foi-feito-principalmente-com-material-impresso-e-aula-no-whatsapp-mostra-pesquisa>. Acesso em: 09 out. 2021.

Desta forma, o estudo publicado pela Undime (2021), denota que mais de 90% dos municípios ministraram suas aulas pelo aplicativo do *whatsApp* e demais materiais impressos para as atividades remotas. A metodologia de gravação de vídeo aulas e disponibilização aos alunos foi utilizada por 60% dos municípios sendo que 54% destes mantiveram algum tipo de orientação *online* via aplicativos, e, apenas 21% das redes municipais participantes da pesquisa implementaram as vídeo aulas ao vivo.

Contudo, mesmo com os vários métodos tentados para alcançar a maioria dos alunos, o estudo referido acima também denota que a uma parte significativa dos alunos não encontra meios de acesso à internet, se fazendo essencial a entrega de material de estudo aos alunos por via impressa, seja ele por material apostilado ou outro meio impresso.

3.5. Apresentação e análise dos dados: a proposta de educação em tempo de pandemia no Município de Ilhabela

A Secretaria Municipal de Educação do Município de Ilhabela disponibiliza um Documento Orientador - Atividades Escolares não presenciais⁴⁷ no qual reconhece a importância das aulas presenciais para os estudantes “tanto para seu desenvolvimento socioemocional, por meio das relações com colegas, professores e outros profissionais da escola que são importantes para que os estudantes aprendam a conviver com pessoas diferentes” (ILHABELA, 2020, p.8), e afirma também que desenvolvimento cognitivo se torna mais efetivo com o apoio próximo do professor, porém, no momento calamitoso que se encontra, tal processo se vê impedido de acontecer.

O referido Documento Orientador - Atividades escolares não presenciais de Ilhabela é uma adaptação do Documento Orientador - Atividades não presenciais elaborados pela Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo e versa sobre orientações atinentes ao calendário escolar, e norteia a Rede Municipal de Ensino de Ilhabela “sobre como desenvolver atividades a distância que favoreçam a aprendizagem de todos os estudantes e como registrá-las para que possam ser

⁴⁷ Anexo 1 - Documento Orientador - Atividades Escolares não presenciais do Município de Ilhabela - SP.

contabilizadas na composição da carga horária do efetivo trabalho escolar” (ILHABELA, 2020 p. 9).

Afirma também que se trata de um documento para cujas orientações são gerais para a rede, entendo, portanto, “para que as ações sejam efetivas em garantir a aprendizagem dos estudantes, é essencial que as escolas desenvolvam ações adaptadas ao seu contexto” (ILHABELA, 2020 p.9), podendo ir além das indicações feitas pela Secretaria Municipal de Educação de Ilhabela - SME Ilhabela, em conjunto com a Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo - SEDUC-SP.

Nesse contexto, o processo educacional tradicionalmente adotado no Brasil, o de aulas presenciais, ficou limitado devido às medidas de isolamento social, logo, a Secretaria Municipal da Educação de Ilhabela se propõe a estar em conformidade com a Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo, a qual é subordinada, seguindo as ações e “estratégias para apoiar as escolas e, em conjunto, dadas as restrições necessárias para evitar a transmissão da COVID-19, fazer o que é possível para garantir aos estudantes a aprendizagem e a continuidade nos estudos” (ILHABELA, p. 8), considerando para tanto o período de aplicação mais severas das medidas de distanciamento social até o retorno das aulas e atividades presenciais.

Em face à ampla disseminação do Coronavírus implementou medidas preventivas de propagação da contaminação pelo vírus suspendendo as aulas presenciais com foco em reduzir as aglomerações e trânsito de alunos e profissionais de educação, seguindo as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo⁴⁸.

O Governador João Doria confirmou, nesta sexta-feira (13), que São Paulo vai intensificar as medidas de enfrentamento ao novo coronavírus. Em acordo com o Ministério da Saúde, ficou definido que haverá interrupção gradual das aulas na rede estadual de ensino a partir de segunda (16), o adiamento de eventos públicos ou privados que reúnam 500 ou mais pessoas e a suspensão por 60 dias das férias de funcionários da rede estadual da Saúde⁴⁹.

O Município de Ilhabela por meio de sua Secretaria Municipal de Educação estipulou o início do ano letivo em 04 de fevereiro de 2020, divididos em 4 (quatro)

⁴⁸ Assista a coletiva de imprensa na íntegra na plataforma do Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T07O6JpdFqg>. Acesso em: 27 nov. 2021.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/saude-e-centro-de-contingencia-atualizam-cenario-sobre-novo-coronavirus-em-sp/#:~:text=Em%20acordo%20com%20o%20Minist%C3%A9rio,da%20rede%20estadual%20da%20Sa%C3%BAde>. Acesso em: 27 nov. 2021.

bimestres, sendo o primeiro bimestre com início na data supra citada e término em 30 de abril de 2020, totalizando 53 dias letivos.

Desta forma, as aulas presenciais ocorreram normalmente de 04 de fevereiro de 2020 até 15 de abril de 2020, sendo estes dias considerados letivos para todos os efeitos.

O período de 16 de abril até 20 de abril também foi considerado letivos, porém com presença facultativa por parte dos alunos para que as famílias dos alunos pudessem se organizar com a estrutura de apoio que teriam que formar para amparar seus filhos, alunos, que não estariam a partir daquele momento fora da guarda da Instituição de Ensino e a suspensão total das aulas presenciais a partir de 20 de março de 2020.

No período que se sucedeu, houve a antecipação dos recessos escolares se estendendo até o dia 24 de abril de 2020 e os dias seguintes como replanejamento das atividades escolares até a data de 30 de abril de 2020, estabelecendo assim um novo calendário escolar pautado nessa nova realidade em conformidade à Portaria Interna da SME Ilhabela 16/2020 que antes se encerraria em 30 de abril e a partir dessa reestruturação foi encerrado em 29 de maio, passando do total de 53 dias letivos inicialmente para 49 dias letivos.

A interrupção das aulas e restrição de eventos com público visa reduzir a circulação de pessoas, uma vez que os serviços de saúde confirmaram a transmissão local do covid-9 em São Paulo. A contaminação já ocorre entre pessoas que residem no estado e não viajaram para países onde a contaminação ocorria anteriormente⁵⁰.

Devido ao agravamento da situação de transmissibilidade da Covid-19, e com a extensão da necessidade do distanciamento social, ficou determinada a retomada das atividades escolares de forma não presencial com o intuito de diminuir os prejuízos pedagógicos e que a aprendizagem dos estudantes tenha continuidade.

A escola é mais do que um prédio – ela é feita de pessoas e suas relações. Para preservar a saúde de todos durante a pandemia, os prédios escolares funcionarão de forma diferenciada, sem atendimento presencial aos estudantes e com os professores em teletrabalho. Porém, isso não pode impedir que as relações e a aprendizagem continuem. (ILHABELA, 2020, p. 8).

⁵⁰ Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/governo-de-sp-anuncia-suspensao-de-aulas-e-eventos-com-mais-de-500-pessoas/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

Nesta nova conjuntura, o primeiro bimestre do ano letivo de 2020 passou a ter a configuração que abaixo fica sistematizada, a seguinte sequência: descrição do ocorrido; período de vigência e informação se será contabilizado como dia letivo ou não letivo, como segue na FIGURA 13.

FIGURA 13 – Calendário letivo 2020

Aulas presenciais	04 de fevereiro a 15 de março	Letivo
Suspensão gradual das aulas	16 a 20 de março	Letivo
Recesso escolar - 1ª semana	23 a 27 de março	Não letivo
Recesso escolar - 2ª semana	30 de março a 3 de abril	Não letivo
Recesso escolar - 3ª semana	6 a 09 de abril	Não letivo
Recesso escolar - 4ª semana	13 a 17 de abril	Não letivo
Recesso escolar - 5ª semana	22 a 24 de abril	Não letivo
Replanejamento Escolar	27 a 30 de abril	Não letivo
Aulas não presenciais	01 de maio a 29 de maio	Letivo

Fonte: Documento Orientador das atividades não presenciais – Ilhabela -SP

3.6. Estruturação do Ensino Remoto em Ilhabela - Ensino Regular

Inicialmente a SME de Ilhabela orientou às Unidades Escolares que efetuasse um levantamento situacional dos recursos que dispunham os alunos para acompanhar o Ensino Remoto:

Para a realização das atividades não presenciais, será essencial que as equipes de gestão das escolas e professores considerem os diferentes públicos de estudantes das unidades escolares atendidos. Para planejar as atividades, é necessário verificar quais recursos os estudantes efetivamente dispõem. (ILHABELA, 2020, p. 12).

O perfil traçado pelo levantamento foi realizado de acordo com as especificidades de cada Unidade Escolar, as informações mais relevantes incluíram indagações sobre a disponibilidade de acesso aos seguintes itens: computador, internet, celular, televisão, materiais para registro (caderno, lápis, borracha...).

Esse levantamento pode ser feito utilizando diversos recursos - como por meio de ligações aos estudantes ou seus responsáveis para levantar os recursos disponíveis -, buscando utilizar os instrumentos que permitam chegar a todos os estudantes, que sejam mais ágeis e contribuam para a organização das informações de maneira mais simples. (ILHABELA, 2020, p. 12).

Para os casos em que os alunos que não possuíam nenhum tipo de acesso às tecnologias digitais foram disponibilizados materiais impressos como apostilas, livros:

Assim, cada Unidade Escolar fez seu levantamento e aplicou os resultados de acordo com suas necessidades.

No caso de estudantes que não dispuserem de nenhum recurso digital, será necessária a realização de atividades em materiais físicos (tais como os cadernos do aluno, livros didáticos do PNLD, fascículos de atividades, livros de literatura, ou atividades impressas pelas escolas). (ILHABELA, 2020, p. 12).

Na sequência, a Secretaria Municipal de Educação de Ilhabela abre o leque das possibilidades de aprendizagem e “caso os estudantes dispuserem de acesso à internet em casa, para usar pelo celular ou por computadores, poderão desenvolver também atividades por meio de outras plataformas digitais de aprendizagem ou utilizando outros aplicativos”. (ILHABELA, 2020, p. 12).

Devido aos períodos de recessos antecipados pelo SME de Ilhabela, professores e estudantes já contavam com mais de um mês longe das aulas presenciais, portanto, o Ilhabela, (2020), estipula algumas habilidades que deverão ser focadas nas primeiras atividades com a retomada de aprendizagens anteriores, sobretudo aquelas que são consideradas essenciais para continuidade de todo o processo de aprendizagem dos alunos, “Para apoiar nesse processo de retomada, os professores podem utilizar instrumentos para sondagem de aprendizagem para preparar suas atividades de acordo com um diagnóstico da aprendizagem dos estudantes.” (ILHABELA, 2020, p. 13).

Assim, para que o processo de aprendizagem pudesse avançar foram indicadas as habilidades⁵¹ que seguem para desenvolvimento no primeiro bimestre conforme levantamento realizado conforme as Unidades Escolares seguindo os critérios descritos:

- a) habilidades que são essenciais para o percurso de aprendizagem dos estudantes, para que possam desenvolver aprendizagens posteriores;
- b) habilidades que alunos podem desenvolver a partir de atividades não presenciais, com maior autonomia;
- c) o tempo disponível para o desenvolvimento das atividades, considerando número de aulas de cada componente curricular;
- d) as habilidades presentes nos materiais de apoio. (ILHABELA, 2020, p. 13).

⁵¹As habilidades consideradas prioritárias na elaboração do Documento Orientador para o primeiro bimestre, tanto pelo SME de Ilhabela quanto para a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1_NvfJ3zjv31qgWEO0hOwKsRxzpWZgkdm/view?usp=sharing. Acesso em: 12 dez. 2021.

No referido Documento Orientador é deixado claro que cada Unidade Escolar tem autonomia para progredir, avançar ou recuar de acordo com o nível de conhecimento de seus alunos, adequando-se assim, às necessidades de seu corpo estudantil e a realidade da proposta pedagógica de cada Escola.

Para o desenvolvimento dessas habilidades, os professores, com apoio da equipe gestora das escolas, devem planejar roteiros⁵² de atividades que em conjunto comporão uma programação semanal em quantidade equivalente ao número de aulas oferecidas pela matriz curricular para cada ano/série/termo e componente curricular. (ILHABELA, 2020 p. 14).

Os roteiros de estudos podem contemplar apenas uma disciplina ou ser interdisciplinar, dependendo da proposta pedagógica de cada Unidade Escolar, nele é possível se utilizar de vários recursos e devem ser contabilizados para cada componente curricular de forma separada:

Para a elaboração dos roteiros, é essencial que os professores considerem os recursos de que os estudantes efetivamente dispõem, propondo atividades que todos possam realizar e podendo sugerir atividades adicionais utilizando recursos que nem todos têm disponíveis apenas de forma complementar. (ILHABELA, 2020 p. 14 e 15).

Algumas informações foram eleitas como obrigatórias na confecção dos roteiros de estudos no Município de Ilhabela, tais como Componente Curricular, se Ensino Fundamental e Campos de Experiências, se Educação Infantil; número de aulas a que equivalem; Habilidades a serem trabalhadas (de acordo com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC;⁵³ Atividades a serem realizadas (incluindo o tempo previsto para cada uma) e Instrumentos para verificação da aprendizagem.

A orientação dada pela SME de Ilhabela com referência ao envio dos Roteiros de Estudo foi que esse acontecesse de forma digital, por meio de grupos de *whatsapp*, *email* ou outra plataforma digital com fulcro numa menor circulação de pessoas pelas Unidades Escolares e conseqüentemente, diminuindo a possibilidade ou risco de contágio pelo Coronavírus.

⁵²Fica aqui entendido que Roteiro é o documento que direciona o aluno às atividades que deverão executar naquele período, nele poderá constar explicações, instruções e indicações de vídeo-aulas, livros ou qualquer outro material atinente para promover e/ou facilitar o processo de aprendizagem do aluno.

⁵³A Base Nacional Comum Curricular - BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 11 out. 2021.

Entendendo que nem todo o público estudantil seria alcançado com esta metodologia de envio de atividades, a SME de Ilhabela disponibilizou versões impressas desses Roteiros para “nos casos em que não for possível o envio por este meio, por dificuldades de acesso à internet ou recursos digitais” (ILHABELA, 2020, p. 15), a serem retirados na Unidade Escolar com determinada periodicidade a ser combinada com a Gestão/Coordenação de cada Escola e os pais ou responsáveis pelos alunos.

Ainda que seja recomendada a pactuação desses combinados de retirada dos roteiros entre as equipes das escolas e os responsáveis, é importante que haja flexibilidade na entrega de materiais de forma a acomodar as diversas realidades. Nesses casos, devem ser tomadas as devidas medidas de higiene e de distanciamento para evitar a proliferação do coronavírus. Para evitar aglomerações, será essencial escalonar os horários de entrega. (ILHABELA, 2020, p. 15).

O referido documento ainda recomenda que em caso de em uma mesma unidade familiar haja mais de uma criança matriculada na escola, que o responsável possa retirar todos os materiais, de todas as crianças sob sua responsabilidade, de uma única vez por período.

Além disso, nos casos em que não for possível a entrega virtual das atividades realizadas, elas sejam entregues no dia da retirada de materiais. Caso não seja possível a entrega das atividades realizadas durante o período de emergência, será importante orientar os estudantes para guardá-las para que sejam entregues quando as atividades escolares presenciais forem retomadas. (ILHABELA, 2020, p. 16).

Para os alunos que apenas possuam acesso à rede de televisão aberta, a SME de Ilhabela deixou ao encargo das Unidades Escolares a decisão por indicar elaborar atividades de complementação pedagógica para realização das aulas remotas com base nos conteúdos abordados pelos canais de TV Educação e TV Univesp sob a égide da Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo, sendo que aqueles alunos que tiverem acesso a aparelho de celulares poderão acessar os conteúdos programáticos do Centro de Mídias de SP⁵⁴.

⁵⁴A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo disponibiliza internet gratuita para os alunos utilizarem o aplicativo CMSP, bastava ter um dispositivo com sistema operacional Android ou iOS com um chip de qualquer operadora. Antes de usar é necessário baixar e logar no Aplicativo Centro de Mídias SP, quando é necessário ter internet no celular (*wi-fi* ou dados móveis). É preciso aceitar a configuração VPN, que será solicitado ao se logar. Após a autenticação, a internet para o uso do Aplicativo CMSP em dados móveis será disponibilizada pela Secretaria de Educação. Disponíveis em <https://atendimento.educacao.sp.gov.br/knowledgebase/article/SED-05446/pt-br>. Acesso em: 11 out. 2021.

O Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP) é uma iniciativa da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) para apoiar a aprendizagem dos estudantes e a formação dos professores, com aulas de qualidade ao vivo, ao alcance de todos pela TV aberta e aplicativo de celular. (ILHABELA, 2020, p. 16).

As aulas são transmitidas diretamente do estúdios da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, ministrada por professores qualificados e especialistas da área, podendo ser acompanhadas ao vivo pelo aplicativo CMSP, pelo site do Centro de Mídias SP, pelo *Facebook* ou ainda pela Tv Aberta: Tv Educação ou Tv Univesp, os conteúdos ficam disponíveis para consulta permitindo uma maior conexão entre os usuários da Rede, não configurando Ensino a distância, posto que sua plataforma oferta conteúdos de forma assíncrona, ou seja, o acompanhamento das aulas pode ocorrer em diferentes momentos.

Também foi ofertado aos alunos material físico, de uso rotineiro nas aulas presenciais que estejam amplamente disponíveis e a todos os alunos da Rede, tais como: Aprender Sempre 2020 - Língua Portuguesa e Matemática: material apostilado fornecido pela Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo, voltada a cada ano/série e entregue a cada aluno da Rede de Ensino de Ilhabela, aborda temas pautados pela Base Nacional Comum Curricular e as habilidades tidas como essenciais para cada ano/série nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

As Unidades Escolares mantiveram seus acervos literários disponíveis para consulta e empréstimos pelos alunos durante todo o período em que as aulas se mantiveram no formato de Ensino Remoto, respeitando os protocolos de biossegurança para preservação da saúde.

Os professores ficaram autorizados a criar redes sociais e grupos de conversas por *app* para discussão e fomento da leitura com o intuito de formar novos leitores.

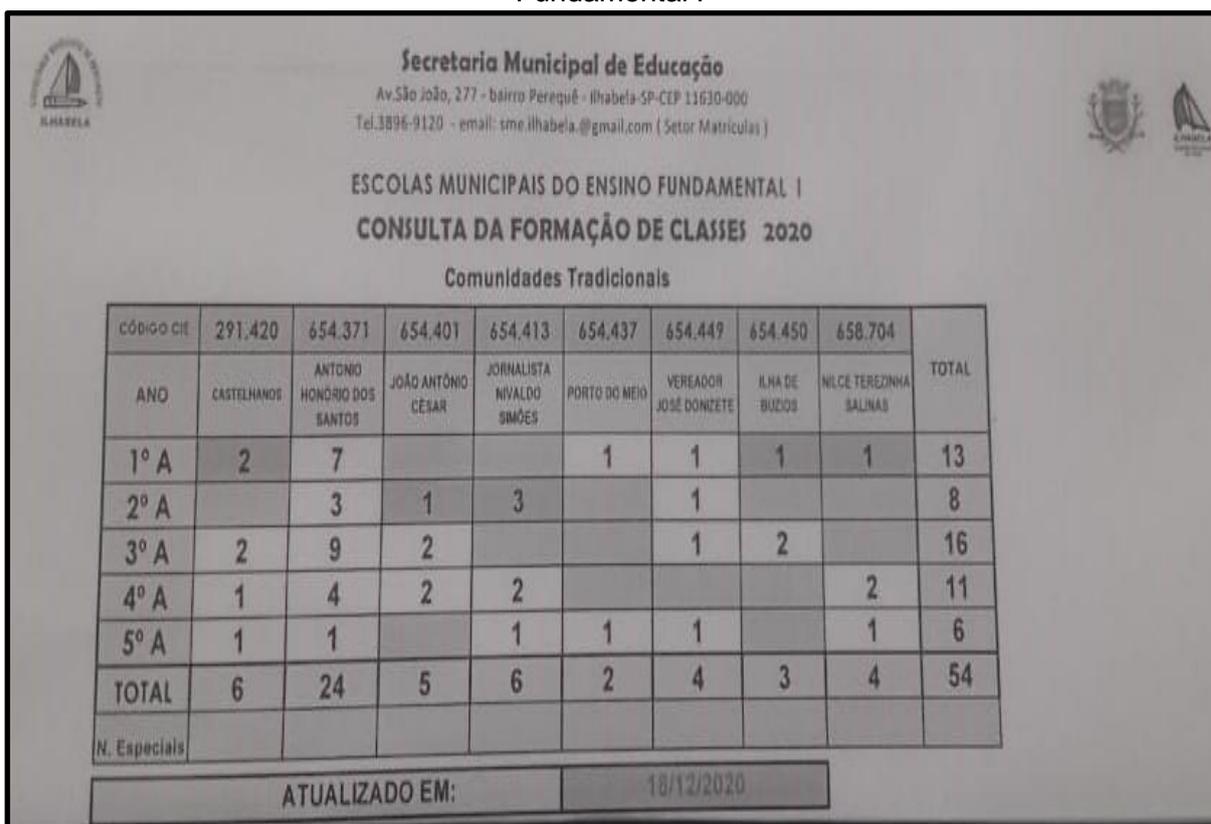
3.6.1 Atendimentos Educacional nas Comunidades Tradicionais

As Comunidades Tradicionais de Ilhabela são Comunidades Tradicionais Caiçaras como explicitado no item 4.2, primeiro e segundo parágrafo desta pesquisa, apresentam características únicas, tanto em seu posicionamento geográfico que

promovem um afastamento físico das demais regiões do Município, tanto por sua natureza social, introspectiva e de cotidiano peculiar, como explicitado no item 4.2

A formação das turmas ocorre de forma multisseriada, atendendo 54 alunos no Fundamental I - Figura 14 e 56 alunos no Fundamental II - Figura 15, fornecidas pela SME de Ilhabela:

FIGURA 14 - Consulta de formação de Classes 2020 - Comunidades tradicionais - Fundamental I



Secretaria Municipal de Educação
Av. São João, 277 - bairro Perequê - Ilhabela-SP-CEP 11630-000
Tel.3896-9120 - email: sme.ilhabela@gmail.com (Setor Matrículas)

ESCOLAS MUNICIPAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I
CONSULTA DA FORMAÇÃO DE CLASSES 2020
Comunidades Tradicionais

CÓDIGO CIE	291.420	654.371	654.401	654.413	654.437	654.449	654.450	658.704	TOTAL
ANO	CASTELHANOS	ANTONIO HONORIO DOS SANTOS	JOÃO ANTÔNIO CÉSAR	JORNALISTA NIVALDO SIMÕES	PORTO DO MEIO	VEREADOR JOSÉ DONIZETE	ILHA DE BUZOS	NILCE TEREZINHA SALINAS	
1º A	2	7			1	1	1	1	13
2º A		3	1	3		1			8
3º A	2	9	2			1	2		16
4º A	1	4	2	2				2	11
5º A	1	1		1	1	1		1	6
TOTAL	6	24	5	6	2	4	3	4	54
N. Especiais									
ATUALIZADO EM:					18/12/2020				

Fonte: SME Ilhabela

FIGURA 15 - Consulta de formação de Classes 2020 - Comunidades tradicionais - Fundamental II

Secretaria Municipal de Educação
Av. São João, 277 - bairro Persquê - Ilhabela-SP-CEP 11630-000 - Tel.3896-9120
Setor Matrículas: email: sme.ilhabela@gmail.com

ESCOLAS MUNICIPAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL II

CONSULTA DA FORMAÇÃO DE CLASSES 2020
Comunidades Tradicionais

CÓDIGO CIE	291.420	654.371	654.401	654.413	654.437	654.450	658.704	654.449	TOTAL
ANO	CASTELHAROS	ANTONIO HONÓRIO	JÃO ANTONIO	IVALDO SIMÕES	PORTO DO MEIO	ILHA DE BUZIOS	WILCE TEREZINHA	JOSÉ DONIZETE	
6º A	1	3	2			3	3	1	13
7º A	2	5	1	2			1	1	12
8º A	3	5	4	3		3	1	1	20
9º A	1	3		3		1	1	2	11
TOTAL	7	16	7	8	0	7	6	5	56
Turno	T	M	T	T		T	T	T	
NEC. ESPECIAIS		1		1					2

SITUAÇÃO EM: 18/12/2020

Fonte: SME Ilhabela

Considerando suas especificidades, nos termos do Documento Orientador - Atividades educacionais não presenciais, as Comunidades Tradicionais de Ilhabela requerem do docente, juntamente com a equipe gestora uma reflexão que incluam a heterogeneidade presente no alunado dessa Comunidades e que isso se espelhe nos roteiros das atividades criadas para cada realidade educacional.

No caso dos professores das escolas tradicionais, sugerimos que os roteiros de estudo dialoguem com a realidade dos estudantes, valorizando os conhecimentos socialmente construídos por eles, articulados à socialização dos saberes científicos. (ILHABELA, 2020, p. 31).

Da mesma forma que nas situações anteriores, no Ensino Regular na forma remota, na Educação de Jovens e Adultos - EJA na forma remota, na Educação das Comunidades Tradicionais também servirá como documento balizador o Currículo Paulista e o Plano de Ensino, sendo também o ponto de partida para a elaboração desses roteiros. Assim, nas “comunidades tradicionais em que os estudantes possuem acesso ao aplicativo do Centro de Mídias e/ou a TV Cultura” (ILHABELA, 2020, p. 32) é sugerido aos docentes que se valham desses recursos para que apoiem suas aulas.

3.6.2 Polos de Educação Integral de Ilhabela – PEIIs

Os Polos de Educação Integral de Ilhabela - PEIIs, conforme demonstra a Figura 16 são Unidades complementares de Ensino de desenvolvimento integral do aluno, oferecem opções para crianças, jovens e adultos, como natação, hidroginástica, Figura 17, atletismo, futebol, dança de rua, *ballet* e *jiu-jitsu*.

FIGURA 16 - Sede PEII Barra Velha



Fonte: SME - PMI - Divulgação

FIGURA 17 - Sede PEII Ilhabela - Piscina Semi olímpica



Fonte: SME - PMI – Divulgação

Conforme ILHABELA (2020), os PEIIs seguiram as mesmas orientações gerais contidas no documento. A proposta foi para que fornecessem suporte para a vida

escolar do estudante, permitindo para isso, a utilização de aplicativos, fazer interações com os estudantes por meio de chat para ajudar os discentes desde a montagem de suas agendas de estudo até as instruções de como se valer de técnicas para leitura e acompanhamento de videoaulas no período de pandemia.

3.7 Estruturação do Ensino Remoto em Ilhabela - Educação de Jovens e Adultos – EJA

O atendimento à Educação de Jovens e Adultos - EJA em Ilhabela é realizado em 2 (duas) Unidades Escolares, sendo a Escola Municipal Prefeito Eurípedes da Silva Ferreira a Unidades Escolar destinada ao Ensino Fundamental I que vai do 1º ano ao 5º ano, e a Escola Municipal Professora Doutora Ruth Correia Leite Cardoso para atender aos alunos matriculados no Ensino Fundamental II que abarca o 6º ano ao 9º ano e cabendo por fim, o Ensino Médio ofertado pelo Governo do Estado de São Paulo e se estende do 1º ano ao 3º do Ensino Médio.

Devido às especificidades didático-pedagógica organizada em semestres de estudos, o educador que ministre aulas nessas turmas, (ILHABELA, 2020, p. 28), deverão ter maior zelo com base no planejamento do curso, dar continuidade aos objetos do conhecimento, habilidades e competências previstas para cada semestre.

Destaca-se no Documento Orientador que as orientações feitas ao Ensino Regular, presente neste estudo neste mesmo capítulo devem ser observadas, acrescentando-se que as atividades precisam ser adaptadas ao público jovem e ao adulto que correspondem à especificidade dessa modalidade e devem ser baseados no Currículo Oficial do Estado de São Paulo⁵⁵ e no Plano de Ensino da classe.

Além dos recursos disponíveis para o Ensino Regular, a Educação de Jovens e Adultos também pode utilizar materiais específicos para essa modalidade, como a Coleção Cadernos da EJA (2019), fornecido pelo MEC - Ministério da Educação e Materiais didáticos da Coleção ENCCEJA para os Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio da EJA.

Importante consignar que os materiais e recursos aqui sugeridos devem servir de apoio à organização das habilidades e competências planejadas pelos professores e não como direcionamento do planejamento docente. Assim como ocorre nas aulas presenciais, os roteiros devem propiciar a contextualização das aprendizagens, de

⁵⁵ Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/>. Acesso em: 18 out. 2021.

acordo com o cotidiano dos alunos. Neste sentido, os objetos do conhecimento devem ser contextualizados. (ILHABELA, 2020, p. 29).

O Documento Orientador - Atividades escolares não presenciais de Ilhabela segue ressaltando que “os estudantes são, antes de tudo, cidadãos trabalhadores com experiências acumuladas durante a vida” (ILHABELA, 2020, p. 29) e evidenciando, portanto, a necessidade de se respeitar os conhecimentos prévios estabelecidos, bem como, a observância da inclusão desses conhecimentos ao mundo do trabalho.

Frisa-se que uma quantidade significativa dos alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos manifesta uma dificuldade em lidar com as Tecnologias da Informação, devendo, dessa forma, estar o corpo docente atento a essas necessidades.

3.8 Comprovação das atividades escolares no período não presenciais

Com base na Indicação CEE 185/2019, o Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, motivados pela consulta realizada por meio do memorando SEDUC-MEM-2019/04898 do Senhor Secretário da Educação, em 30/09/2019, o Egrégio Colegiado, exercendo sua função normativa, deliberativa e consultiva do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo quando indagada sobre a possibilidade de serem considerado letivos os dias reservados a planejamento e replanejamento indica que, considerando:

A LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, define e regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição. Para a LDB, no artigo 24, inciso I, a “carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver”. Indicação CEE 185/2019.

Na apreciação pelo Egrégio Colegiado, fica indicado que:

Deve-se considerar que dias letivos ou dias de efetivo trabalho escolar são aqueles destinados ao trabalho escolar de docentes com discentes, na escola ou fora dela, excluídos os dias reservados a exames finais, ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional dos professores.

Há que se considerar também o direito dos alunos aos 200 dias letivos e a importância da interação dos estudantes e professores em

qualquer atividade escolar, conforme o Parecer CNE/CEB nº 10/2005.”
Indicação CEE 185/2019

As atividades escolares obrigatórias não presenciais deverão ser computadas e devidamente registradas, para continuidade do processo de ensino e de aprendizagem e para cumprimento legal das 800 (oitocentas) horas de efetivo trabalho escolar, no mínimo. No caso da Educação de Jovens e Adultos, é necessário o cumprimento de 400 (quatrocentas) horas semestrais. Deve-se considerar dias letivos ou dias de efetivo trabalho escolar aqueles destinados ao trabalho escolar de docentes com discentes, na escola ou fora dela, de acordo com a Indicação CEE 185/2019⁵⁶. (ILHABELA, 2020, p. 19).

O Documento Orientador - Atividade escolar não presencial, em sua página 18, pormenoriza os procedimentos referente à forma de recebimento e controle das atividades feitas remotamente pelos alunos enquanto houver as restrições impostas pela pandemia do Covid-19.

Nele estipula que durante esse período restritivo, as Unidades Escolares deverão fazer o registro de maneira detalhada e devidamente arquivada das atividades que comprovem as atividades escolares realizadas fora da escola, para que em momento oportuno, possam compor a carga horária de atividades escolares obrigatórias, posto que, naquele momento, não havia como dimensionar o alcance da pandemia e o período que perdurariam a suspensão das aulas presenciais.

O registro da carga horária para compor os 200 dias letivos conforme preconizado na LDB, presenças ou ausências dos alunos enquanto estiverem sem aulas presenciais, foram consideradas pelo professor quando:

- 1) da participação nos grupos de discussão virtual no aplicativo do CMSP ou em outras plataformas e aplicativos que a escola utilizar;
- 2) da realização de atividades e trabalhos em papel solicitados pelo professor – que poderão ser entregues periodicamente na escola ou quando as aulas presenciais retornarem. (ILHABELA, 2020, p. 19).

O Ilhabela (2020) ainda reconhece a dificuldade para controle das presenças dos alunos, deixou esse ponto a encargo do professor em face das entregas das atividades realizadas pelos alunos, sendo esse registro feito, preferencialmente de forma digital, e à Equipe Gestora dar suporte e apoiar os professores em suas necessidades (ILHABELA, 2020, p. 19).

⁵⁶Indicação Conselho Estadual de Educação - SP 185/19, íntegra disponível em <https://www.sieeesp.org.br/sieeesp2/uploads/legislacaoescolar/Indica%C3%A7%C3%A3o/Indica%C3%A7%C3%A3o%20CEE%20n%C2%BA%20185-19%20-%20LDB%20e%20o%20efetivo%20trabalho%20escolar.pdf>. Acesso em: 13 out. 2021.

Quanto à carga horária do professor, este deverá cumprir com o Plano de Ensino⁵⁷, participar das atividades pedagógicas, em regime de teletrabalho⁵⁸, em horários definidos pela Unidade Escolar ou SME de Ilhabela.

Ainda no Documento Orientador - Atividades não presenciais de Ilhabela, fica determinado que “os docentes deverão participar nos grupos de discussão virtual no aplicativo do CMSP ou em outras plataformas e/ou aplicativos que a escola utilizar durante o seu horário regular de trabalho” e que durante “o período de teletrabalho, o principal meio de controle de frequência será as entregas de atividades previstas nos Planos de Aula, com a sequência pedagógica, pelos docentes” (ILHABELA, 2020, p. 20).

Foi definido também que as para cada “aula prevista deve possuir o seu próprio plano de aula, o qual deve ser registrado (virtualmente ou físico), com o resumo das atividades, acompanhado das habilidades trabalhadas” (ILHABELA, 2020, p. 20), cabendo a Equipe Gestora acompanhar as atividades enviadas em relação ao Plano de Ensino dentro do cronograma estipulado pela Unidade Escolar.

Desta forma, o registro das presenças dos professores se deu devido à entrega das atividades e não se baseando no seu horário de trabalho habitual “haja vista a adaptação do docente para cumprir as demandas pedagógicas em ambiente com logística diferente da métrica da hora-aula estabelecida no fluxo presencial” (ILHABELA, 2020, p. 20).

Nesse contexto, não cabe assim, falar sobre a ausência (falta) do professor no período de teletrabalho, a menos que não sejam feitas as entregas de atividades e consecutivo envio dessas atividades aos alunos, sendo de responsabilidade da Equipe Gestora a manutenção dos protocolos de entrega das atividades para o registro da frequência do professor.

⁵⁷ O Plano de Ensino é um plano de ação; é o registro do planejamento das ações pedagógicas para o componente curricular, durante o período letivo. É um instrumento didático-pedagógico e administrativo de elaboração e uso obrigatórios. Disponível em: [https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/06/Orienta %C3%A7%C3%B5es-Plano-de-Ensino.pdf](https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/06/Orienta%C3%A7%C3%B5es-Plano-de-Ensino.pdf). Acesso em: 13 out. 2021.

⁵⁸ Podemos conceituar o teletrabalho (ou trabalho remoto) como uma espécie de trabalho performedo em local diverso ao local central do empregador e/ou do centro de produção, implicando na utilização de tecnologias que amplifiquem e facilitem a comunicação e, conseqüentemente, induzem ao distanciamento físico. Disponível em: <https://brunonc.jusbrasil.com.br/artigos/603033170/o-que-e-teletrabalho-quais-suas-vantagens-e-as-novidades-trazidas-pela-reforma>. Acesso em: 13 out. 2021.

3.9 - Avaliação do processo de aprendizagem

O Documento Orientador - Atividades escolares não presenciais de Ilhabela considerando a necessidade de continuidade dos bimestres letivos subsequentes a partir da retomada das aulas, a partir de sua página 21, estipula diferentes instrumentos avaliativos para promover o acompanhamento de todo o processo de aprendizagem e reavivar o comprometimento dos alunos na realização das atividades com qualidade, como segue:

Realização das atividades: dada a natureza das atividades não presenciais, será importante considerar na contabilização das notas dos estudantes a entrega das atividades realizadas, seja por meios digitais (quando possível) ou físicos, bem como o envolvimento, o engajamento e a autonomia do estudante na realização das atividades propostas. (ILHABELA, 2020, p. 21).

Assim, as notas atribuídas aos alunos serão de acordo com a realização das atividades, pelo cumprimento dos prazos para entrega por meios digitais ou físicos, participação, engajamento e a autonomia do aluno em realizar as atividades propostas com qualidade.

Abaixo seguem relacionadas algumas sugestões que foram dadas no Ilhabela (2020), como formas de avaliar e mensurar o processo de aprendizagem dos alunos frente à pandemia de Covid-19 e o Ensino Remoto - ER.

- Projetos, pesquisas ou outros produtos para a consolidação e avanço na aprendizagem: visando estimular a aprendizagem dos estudantes de maneira mais ativa, incluindo pesquisas ou projetos a partir de desafios propostos pelos professores, ou a elaboração de materiais a partir do que foi estudado (mapas mentais, resumos, cartazes, histórias em quadrinhos, etc.). (ILHABELA, 2020, p. 21).
- Avaliações internas: para o acompanhamento do desenvolvimento das aprendizagens e para realizar o fechamento do bimestre, será importante que sejam realizadas avaliações internas para mensurar o progresso na aprendizagem dos estudantes - seja por meio de provas ou trabalhos finais do bimestre ou demais instrumentos que o docente julgar pertinente, conforme o desenvolvimento das habilidades propostas e o contexto de cada escola. (ILHABELA, 2020, p. 21).
- Avaliações externas AAP (Avaliação de Aprendizagem em Processo): as AAP do 1º bimestre já foram enviadas para as Diretorias de Ensino. Indicamos que elas sejam utilizadas ao final do 1º bimestre, na última semana de maio, para diagnosticar a evolução da aprendizagem dos estudantes. Para tanto, a escola deve organizar a entrega da AAP, seguindo os protocolos de segurança para prevenir a transmissão da COVID-19, a fim de que os estudantes realizem as avaliações em suas casas, com maior segurança e tranquilidade. (ILHABELA, 2020, p. 22).

●Instrumentos para verificação do avanço nas aprendizagens de forma discursiva: considerando as dificuldades logísticas de realização de provas escritas, uma alternativa que pode ser utilizada dependendo dos recursos disponíveis pelas escolas e estudantes é a verificação da aprendizagem virtualmente de forma oral. (ILHABELA, 2020, p. 23).

●Instrumentos para observação da participação e engajamento: no caso de turmas em que todos os estudantes tenham acesso ao Centro de Mídias SP ou a plataformas online para assistir a aulas ao vivo, a participação dos estudantes durante as aulas pode ser considerada para compor as notas do bimestre. Além disso, pode haver incentivos para estudantes que se dispuserem a ajudar seus colegas. No caso de atividades não digitais, também cabe considerar o esforço, a autonomia e a responsabilidade do estudante no desenvolvimento e na entrega das atividades avaliativas (ILHABELA, 2020, p. 23).

●Autoavaliação: considerando a importância da autonomia dos estudantes na realização das atividades não presenciais, a autoavaliação pode ser um instrumento importante a ser utilizado. (ILHABELA, 2020, p. 23).

Uma grande ressalva é feita no referido documento é que seja respeitado o princípio de equidade⁵⁹, e que, portanto, as atividades e avaliações devem ser convertidas em nota desde que sejam aquelas disponíveis para todos os alunos da classe/turma. Não é admitido que algum aluno seja prejudicado por falta de acesso à internet, computador ou outro recurso. Essas “atividades avaliativas devem, deste modo, ser ajustadas ao contexto de aprendizagem de cada classe/turma para o atendimento de todos os estudantes”. (ILHABELA, 2020, p. 24).

Desta feita é importante que o professor avalie o aluno em suas várias facetas para poder avaliar o todo do estudante, considerando suas habilidades, competências, vivências pessoais e evolução cognitiva pessoal.

Na sequência, nesse mesmo Documento Orientador, é dada a possibilidade de método para verificação do avanço nas aprendizagens discursiva a avaliação da aprendizagem de forma oral, à medida que as avaliações presenciais se tornaram inviáveis devido ao período de pandemia e suas restrições.

Considerando as dificuldades logísticas de realização de provas escritas, uma alternativa que pode ser utilizada dependendo dos recursos disponíveis pelas escolas e estudantes é a verificação da aprendizagem virtualmente de forma ora”. (ILHABELA, 2020, p. 23).

⁵⁹ Equidade está relacionada à ideia de reduzir as desigualdades que são geradas por diversos fatores sociais e econômicos e que podem levar a diferenças na aprendizagem ao se comparar diferentes grupos. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pesquisa/catedras-e-convenios/catedra-de-educacao-basica/a-escola-espacos-e-tempos-das-aco-es-docentes/escola-diversidade-e-equidade/equidade-dos-dados-a-pedagogia-da-diversidade>. Acesso em: 13 out. 2021.

Outro instrumento avaliativo oportunizado foi a participação nas aulas e seu engajamento com as atividades propostas: o acompanhamento das atividades nas plataformas online, no caso das atividades enviadas por meios físicos, não digitais, poderá ser considerado além do desempenho do aluno o seu esforço, autonomia e responsabilidade no cumprimento dos prazos e no desenvolvimento das atividades avaliativas.

Outro ponto muito importante a ser considerado é a questão da autoavaliação: “considerando a importância da autonomia dos estudantes na realização das atividades não presenciais, a autoavaliação pode ser um instrumento importante a ser utilizado.” (ILHABELA, 2020, p. 23)

Em última instância, em casos em que não seja possíveis a retirada ou entrega (devolução) das atividades feitas pelos alunos, nenhum aluno poderá ser prejudicado pelas ausências de recursos, tecnológicos sociais ou financeiros, desta forma, para a manutenção de suas aprendizagens de forma efetiva e devidamente avaliadas, quando do retorno das ativas atividades presenciais, os alunos poderão realizar as atividades propostas, receber aulas de reforço e recuperação bem como ter, nesse momento, suas notas contabilizadas em razão da realização das avaliações de forma presencial.

3.10 - Estruturação da Rede de Apoio Educacional Existente no Município de Ilhabela

A rede de apoio educacional no Município de Ilhabela é aqui entendida como toda atividade ofertada simultânea e complementarmente às atividades realizadas regularmente nas unidades escolares formalmente constituídas, desta forma, caracteriza-se por atividades realizadas no contraturno escolar.

Dentre elas encontram-se o Atendimento Educacional Especializado – AEE, de matrícula automática quando autorizado pela família do aluno com necessidades especiais mediante apresentação de laudo médico atestando tal necessidade.

Outro braço desse Rede de Apoio é o Centro de apoio pedagógico Inclusivo – CAPI, está subordinado à Secretaria de Educação que realizado os mesmos atendimentos oferecidos pelo Atendimento Educacional Especializado – AEE, porém com uma equipe multidisciplinar integrada por pedagogos, psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, sendo o CAPI, o supervisor de todo o AEE.

Os demais integrantes da Rede de Apoio como a Escola de Vela Lars Grael, Escolinha de Esportes oferecidas pela Secretaria Municipal de Esportes, Oficinas Culturais ofertadas pela Fundação Arte e Cultura de Ilhabela – FUNDACI e Associação pés no chão, além da Associação Barreiros e outros, são de matrícula facultativa, ocorrendo sempre no contraturno escolar e de forma gratuita.

3.10.1. Atendimento Educacional Especializado – AEE

O Atendimento Educacional Especializado - AEE teve seu marco fundamental na Constituição Federal de 1988⁶⁰ em seu Art. 208. “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...], alínea III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, sendo sua oferta assegurada ao Estado, entende-se como ente federativo, de forma regular.

No Município de Ilhabela, o AEE - Atendimento Educacional Especializado recebe o nome de Projeto AMEEI - Atendimento Municipal de Educação Especializada Inclusiva, cujo objetivo principal é estimular a autonomia dos estudantes dentro e fora da escola, realizando suas atividades nas salas de recursos multifuncionais, como é demonstrado na Figura 18.

O psicopedagogo responsável de cada AMEEI, além do acompanhamento e das estimulações necessárias à cada aluno com laudo médico atestando sua necessidade, também dá início ao processo de investigação, indicado pelo corpo docente quando há a percepção de algo “diferente” no aluno, e providencia o encaminhamento aos profissionais da Rede de Saúde: psicólogo, neurologista, psiquiatra, fonoaudiólogo ou outro que se fizer necessário, para que se inicie o processo de análise e fechamento de laudo médico.

FIGURA 18 - Sala de recursos multifuncionais - E.M. Prof. Dra. Ruth Correia Leite Cardoso - Ilhabela -SP.

⁶⁰ Constituição Federal do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 nov. 2021.



Fonte: E.M. Prof. Dra. Ruth Correia Leite Cardoso - Ilhabela - SP

3.10.2 Centro de apoio pedagógico Inclusivo - CAPI

O Centro de Apoio Pedagógico Ilhabela - CAPI, Figura 19, foi criado no início dos anos 2.000 e passou a ter sede própria em 2.008 no Bairro do Itaquanduba.

FIGURA 19 - Centro de apoio pedagógico de Ilhabela - CAPI



Fonte: Prefeitura de Ilhabela

O CAPI conta com uma equipe multidisciplinar formada por fonoaudiólogos, psicopedagogos e psicólogos que desempenham a função de atender as crianças da rede pública municipal que apresentem distúrbios, transtornos ou dificuldades de aprendizagem percebidos nas Unidades Escolares.

3.10.3 Escola de Vela Lar Grael

A Escola de Vela “Lars Grael”, Figura 20, localizada na praia do Pequeá é um dos maiores complexos esportivos com foco na formação de atletas, treinamentos e competições náuticas do país, Figura 21.

FIGURA 20 - Escola de Vela Lars Grael - Fachada do prédio.



Fonte: Divulgação Prefeitura de Ilhabela

FIGURA 21 - Escola de Vela Lars Grael - Embarcações Monotipo



Fonte: Divulgação Prefeitura de Ilhabela

A estrutura da sede possui um alojamento amplo e moderno, com salas de treinamentos e administrativas, refeitório e um espaço técnico para barcos e materiais, além de um moderno complexo náutico para a realização de competições, bem como os ensinamentos das escolinhas de vela.

A Escola de Vela Lars Grael, subordinada à Secretaria Municipal Esportes de Ilhabela, oferece aulas de vela para cerca de 120 crianças e jovens ao ano, complementando as atividades pedagógicas oferecidas pela SME de Ilhabela, conforme site da Prefeitura Municipal de Ilhabela⁶¹.

3.10.4 Projeto Ilhabela toda criança na escola – PITCE

O PITCE - Projeto Ilhabela Toda Criança na Escola é um projeto de acompanhamento da vida escolar dos alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade, sendo responsável em manter a busca ativa de crianças e adolescentes que porventura estejam fora da escola.

O projeto faz o acompanhamento das famílias dos alunos em situação de vulnerabilidade social ofertando orientações e representação junto aos órgãos competentes e conta com o apoio de outros órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

3.10.5 Secretaria Municipal de Esportes

A Secretaria Municipal de Esporte oferece aos munícipes e Ilhabela, principalmente em idade escolar, atividades físicas que servem como complementação ao processo e educação integral dos alunos da rede educacional de Ilhabela.

Oferece cursos em formato de aulas “escolinhas” de esportes como futebol, artes marciais, atletismo, basquetebol, tênis entre outros.

3.10.6 Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar é um braço do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA que juntamente ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, subsidiado pela Lei Municipal de Ilhabela nº 1.074/2015, tem a função de:

[...] atender às queixas, reclamações, reivindicações e solicitações feitas pelas crianças, adolescentes, famílias, comunidades e cidadãos. Exerce as funções de escutar, orientar, aconselhar,

⁶¹Disponível em: <https://www.ilhabela.sp.gov.br/blog/escola-municipal-de-vela-lars-grael-recebe-premio-de-escola-de-vela-destaque-2017/>. Acesso em: 20 out. 2021.

encaminhar e acompanhar os casos. Aplica as medidas protetivas pertinentes a cada caso. Faz requisições de serviços necessários à efetivação do atendimento adequado de cada caso. Contribui para o planejamento e a formulação de políticas e planos municipais de atendimento à criança, ao adolescente e às suas famílias.” Ministério Público do Paraná⁶².

Nos termos do artigo 34 da Lei Municipal 1.074/2015, na íntegra, temos como atribuições dos Conselheiros Municipais de Ilhabela de forma completa e minuciosa, como segue:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, todos da Lei nº 8.069/1990.

II - atender e aconselhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no Artigo 129, I a VII, da Lei nº 8.069/1990.

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas da saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar perante a autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público do Estado de São Paulo notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no artigo 101, incisos de I a VI, da Lei nº 8.069/1990, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no artigo 220, § 3º, II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar;

XII - elaborar o seu Regimento interno, que deverá ser aprovado por maioria absoluta, atendendo às disposições desta Lei.

§ 1º As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas por autoridade judiciária mediante provocação da parte interessada ou do representante do Ministério Público do Estado de São Paulo.

§ 2º A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção deve ser entendida como a função de tomar providências, em nome da sociedade e em observância à legislação vigente, para

⁶² Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/pagina-1834.html#>. Acesso em: 25 out. 2021.

que cesse a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.” Art. 34, Lei 1.074/2015 - Ilhabela⁶³.

O Conselho Tutelar de Ilhabela, assim como os demais, em conjunto com as unidades escolares e faz representações, quando necessário a outros órgãos públicos, seja eles na esfera executiva quanto na judiciária para fazer valer os direitos da criança e do adolescente.

Durante o período de pandemia, tanto o PITCE quanto o Conselho Tutelar foram acionados em decorrência de casos de abandono intelectual e violência doméstica, porém, por tratar de assuntos que envolvem menores protegidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, os dados seguem em sigilo.

3.11. Convênios firmados com Entidades parceiras

Convênio, Contrato de repasse e Termos de Parceria, de acordo com o Portal da Transparência⁶⁴, são instrumentos jurídicos firmados entre a Administração Pública com outro ente da Federação, ou organização não-governamental, para transferência de recursos financeiros a serem utilizados na execução de um objetivo comum, assim a Prefeitura Municipal firmou contrato de convênio e/ou parcerias com:

3.11.1 Associação Barreiros

A Associação Barreiros é uma associação sem fins lucrativos criada em 2008 com o objetivo de atender de forma complementar os alunos da rede pública municipal de ensino visando contribuir na formação de cidadãos conscientes, promovendo a integração social e preparar para o exercício pleno a sua cidadania.

A partir de 2010, o GETEP (Grupo de Estudos e Trabalhos Psicodramáticos) assumiu a gestão pedagógica da Associação Barreiros. O caminho escolhido, desde então, é o de proporcionar aos alunos das escolas públicas a oportunidade de integrar, de forma lúdica e divertida, o saber social à aprendizagem escolar, explorando conhecimentos, práticas, habilidades e possibilidades de construção

⁶³Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=8969&cdDiploma=20151074&NroLei=1.074>. Acesso em: 25 out. 2021.

⁶⁴Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/convenios-e-outros-acordos>. Acesso em: 25 out. 2021.

coletiva – sem deixar de lado os valores e a cultura da sociedade em que vivem. Associação Barreiros⁶⁵

A estrutura da Associação Barreiros conta com apoio psicológico, psicopedagógico, programa de orientação para alunos do 9º ano, educação de jovens e adultos e projeto escola no cinema para o Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II.

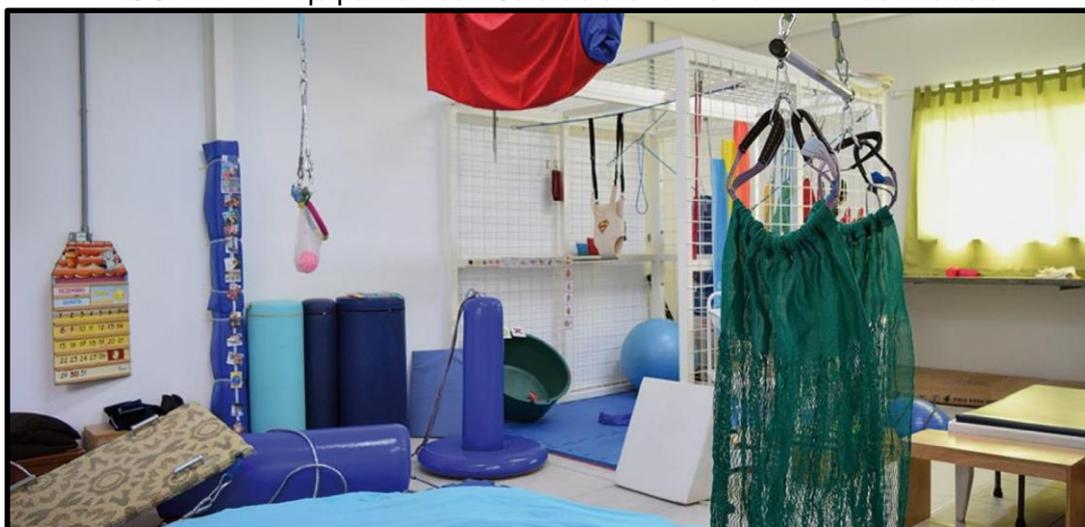
Durante o ano de 2020, durante a pandemia, desenvolveu atividades como Aulas Remotas, Curiosidades e Educação Antirracista, Histórias, Tutorias, Experiências e Brincadeiras, além dos projetos Lendo Juntos, Sarau *Online*.

3.11.2 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ilhabela - APAE de Ilhabela

A APAE de Ilhabela faz seus atendimentos especializados aos alunos no contraturno às atividades escolares regulares, em casos excepcionais os atendimentos acontecem exclusivamente nas dependências da APAE de Ilhabela por uma equipe multidisciplinar, composta por enfermeira, terapeuta ocupacional, fonoaudióloga, educadores físicos, fisioterapeutas, psicólogos, pedagogos, psicopedagogos entre outros.

Com uma estrutura bem equipada (Figura 22) oferecendo atividades diferenciadas, tais como equoterapia (Figura 23) Hidroginástica, natação (Figura 24).

FIGURA 22 - Equipamentos - Sala de atendimento APAE de Ilhabela



Fonte: Divulgação - APAE de Ilhabela

FIGURA 23 - Equoterapia na APAE de Ilhabela

⁶⁵ Disponível em: <https://abarreiros.org.br/a-associacao-barreiros/>. Acesso em: 20 out. 2021.



Fonte: Redes sociais - Facebook⁶⁶

FIGURA 24 - Centro de reabilitação com piscina acessível e aquecida



Fonte: Divulgação PMI - Foto de Camila Migliorini

Uma informação precisa ser lembrada com relação aos atendimentos realizados pelas APAEs: elas não restringem seus atendimentos a apenas crianças ou adolescentes, elas também atendem adultos com necessidades especiais e também demais pessoas em situação transitória como aqueles sequelados em virtude de acidentes ou incapacidades momentâneas que dependam de atendimento

⁶⁶ Ressalta-se que as imagens de internet disponibilizados pelas Redes Sociais da APAE de Ilhabela são de responsabilidade da referida Instituição, a qual recolhe autorização para divulgação em face as leis de direito de uso de imagem.

especializado, como é o caso tanto da equoterapia quanto aos que precisam de reabilitação.

3.11.3 Fundação Arte e Cultura de Ilhabela – FUNDACI

A Fundação Arte e Cultura de Ilhabela – FUNDACI, Figura 25, ocupa o antigo prédio colonial localizado na Vila (centro histórico de Ilhabela), onde ocorrem exposições de arte e artesanato, prédio este que já abrigou o Paço da Prefeitura Municipal de Ilhabela, na Vila (Centro Histórico de Ilhabela), “tem como objetivo formular a política cultural do município, incentivando e patrocinando atividades artísticas⁶⁷”.

FIGURA 25 - Fundação Arte e Cultura de Ilhabela - Fundaci



Fonte: Divulgação Fundaci

Conforme o Site Oficial da FUNDACI, ela oferece Oficinas Culturais das quais “compreendem atividades predominantemente de aspecto prático e cultural, de forma extensiva e regular, levando à população de Ilhabela uma oportunidade de conhecer e desenvolver diversas modalidades⁶⁸”, tais como: papietagem, dança de rua, violão, dança estilo livre, coral infantojuvenil, xilogravura, mosaico, desenho e pintura, teatro, *ballet* e artesanato, totalizando mais de 1000 alunos.

⁶⁷ Disponível em: <https://fundaci.org/ilhabela/index.php>. Acesso em: 14 nov. 2021.

⁶⁸ Disponível em: <https://fundaci.org/ilhabela/index.php>. Acesso em: 14 nov. 2021.

A FUNDACI também é responsável pela manutenção da Banda Marcial de Ilhabela – BAMIF, Figura 26, Orquestra Jovem de Ilhabela, Figura 27, e a Orquestra Sinfônica de Ilhabela.

FIGURA 26 - Banda Marcial de Ilhabela - BAMIF



Fonte: Redes social Facebook

FIGURA 27 - Orquestra Jovem de Ilhabela em comemoração ao Dia dos Pais



Fonte: Divulgação FUNDACI

A Fundaci, por meio de suas oficinas faz a seguinte definição de seus objetivos:

Têm como objetivo priorizar a prática de atividades artísticas como meio de desenvolver as potencialidades dos alunos, estimular a sensibilidade e ampliar a comunicabilidade, contribuindo para a auto-estima e auxílio na formação de cidadãos, trabalhando a consciência e o respeito ao próximo⁶⁹.

⁶⁹ Disponível em: <https://fundaci.org/ilhabela/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

As Oficinas Culturais oferecidas pela Fundaci ficam espalhadas pelo Município de Ilhabela a fim de se tornar mais acessível a todos os moradores, sendo estes locais: PEII Itaguassú, E.M. Waldemar Belisário, Centro Cultural da Vila, Espaço Vila II (Centro), Figura 28, Espaço Galpão das Artes (Cocaia), Espaço Cultural Água Branca, Espaço Cultural (Colina), Espaço Salga (Norte da Ilha) e Centro Cultural (Praia Grande). “Além das oficinas espalhadas de norte a sul do arquipélago, a FUNDACI também trabalha em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Ilhabela, com projetos desenvolvidos dentro das Escolas Municipais⁷⁰”.

FIGURA 28 - ESPAÇO VILA II (CENTRO)



Fonte: Divulgação FUNDACI

⁷⁰ Disponível em: <https://fundaci.org/ilhabela/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

CAPÍTULO IV

4. SÍNTESE DA ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa é o ato de pesquisar sobre um determinado assunto, prescinde de atenção aos fatos ou documentos para compor uma linha de raciocínio plausível e coerente, sempre à luz dos documentos pesquisados se valendo de técnicas próprias de investigação, “a análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação” (GIL, 1999, p. 168).

Na mesma linha encontramos Teixeira (2003):

A análise de dados é o processo de formação de sentido além dos dados, e esta formação se dá consolidando, limitando e interpretando o que as pessoas disseram e o que o pesquisador viu e leu, isto é, o processo de formação de significado. (p. 191-2).

O conhecimento científico é construído a partir de premissas que se confirmam, se estabelecem e são substituídas na medida em que novos conceitos se solidificam em oposição ou conformidade com aqueles já estabelecidos, assim:

A ciência é intrinsecamente histórica, haja vista que é uma atividade e um corpo de conhecimentos que mudam no tempo em função da busca permanente da compreensão da realidade. A ciência é também inerentemente histórica na medida em que tende a ser cumulativa, uma vez que toda investigação é uma tentativa para resolver um problema decorrente da solução de um problema anterior. (TEIXEIRA, 2003, p. 179)

Considerando o presente objeto de estudo mediante toda documentação pesquisada, sua análise objetiva a instauração de um novo conhecimento que retrate a realidade sobre o *corpus* estudado, desta forma “a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos” (GIL, 1999, p. 168), construindo assim o registro em tempo real de um fato histórico.

4.1. Primeiro procedimento de análise

Analisar os dados em uma pesquisa “é um processo complexo que envolve retrocessos entre dados pouco concretos e conceitos abstratos, entre raciocínio

indutivo e dedutivo, entre descrição e interpretação” (TEIXEIRA, 2003, p. 192), nesta perspectiva, como primeiro procedimento de análise foi realizado o levantamento dos dados sobre a implantação do ensino remoto no município de Ilhabela - SP, sendo os passos tomados na ordem que seguem:

- a) Ordenação dos dados: levantamento da documentação e informações oficiais sobre a implantação do Ensino remoto (ER) no município de Ilhabela - SP em face da interrupção do ensino presencial ocasionado pela pandemia de Covid-19 em 2020, estando estes documentos disponíveis em sites para consulta pública ou fornecidos diretamente pela Secretaria Municipal de Educação de Ilhabela - SP, mediante pedido de informações solicitado à referida Secretaria por meio de processo administrativo, cujo número de protocolo é 11.851/2021.
- b) Descrição dos dados: descrição dos dados colhidos sobre a implantação do Ensino remoto em Ilhabela - SP em face da interrupção do ensino presencial ocasionado pela pandemia de Covid-19 em 2020.
- c) Análise final: é feita uma revisitação dos arcaísmos teóricos para dar suporte às afirmações e conclusões apresentadas nesta pesquisa.

Concordamos com Teixeira (2003) quando expõe que:

Embora não haja uma forte tradição qualitativa nas pesquisas dos fenômenos organizacionais, é possível perceber uma tendência crescente em desenvolver estudos tomando o paradigma interpretativo ou fenomenológico, o que representa a necessidade de um novo design de pesquisa, assegurando maior aderência com preocupações em torno de metodologias inovadoras que permitam sistematizar, analisar e construir novas maneiras de entender a realidade organizacional contextualizada. (TEIXEIRA, 2003, p. 190)

Se por um lado sabemos que as pesquisas qualitativas, em razão de sua natureza, “geram um enorme volume de dados que precisam ser organizados e compreendidos, requerendo assim um processo continuado em que se procura identificar dimensões, categorias, tendências, padrões, relações, desvendando-lhes o significado” (TEIXEIRA, 2003, p. 194), por outro, a “Análise de Conteúdo, é extremamente importante e até mesmo complexa, visto que não está reduzida unicamente a resultados, mas sim, totalmente comprometida com o processo e seus possíveis desfechos, detalhes e contribuições acerca do fenômeno em estudo” (SILVA; OLIVEIRA; BRITO, 2021, p. 64).

No “estudo qualitativo o jeito certo para analisar dados é fazê-lo simultaneamente com a coleta de dados” (TEIXEIRA, 2003, p. 192) e, considerando o caráter descritivo deste estudo nos atemos a fazer um registro científico de cunho histórico das orientações dadas à Rede de Ensino do município de Ilhabela sobre a implantação do Ensino remoto de Ilhabela - SP durante a vigência da pandemia de Coronavírus Covid-19 no ano de 2020.

4.2. Segundo procedimento de análise

Segundo procedimento de análise consiste num aprofundamento no arcabouço teórico com o intuito de melhor entender a nomenclatura atribuída a esse momento educacional insólito ocasionado pela pandemia de Covid-19.

Para tanto, foi preciso remontar o conceito de Educação e entendê-lo como um processo inerente ao ser humano independente de regramentos, diferenciando- assim do conceito de Ensino que é a sistematização dos processos educativos mediante um currículo pré estabelecido, até que ele se depara com a pandemia de Coronavírus Covid-19 que mudou os conceitos de ensino para uma forma nova, mas qual?

A primeira nomenclatura utilizada para descrever esse momento da educação em tempos de pandemia foi a de Ensino Híbrido, que logo veio por terra ao resgatar a essência desse conceito que consiste em mesclar aulas presenciais, “tradicionais”, com outras formas de se fazer ensino, como por exemplo a complementação dos estudos com ferramentas e meios digitais, televisivos, visitas técnicas, aulas a distância, enfim, uma gama infindável de recurso que podem ser utilizados em conjunto com o ensino tradicional para promover o ensino de forma complementar.

A Educação a distância também foi aventada como uma possível nomenclatura para ser usada para essa forma de ensino durante o início do período pandêmico. Ocorre que a Educação a distância - EaD, constitui um sistema com regramento e didática específica, tem uma regulação própria amparada em legislação específica, sendo passível de implantação na educação básica (educação de jovens e adultos, educação profissional técnica de nível médio) e no ensino superior, como já afirmado.

Considerando que o regramento da educação ofertada no início da suspensão das aulas presenciais em virtude da pandemia de Covid-19 é o mesmo da educação presencial tradicional, ou seja, não houve a criação de uma legislação específica com

o objetivo de regulamentar essa nova metodologia de ensino para longo prazo, sendo até a presente data considerada excepcional recebeu o nome de Ensino remoto - ER.

Partindo desse conceito, houve a necessidade de abordar um pouco da formação docente necessária à implantação desse Ensino remoto - ER.

Devidamente nominada a forma de ensino ofertada no início da pandemia de Covid-19 como Ensino remoto - ER iniciou-se o estudo sobre sua implantação no município de Ilhabela em 2020, realizando a descrição e o registro desse período para consultas posteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A propositura da pesquisa que aqui se encerra partiu da necessidade de fazer um registro de caráter histórico para as futuras gerações sobre o momento em que, em pleno século XXI, um vírus se espalha numa pandemia, contamina e ceifa a vida de milhões de pessoas pelo mundo e afeta diretamente a educação de forma presencial, que até então era instituída como a principal meio de educação formal, implantando “a toque de caixa” o Ensino remoto - ER no Brasil e no Mundo, tendo como principal mote pesquisar e descrever como se deu a implantação do ensino remoto no município de Ilhabela - SP em tempos de pandemia de Coronavírus em 2020, criando assim um registro fiel desse momento histórico sem ter a pretensão de fazer nenhum tipo de juízo de valor sobre o tema.

O Município de Ilhabela por meio de sua Secretaria Municipal de Educação visou o bem estar e segurança dos alunos e funcionários quando acatou as orientações do Governo do Estado de São Paulo em suspender as aulas presenciais e para tanto, antecipou recessos escolares, feriadões a fim esperar o momento seguro para reinício das aulas presenciais pois acreditava-se que a pandemia de Covid-19 em 2020 logo seria contida.

Mediante a análise documental do Documento Orientador da implantação do Ensino Remoto de Ilhabela, neste referenciado como Ilhabela 2020, constatou-se que o Município de Ilhabela seguiu as determinações e orientações do Governo do Estado de São Paulo ao qual está subordinada, acrescentando no referido documento algumas especificidades de caráter regional como o direcionamento do ensino ministrado nas Comunidades Tradicionais⁷¹.

A mensuração dos dados gerais da pandemia de Covid-19 ainda não está finalizada posto que a referida pandemia ainda está em curso.

Também é fato que seus reflexos pedagógicos e psicológicos somente poderão ser efetivamente tabulados nos anos seguintes por profissionais de suas respectivas áreas, que servirá como mote para futuras pesquisas.

⁷¹ As Comunidades Tradicionais de Ilhabela por si só já seria um tema bastante interessantes para seres estudados e pesquisados, se somado a organização e reorganização da estrutura de ensino após a pandemia de Covid-19 traçando um paralelo entre as ilhas que compõe o Arquipélago de Ilhabela resultaria numa pesquisa bastante substancial.

Assim, asseverou-se a delimitação do tema dessa pesquisa na implantação do Ensino Remoto em Ilhabela em face da pandemia de Covid-19 em específico no ano de 2020.

Ressalta-se que toda documentação levantada sobre a implantação dos Ensino Remoto em Ilhabela no ano de 2020, bem como os arcação teórico que sustenta esta pesquisa está devida referenciada nesta pesquisa e disponível em seus respectivos endereços eletrônicos.

É certo e pacífico que o mundo não estava preparado para uma pandemia de dimensões catastróficas e da mesma forma, o sistema de ensino também não estava apto para migrar bruscamente para outra estrutura organizacional.

Também é certo que o mecanismo foi se aprimorando em face aos acertos e desacertos que perfizeram o caminho do Ensino Remoto -ER.

Tornou-se bastante claro o fato de não haver no Município de Ilhabela uma estrutura e um planejamento prévio para colocar em prática o Ensino Remoto, assim como no restante do mundo, desta forma, o Município de Ilhabela e toda sua rede de ensino teve que aprender e conviver com as incertezas impostas pela pandemia de Covid-19 e suas implicações sobretudo na Educação.

A implantação do Ensino Remoto em Ilhabela esbarrou na disparidade social encontrada na sociedade local, representada aqui pela impossibilidade de acesso à rede de internet, o que inviabilizou a total contemplação dos alunos por meio apenas dos meios eletrônicos, o que fez com que meios alternativos de levar o mínimo de conhecimento aos alunos foram elaborados como por exemplo a impressão dos Roteiros de Atividades elaboradas pelos professores fossem disponibilizados aos alunos em cada Unidade Escolar.

Apesar de as Tecnologias Digitais fazerem parte da formação inicial do profissional docente constante da grade curricular dos cursos de licenciatura como preconizam as leis que versam sobre o tema, tal conteúdo não é tão aprofundado a ponto de preparar o professor habituado com suas aulas presenciais para uma nova realidade em que todos os recursos utilizados tradicionalmente pelo professor em sala de aula já não poderia ser posto em prática, uma vez que o modelo de ensino também já não era mais o mesmo, em resumo: os profissionais docentes em sua maioria não dispunham de conhecimentos amplos sobre as tecnologias digitais, sobretudo no que diz respeito a elaboração de videoaulas.

No Ilhabela 2020, buscou-se sanar todas as dificuldades que eventualmente seriam encontradas no decorrer da implantação e manutenção dos Ensino Remoto em Ilhabela durante a pandemia de Covid-19 em 2020, porém o referido documento deixou ao encargo dos profissionais da Educação, professores e gestão, definir e desenvolver estratégias que alcançassem a comunidade escolar na qual está inserida cada unidade escolar, dando autonomia à cada uma delas.

A rede educacional de Ilhabela conta com uma ampla estrutura de apoio que oferecem cursos, oficinas, aulas diversas no contraturno escolar aos alunos da rede municipal de ensino elencadas no corpo desta pesquisa, porém, da mesma forma que a Rede de Ensino de Ilhabela suspendeu suas atividades presenciais, quase toda a rede de apoio educacional também o fez, de modo que os alunos ficassem seguros no seio familiar.

A exceção a esta suspensão restringiu-se ao Conselho Tutelar e ao PITCE, que em razão da evasão escolar ocasionada pelo distanciamento social, representando abandono intelectual dos alunos teve sua atuação mais necessária ainda nesse período de pandemia com aulas não presenciais.

Nesta perspectiva é possível afirmar que esta pesquisa cumpriu plenamente seu objetivo em registrar como se deu a implantação do Ensino remoto - ER no município de Ilhabela - SP no ano de 2020 em razão da pandemia e Covid-19.

Sabemos que aqui não se esgotam as possibilidades de pesquisa sobre o tema e sim que ela, a pesquisa, abre caminho para outras pesquisas que podem se aprofundar em especificidades aqui somente apresentadas, pois, este documento trará subsídios com aporte teórico para futuras pesquisas.

Deixamos aqui alguns possíveis aprofundamentos como sugestão para outros pesquisadores como objeto de pesquisa partido do trabalho que aqui se encerra:

- Os anos influenciados pela pandemia de Coronavírus Covid-19 - Os reflexos pedagógicos da Pandemia de Covid-19 no Município de Ilhabela - SP.
- As Comunidades Tradicionais de Ilhabela - SP, um recorte do processo educacional pós Pandemia de Covid-19.
- Acertos e desacertos no gerenciamento da Pandemia de Covid-19 – Uma análise sócio-política do Município de Ilhabela -SP, frente ao Coronavírus.

- A retomada das aulas presenciais após a Pandemia de Covid-19 em Ilhabela – SP: Ecos da pandemia de Coronavírus.
- Os impactos da pandemia de Covid - 19 no Município de Ilhabela -SP: Um recorte psicoemocional.
- Reaprendendo a conviver na Comunidade Escolar no Município de Ilhabela - SP pós pandemia de Covid-19: Uma análise sociocomportamental.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elisabeth Bianconcini de. SILVA, Maria da Graça Moreira da. **Currículo, Tecnologia e Cultura. Digital: Espaços e Tempos de Web Currículo.** Revista e-curriculum, São Paulo, v.7 n.1 Abril/2011. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acesso em: 16 mai. 2015.

ALMEIDA, M. E. B. **Inclusão digital do professor. Formação e prática pedagógica.** São Paulo: Editora Articulação, 2004.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** São Paulo, SP: Atlas, 2010.

AVANCINI, Marta; CONTE, Fabiano. GOUVEIA, Flávia. **Entrevista de Pierre Lévy: ComCiência**, Campinas, n. 131, 2011. Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011000700013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 set. 2015.

ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da educação.** 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2010.

BANNELL, Ralph Ings *et al.* **Educação no século XXI: cognição, tecnologias e aprendizagens.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

BARRETO, R.G. (Org.). **Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas.** Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

BEHAR, Patricia Alejandra Behar. **O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância, 2020.** Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 22 nov 2021.

BERBEL, Neusi A. N.. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Revista Semina**, v. 32, n.1, p.25-40, 2011, Londrina. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/10326>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BARRETO, Andreia Cristina Freitas; ROCHA, Daniele Santos. **COVID-19 e Educação: resistências, desafios e (im) possibilidades.** Revista Encantar-Educação, Cultura e Sociedade, v. 2, p. 01-11, 2020. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8480> Acesso em: 20 nov. 2021.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação?** São Paulo, SP: Brasiliense, 1982.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1.399, de 15 de dezembro de 1999.** Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020.** Brasília, 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 mai. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 01 nov. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1988. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional – Casa Civil, 1996.

BRUCHÊZ, Adriane; D'AVILA, Alfonso Augusto Fróes; FERNANDES, Alice Munz; CASTILHOS, Nádia Cristina, OLEA, **Pelayo Munhoz. Metodologia de Pesquisa de Dissertações sobre Inovação: Análise Bibliométrica.** XV Mostra de iniciação científica, pós graduação, pesquisa e extensão. UCS - Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, nov./2021. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucsppga/xvmostrappga/paper/viewFile/4136/1361>. Acesso em 27 nov. 2021.

CARO, S. M. P.; GUZZO, R. S. L. **Educação social e psicologia.** Campinas, SP: Alínea, 2004.

CASATTI, Denise. **Um guia para sobreviver à pandemia do ensino remoto.** Universidade de São Paulo - USP: São Paulo. 2020. Disponível em: <http://www.saocarlos.usp.br/um-guiapara-sobreviver-a-pandemia-do-ensino-remoto/>. Acesso em: 28 de out. de 2020.

CASCAIS, Maria das Graças Alves; TERÁN Augusto Fachín Terán. **Educação formal, informal e não formal na educação em ciências.** Ciência em Tela. v.7, n. 2, p. 1 - 10, 2014.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (São Paulo). **Deliberação nº 177/2020, de 19 de março de 2020.** Fixa normas quanto à reorganização dos calendários escolares, devido ao surto global do Coronavírus, para o Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo: seção I: Poder Executivo, São Paulo, p. 1-8, 18 mar 2020.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. CIEB: **notas técnicas #18: Ensino híbrido e o uso das tecnologias digitais na educação básica.** São Paulo: CIEB, 2021. E-book em pdf. Disponível em: https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2021/02/Nota-tecnica-18_Ensino-hibrido.pdf. Acesso em: 02 dez. 2021.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO. **Lições do coronavírus: ensino remoto emergencial não é EAD.** [S/I], 2020. Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/>

coronavirus-ensinoremoto/?unapproved=21290&moderationhash=a1fa04d69858753623d044e34e396f07#comment-21290. Acesso em: 31 mai. 2020.

FERNANDES, Ana Paula Campos; ISIDORIO, Allisson Roberto; MOREIRA, Edney Ferreira. **Ensino Remoto em meio À pandemia do covid-19: panorama do uso de tecnologias.** Congresso internacional de educação e tecnologias: encontro de pesquisadores em educação a distância: ressignificando as presencialidades. Online, ago. 2020. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ztfz9XonJdQJ:https://ciete.nped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/download/1757/1393/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 28 nov. 2021.

FREITAS, Wesley Ricardo de Souza; JABBOUR, Charbel José Chiappetta. **O estudo de caso (s) com estratégia de pesquisa qualitativa: fundamentos, roteiros de aplicação e pressupostos de excelência.** XXX Encontro nacional de engenharia de produção: Maturidade e desafios da Engenharia de Produção: competitividade das empresas, condições de trabalho, meio ambiente. São Carlos, SP, Brasil, out., 2010. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2010_tn_sto_122_790_15342.pdf. Acesso em: 27 nov. 2021.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade.** São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia. O cotidiano do professor.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INDOLFO, Ana Celeste. **Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia.** Arquivística.net. v. 3, n. 2, 2007. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/50444>. Acesso em 27 nov. 2021.

LAZZARATO, M. **La fabrique de l'homme en detté.** Paris: Amsterdam, 2011.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão Escolar Teoria e Prática.** 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIMA, P. G. **Tendências paradigmáticas na pesquisa educacional.** Artur Nogueira, SP: Amil, 2003.

LESAGE, Pierre. **A pedagogia nas escolas mútuas do século XIX.** In BASTOS, Maria Helena Câmara; FILHO, Luciano Mendes de Farias (Orgs.). A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo. Passo Fundo: Ediupf 1999. p. 9-24.

MARQUES, Stela; OLIVEIRA, Tiago. **Educação, ensino e docência: reflexões e perspectivas.** Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, V. 24, n. 3, p.189-211, Set./Dez. 2016.

MARTINS, L. P. T. **Habitação nas comunidades tradicionais caiçaras da Baía de Castelhanos, Ilhabela, SP.** 2016. 131f. Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2016.

MARTINS, Vivian; ALMEIDA, Joelma. **EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA NO BRASIL: saberes fazeres escolares em exposição nas redes e a educação on-line como perspectiva.** Revista Docência e Cibercultura, Rio de Janeiro, V. 4, n. 2, p. 215, Mai/Ago, 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/redoc.2020.51026>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOREIRA, J. A.; HORTA, M. J. (2020). **Educação e ambientes híbridos de aprendizagem. Um processo de inovação sustentada.** Revista UFG, 20(26). <https://doi.org/10.5216/revufg.v20.66027>. Acesso em 01 dez. 2021.

MORAN. Educação Híbrida: **Um conceito chave para a educação, hoje.** In: **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação** [recurso eletrônico] / Organizadores, Lilian Bacich, Adolfo Tanzi Neto, Fernando de Mello Trevisani. – Porto Alegre: Penso, 2015. e-PUB.

MORAN, José Manuel. **Novos modelos de sala de aula.** Disponível em http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/modelos_aula.pdf. Acesso em: 09 ago. 2021.

MORAN, José Manuel. **TV e informática na educação.** Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, 2013.

MORAN, José Manuel. BACICH, Lilian. **Aprender e ensinar com foco na educação híbrida.** Disponível em <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2015/07/hibrida.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2021.

MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro.** Tradução Catarina Eleonora F. da Silva; Jeanne Sawaya. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PADILHA, Lucia Mara de Lima; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. A pesquisa histórica e a história da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 66, p. 123-134, dez. 2015 – ISSN: 1676-2584. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8643706/11222>. Acesso em: 26 nov. 2021.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico prática.** 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

ROCHA, Ismael. **Ensino híbrido é tendência para a vida escolar no mundo pós-pandemia.** Ludmila Souza. Agência Brasil, São Paulo, s/p. jul. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/ensino-hibrido-e-tendencia-para-vida-escolar-no-mundo-pos-pandemia>. Acesso em 01 dez. 2021.

SANTIAGO, Maria Eliete; BATISTA NETTO, José. **Formação de professores em Paulo Freire: uma filosofia como jeito de ser-estar e fazer pedagógicos**. Revista e-curriculum, São Paulo, v.7 n.3 dezembro 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/7598/5548>. Acesso em 25 out. 2021.

SANTOS, Edméa O. **EAD, palavra proibida. Educação online, pouca gente sabe o que é. Ensino remoto, o que temos para hoje. Mas qual é mesmo a diferença? #livesdejunho...** Revista Docência e Cibercultura. Notícias. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/announcement/view/1119>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SAVIANI, Demerval. **Entrevista Demerval Saviani: educação é a força motriz da economia**. Revista Educação online da CONTEE, Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, 12 Nov de 2008. Acesso em: 17 nov. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas: reconquistando o conceito**. Pesquisa em História da Educação: perspectiva de análise, objetos e fontes. Belo Horizonte: Horta Grande, 2008.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SÃO PAULO. **Decreto nº 64. 862, de 13 de março de 2020**. Dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), bem como sobre recomendações no setor privado estadual. Lex: Diário Oficial - Executivo, São Paulo, p. 1, 2020.

SCHMIDT, Beatriz et al. **Impactos na Saúde Mental e Intervenções Psicológicas Diante da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19)**. Estud. psicol. (Campinas). v.37. Campinas, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000100501&tlng=pt. Acesso em: 20 nov. 2021.

SILVA, Bento Duarte da; RIBEIRINHA, Teresa. **Cinco lições para a educação escolar pós Covid-19**. Interfaces Científicas, Aracaju, v.10, n.1, p. 194 - 210. 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9075/4138>. Acesso em: 01 dez. 2021.

SILVA, Brunna Alves da; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; BRITO, Ana Paula Gonçalves. **Análise de conteúdo: uma perspectiva metodológica qualitativa no âmbito da pesquisa em educação**. Cadernos da Fucamp, v. 20, n. 44, p.52-66, 2021. Disponível em:

<https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/download/2353/1448>. Acesso em: 11 dez. 2021.

SILVA, Marco; CLARO, T. **A docência online e a pedagogia da transmissão**. Boletim Técnico do SENAC, v. 33, p. 81-89, 2007.

SILVA NETA, Mariana da; CAPUCHINHO, Adriana Carvalho. **Educação Híbrida: conceitos, reflexões e possibilidades do ensino personalizado**. II Congresso sobre Tecnologias na Educação. Universidade Federal da Paraíba. Campus IV Mamanguape. Paraíba – Brasil, 2017.

SILVA, S. A. I. **Valores em Educação: o problema da compreensão e da operacionalização dos valores na prática educativa**. Petrópolis-RJ, Vozes, 1986.

SIMONS, M.; MASSCHELEIN, J. **Sociedade da Aprendizagem e Governamentalidade: uma introdução**. Currículo Sem Fronteiras, v. 11, n.1, p. 121-136, jan./jun. 2011.

SPOHR, Albino. **A diferença entre ensino e educação**. Gazeta Zero Hora, Porto Alegre, 17 out. de 2006. Disponível em: <https://academiadux.wordpress.com/2013/10/04/a-diferenca-entre-ensino-educacao-zero-hora-2006/>. Acesso em: 28 nov. 2021.

TEIXEIRA, Enise Barth. **A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais**. Desenvolvimento em questão, Editora Unijuí, ano 1, n. 2, p. 177-201, jul./dez., 2003. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/84>. Acesso em: 11 dez. 2021.

UNESCO anuncia coalizão para garantir a educação durante o coronavírus. GAÚCHAZH, Porto Alegre, 26 mar. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2020/03/unesco-anuncia-coalizao-para-garantir-a-educacao-durante-o-coronavirus-ck88ukary021a01o9152e5rnt.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.

VICENTE, MM. **História e comunicação na ordem internacional [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 214 p. ISBN 978-85-98605-96-8. Available from SciELO Books. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/b3rzk/pdf/vicente-9788598605968-04.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021.



Secretaria Municipal de Educação de Ilhabela



Documento Orientador Atividades escolares não presenciais

Estas orientações têm como referência o documento elaborado pela Secretaria Estadual da Educação do Estado de São Paulo.

**Ilhabela
2020**



1. Resumo Executivo	3
2. Apresentação	8
3. Premissas para o período de atividades não presenciais	9
4. Como funcionará o período de atividades escolares não presenciais	11
4.1. Calendário escolar	11
4.2. Realização das atividades escolares não presenciais	12
4.2.1. Centro de Mídias da Educação de São Paulo - Aplicativo e TV	16
4.2.2. Materiais impressos e livros	17
4.3. Comprovação das atividades escolares não presenciais	18
4.4. Controle de carga horária	19
4.4.1. Carga horária dos estudantes	19
4.4.2. Carga horária dos professores	20
4.5. Avaliação escolar	21
4.6. Formação	25
4.7. Atendimento Especializado - Educação Especial	25
4.8. Modalidades	28
4.8.1 Educação de Jovens e Adultos (EJA)	28
4.8.2 Comunidades Tradicionais	31
4.9. PEIIs	32
5. Acompanhamento ativo dos estudantes	32
6. Projeto Apoio	33
7. Atribuições dos profissionais durante o período emergencial	33
8. Conclusão	33
9. Anexos - Materiais de apoio	34



1. Resumo Executivo

2. Apresentação

- As ações da Secretaria Municipal de Educação de Ilhabela estarão, sempre que possível, em conformidade com as ações desenvolvidas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC) na prevenção a disseminação do coronavírus.
- Para apoiar a continuidade da aprendizagem dos estudantes durante o período de distanciamento social, será necessária a retomada das atividades escolares, mas de forma não presencial.
- Dessa forma, a Secretaria Municipal de Educação de Ilhabela estabeleceu no calendário escolar, nos dias 27 a 30 de abril, o replanejamento escolar, para que as unidades escolares se preparem para o período de realização das atividades não presenciais pelos estudantes, a partir do dia 04 de maio.

3. Premissas para o período de atividades não presenciais

- É essencial que as ações previstas no replanejamento favoreçam a aprendizagem de todos os estudantes e a continuidade de seus estudos.

4. Como funcionará o período de atividades não presenciais

4.1. Calendário escolar

- Os principais marcos do calendário escolar alterados foram:
 - Semana de suspensão gradual de aulas: 16 a 20 de março
 - Recesso escolar (1ª semana): 23 a 27 de março
 - Recesso escolar (2ª semana): 30 de março a 3 de abril
 - Recesso escolar (3ª semana): 6 a 09 de abril
 - Recesso escolar (4ª semana): 13 a 17 de abril
 - Recesso escolar (5ª semana): 22 a 24 de abril
 - Replanejamento: 27 a 30 de abril
 - Final do 1º bimestre: 29 de maio
 - Conselho de classe/ano/série: 3 a 5 de junho.



4.2. Realização das atividades escolares não presenciais

- Para a realização das atividades não presenciais, é essencial que as equipes de gestão das escolas e professores considerem os diferentes públicos de estudantes atendidos. Para planejar as atividades, é necessário verificar quais recursos os estudantes efetivamente dispõem a fim de propiciar oportunidades de aprendizagem a todos.
- Será crucial focar as primeiras atividades na retomada das aprendizagens anteriores, especialmente aquelas que são essenciais para a continuidade do processo de aprendizagem dos estudantes.
- Após a retomada das aprendizagens, será importante avançar no desenvolvimento das habilidades do bimestre. A SEDUC-SP realizou um levantamento de quais seriam as habilidades essenciais para serem trabalhadas durante o 1º bimestre, disponíveis neste [link](#).
- Escolas e professores têm autonomia para prosseguir de acordo com o conhecimento de seus alunos, adequando à realidade de cada contexto, modalidade e à proposta pedagógica da escola.
- Para o desenvolvimento dessas habilidades, os professores, com apoio da equipe gestora das escolas, devem planejar roteiros de atividades que comporão uma programação semanal proporcional ao número de aulas oferecidas pela matriz curricular para cada ano/série/termo e componente curricular.
- A SEDUC-SP elaborou também o “Aprender a aprender”, material com exercícios e sugestões para apoiar os estudantes a continuar os estudos em casa, que indicamos que as escolas enviem para os estudantes de anos finais ([link](#)) e seus responsáveis.

4.2.1. Centro de Mídias da Educação de SP - Aplicativo e TV

- O Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP) é a principal iniciativa da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) para apoiar a aprendizagem dos estudantes e a formação dos professores, com aulas de qualidade ao vivo, ao alcance de todos pela TV aberta e por meio de aplicativo de celular.



- As orientações de como utilizar o aplicativo do Centro de Mídias SP e os canais TV Educação e TV Univesp podem ser acessadas por este [link](#). As orientações para uso do aplicativo do Centro de Mídias para anos iniciais e educação infantil podem ser acessadas por este [link](#). Além disso, neste [link](#), podem encontrar perguntas e respostas frequentes sobre o CMSP. Por fim, neste [link](#) podem ser encontradas orientações sobre como organizar suas aulas mediadas por tecnologias, utilizando as aulas transmitidas pelo Centro de Mídias SP. **Quanto às orientações para o uso do aplicativo no Centro de Mídias pelos municípios estamos aguardando orientações da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.**

4.2.2. Plataformas digitais

- Diversas plataformas digitais poderão ser utilizadas pelos estudantes e profissionais da rede. Algumas delas estão elencadas neste [link](#) e outras serão adicionadas ao site do Centro de Mídias ([link](#)). **Aguardando orientações da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.**

4.2.3. Materiais impressos e livros

- Para garantir oportunidades de aprendizagem a todos os estudantes, é indicamos a utilização de materiais impressos, incluindo os cadernos do aluno do São Paulo Faz Escola, Ler e Escrever ou EMAI, livros didáticos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), livros paradidáticos e os fascículos de língua portuguesa e matemática do material Aprender Sempre ([link](#)).
- Além dos fascículos, será enviado o documento "Orientações às famílias dos estudantes das redes estadual e municipais de São Paulo" ([link](#)), para ajudar as famílias a apoiarem os alunos pelos quais são responsáveis durante o período emergencial.
- Para que os devidos cuidados sejam tomados na retirada de materiais físicos, será essencial seguir o protocolo de entregas neste [link](#).

4.3. Comprovação das atividades escolares não presenciais

- Durante o período de restrição das atividades presenciais devido à pandemia de COVID-19 (Novo Coronavírus), as instituições de ensino deverão registrar de forma pormenorizada e arquivar as comprovações que demonstram as atividades escolares realizadas fora da escola, a fim de que possam ser autorizadas a compor a carga horária de atividade escolar obrigatória.



4.4. Controle de carga horária

4.4.1. Carga horária dos estudantes

- O registro de presença das aulas continuará ocorrendo enquanto as escolas estiverem sem atividade presencial e será realizado pelo professor a partir da participação nos grupos de discussão virtual no aplicativo do CMSP ou em outras plataformas que a escola utilizar, e da realização de atividades e trabalhos em papel solicitados pelo professor.
- O principal meio de controle da participação dos estudantes se dará por meio das entregas de atividades pelos estudantes.
- Será essencial por parte dos professores o registro da realização dessas atividades - preferencialmente no formato digital, mas caso não seja possível, no formato físico.

4.4.2. Carga horária dos professores

- Durante o período de teletrabalho, o controle de frequência dos docentes ocorrerá por meio das entregas de roteiros de atividades previstas nos planos de aula, considerando a sequência pedagógica das atividades.
- Caberá ao coordenador de escola, em conjunto com diretor, o acompanhamento pedagógico, devendo para tal verificar se o proposto no plano de aula foi implementado pelo docente.

4.5. Avaliação escolar

- É importante que os professores utilizem diferentes instrumentos de avaliação para acompanhar o processo de aprendizagem e incentivar o comprometimento com os estudos por parte dos alunos, tais como: a realização dos roteiros de atividades; projetos ou pesquisas; AAP; instrumentos de forma discursiva; observação da participação e engajamento; e autoavaliação.
- Nenhum estudante deve ser prejudicado em sua avaliação por não ter acesso a computador, internet ou outros recursos.
- Caso haja estudantes que não consigam realizar as atividades não presenciais, estes deverão realizar atividades adicionais, aulas de recuperação e reforço e realizar avaliações a serem contabilizadas em suas notas no retorno das atividades presenciais.



4.6. Formação

- A partir do dia 27 de abril, a rotina de realização dos HTPCs será retomada. É fortemente indicado que isso aconteça mediante teletrabalho.
- Os professores que não puderem participar dos HTPCs por teletrabalho, deverão ir até a escola para realizar essas atividades, desde que observados os procedimentos para evitar a COVID-19.
- A SEDUC-SP oferecerá ações formativas para apoiar os professores na elaboração de roteiros de atividades para continuidade da aprendizagem dos estudantes e orientar quanto ao uso de metodologias relacionadas às tecnologias na Educação.

4.7. Atendimento Especializado - Educação Especial

- Para favorecer a continuidade da aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial, é essencial que o educador tenha como ponto de partida a redefinição das expectativas de aprendizado, e realize a revisão e reorientação do planejamento de atividades a fim de dar continuidade ao desenvolvimento dos estudantes.
- O professor da sala regular deve atuar em colaboração com os demais profissionais da escola, especialmente o professor que atua no Atendimento Educacional Especializado-AEE, assim como com as famílias e estudantes.

4.8. Modalidades

- As modalidades educacionais devem seguir as mesmas diretrizes indicadas para todas as escolas da rede, consignadas neste documento, resguardando algumas especificidades dos públicos das modalidades: Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Comunidades Tradicionais.

4.9. PEII

- As principais especificidades serão o trabalho com a tutoria, o exercício do protagonismo, além da interação dos professores para orientação de estudos, no intuito de apoiar na organização da vida escolar dos estudantes.

5. Acompanhamento ativo dos estudantes

- É essencial que as equipes das escolas, em conjunto com as famílias, proativamente busquem engajar os estudantes para que realizem as atividades escolares não presenciais e avancem em seu aprendizado.
- Cada escola deverá tomar ações específicas e adequadas à sua



realidade para chegar até os estudantes em suas casas e engajá-los nas atividades.

2. Apresentação

No início de março a Secretaria Municipal de Educação de Ilhabela desenvolveu um conjunto de ações para prevenir a disseminação do coronavírus. A partir do dia 16 de março, foram tomadas medidas mais intensas para evitar a proliferação do coronavírus - inicialmente, a suspensão gradual das aulas presenciais até 20 de março, e nas semanas seguintes a antecipação dos recessos escolares, com duração até o dia 24 de abril.

Com a extensão das medidas de distanciamento social devido à evolução da pandemia, a retomada das atividades escolares deverá ser feita de forma não presencial, a fim de que seja possível a continuidade da aprendizagem dos estudantes.

As atividades presenciais são primordiais para a aprendizagem dos estudantes. Tanto para seu desenvolvimento socioemocional, por meio das relações com colegas, professores e outros profissionais das escolas que são importantes para que os estudantes aprendam a conviver com pessoas diferentes, quanto para o desenvolvimento cognitivo, aprendendo com o apoio mais próximo dos professores. Reconhecendo essas limitações, neste contexto, as ações da Secretaria Municipal da Educação de Ilhabela estarão em conformidade com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo que desenvolveu uma série de estratégias para apoiar as escolas e, em conjunto, dadas as restrições necessárias para evitar a transmissão da COVID-19, fazer o que é possível para garantir aos estudantes a aprendizagem e a continuidade nos estudos, tanto durante o período de aplicação das medidas de distanciamento social quanto após o retorno das atividades presenciais.

A escola é mais do que um prédio – ela é feita de **pessoas** e suas relações. Para preservar a saúde de todos durante a pandemia, os prédios



escolares funcionarão de forma diferenciada, sem atendimento presencial aos estudantes e com os professores em teletrabalho. Porém, isso não pode impedir que as relações e a aprendizagem continuem.

Desta forma, com o retorno das atividades das escolas, de forma não presencial, a Secretaria Municipal de Educação de Ilhabela estabeleceu no calendário os dias 27 a 30 de abril para o replanejamento escolar. Durante esses dias, os profissionais da escola terão períodos de planejamento coletivo da equipe escolar e os professores poderão utilizar sua jornada de trabalho para replanear suas aulas e preparar os roteiros de atividades a serem desenvolvidos pelos alunos de forma não presencial a partir do dia 04 de maio.

A programação de replanejamento do Estado de São Paulo oferecida pela SEDUC-SP para apoiar as escolas foram disponibilizadas às equipes de gestão.

Considerando isso, esse documento tem o intuito de apoiar as escolas para a realização das atividades escolares não presenciais em decorrência de medidas temporárias e emergenciais de enfrentamento do surto global da COVID-19, de forma a mitigar prejuízos à aprendizagem nesse período.

O documento contempla orientações sobre o calendário escolar, sobre como desenvolver atividades a distância que favoreçam a aprendizagem de todos os estudantes e como registrá-las para que possam ser contabilizadas na composição da carga horária do efetivo trabalho escolar.

Destacamos que essas orientações são gerais para a rede. Porém, para que as ações sejam efetivas em garantir a aprendizagem dos estudantes, é essencial que as escolas desenvolvam ações adaptadas ao seu contexto, avançando além dos indicados pela SME Ilhabela e SEDUC-SP.

3. Premissas para o período de atividades não presenciais

É essencial que estas premissas sejam consideradas no replanejamento das escolas:



- **Foco na aprendizagem:** a prioridade nas ações é garantir a aprendizagem de todos os alunos. Para isso, mesmo com a realização das atividades de forma não presencial, o papel dos professores é primordial. Por mais que o papel da família seja essencial para a organização de rotinas de estudos em casa, o papel dos professores é crítico para apoiar a aprendizagem dos estudantes, tanto pelo conhecimento pedagógico dos conteúdos trabalhados quanto pela didática para favorecer o aprendizado.
- **Equidade:** considerando a diversidade de estudantes da rede, as estratégias devem ser pensadas para garantir a aprendizagem de todos os alunos, adotando estratégias diferenciadas para os diferentes públicos. É importante garantir estratégias para a aprendizagem dos estudantes mais vulneráveis.
- **Colaboração:** para alcançarmos os objetivos durante o período de atividades não presenciais, a colaboração constante entre Secretaria, escolas, famílias e estudantes será essencial.
- **Inovação:** em um momento de incerteza como o atual, em que há muitas dúvidas sobre as estratégias mais efetivas para a melhoria da aprendizagem, a Secretaria e as escolas devem buscar inovar, recorrendo a diferentes abordagens e aprendendo ao longo do processo para garantir a aprendizagem de todos.
- **Gestão baseada em evidências:** a Secretaria está orientando suas decisões a partir das orientações da SEDUC-SP que tem como referência evidências nacionais e internacionais sobre como lidar de forma mais efetiva com a suspensão das atividades presenciais, e é importante que as escolas façam o mesmo.
- **Ética e transparência:** em um momento de incertezas como o atual, a comunicação franca e transparente entre Secretaria, escolas e comunidade escolar será primordial para fortalecer relações de confiança que contribuirão para o desenvolvimento de ações mais



exitosas para a melhoria da educação no município.

4. Como funcionará o período de atividades escolares não presenciais

A fim de esclarecer como funcionará o período de atividades escolares não presenciais foram organizados os principais pontos a serem considerados no replanejamento e realização dessas atividades.

4.1. Calendário escolar

De acordo com a [Portaria Interna da SME Ilhabela 16/2020](#), os recessos escolares foram antecipados para adaptar o calendário escolar à necessidade de suspensão das atividades presenciais. Antes disso, houve uma semana de suspensão gradual das aulas (de 16 a 20 de março), com participação opcional dos estudantes, que foram considerados dias letivos. A tabela sintetiza esses períodos, e a indicação se contam como letivos ou não:

Categoria	Período	Dias letivos?
Semana de suspensão gradual das aulas	16 a 20 de março	Sim
Recesso escolar - 1ª semana	23 a 27 de março	Não
Recesso escolar - 2ª semana	30 de março a 3 de abril	Não
Recesso escolar - 3ª semana	6 a 09 de abril	Não
Recesso escolar - 4ª semana	13 a 17 de abril	Não
Recesso escolar - 5ª semana	22 a 24 de abril	Não
Replanejamento Escolar	27 a 30 de abril	Não

A partir de 04 de maio de 2020, as escolas da Rede Municipal de Educação de Ilhabela funcionarão em regime diferenciado e as aulas ocorrerão, excepcionalmente, de forma não presencial. No entanto, para que sejam contabilizadas no cômputo da carga horária da escola é importante que



sejam realizadas e registradas as atividades escolares não presenciais, organizadas em roteiros de estudos planejados pelos professores e que devem ser realizados pelos estudantes.

A fim de adequar o calendário ao processo de suspensão gradual das atividades escolares não presenciais e a necessidade de adaptação das atividades presenciais para a distância, o 1º bimestre foi replanejado de acordo com a tabela a seguir:

Bimestre	Previsão inicial		Calendário ajustado	
	Início	Fim	Início	Fim
1º bimestre	4/fev	30/abr 53 dias	4/fev	29/mal 49 dias

4.2. Realização das atividades escolares não presenciais

Para a realização das atividades não presenciais, será essencial que as equipes de gestão das escolas e professores considerem os diferentes públicos de estudantes das unidades escolares atendidas. Para planejar as atividades, é necessário verificar quais recursos os estudantes efetivamente dispõem.

Considerando isso, será importante realizar um levantamento do perfil dos estudantes da escola, verificando quais recursos têm disponíveis para desenvolver as atividades, incluindo:

1. Computador
2. Internet
3. Celular
4. Televisão
5. Materiais para registro (caderno, lapis, borracha...)

Esse levantamento pode ser feito utilizando diversos recursos - como por meio de ligações aos estudantes ou seus responsáveis para levantar os recursos disponíveis -, buscando utilizar os instrumentos que permitam chegar a todos os estudantes, que sejam mais ágeis e contribuam para a organização das informações de maneira mais simples.



No caso de estudantes que não dispuserem de nenhum recurso digital, será necessária a realização de atividades em materiais físicos (tais como os cadernos do aluno, livros didáticos do PNLD, fascículos de atividades, livros de literatura, ou atividades impressas pelas escolas).

Caso os estudantes possuam televisão, poderão também ser desenvolvidas atividades a partir da programação oferecida nos canais TV Educação e TV Univesp. Estudantes que possuem celulares poderão utilizar o Centro de Mídias SP. Aguardando informações da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Por fim, caso os estudantes dispuserem de acesso à internet em casa, para usar pelo celular ou por computadores, poderão desenvolver também atividades por meio de outras plataformas digitais de aprendizagem ou utilizando outros aplicativos.

Considerando que os estudantes e professores ficaram mais de um mês sem aulas presenciais, devido à antecipação do recesso, será essencial focar as primeiras atividades na retomada de aprendizagens anteriores, especialmente aquelas que são essenciais para a continuidade do processo de aprendizagem dos estudantes. Para apoiar nesse processo de retomada, os professores podem utilizar instrumentos para sondagem de aprendizagem para preparar suas atividades de acordo com um diagnóstico da aprendizagem dos estudantes.

Após a retomada das aprendizagens, será importante avançar no desenvolvimento das habilidades do bimestre. Foi realizado um levantamento de quais seriam as habilidades prioritárias para serem trabalhadas durante o 1º bimestre, considerando os seguintes critérios:

- a) habilidades que são essenciais para o percurso de aprendizagem dos estudantes, para que possam desenvolver aprendizagens posteriores;
- b) habilidades que alunos podem desenvolver a partir de atividades não presenciais, com maior autonomia;
- c) o tempo disponível para o desenvolvimento das atividades, considerando número de aulas de cada componente curricular;
- d) as habilidades presentes nos materiais de apoio;



Essas habilidades selecionadas, disponíveis no seguinte [link](#), nortearam a elaboração dos conteúdos do Centro de Mídias SP, e podem apoiar as escolas na organização das atividades. No entanto, ressaltamos que professores e escolas têm autonomia para progredir de acordo com o conhecimento de seus alunos, adequando à realidade de cada contexto, modalidade e a proposta pedagógica da escola.

Para o desenvolvimento dessas habilidades, os professores, com apoio da equipe gestora das escolas, devem planejar roteiros de atividades que em conjunto comporão uma programação semanal em quantidade equivalente ao número de aulas oferecidas pela matriz curricular para cada ano/série/termo e componente curricular.

Por exemplo, um professor de matemática do 6º ano do ensino fundamental irá planejar atividades equivalentes às suas aulas semanais, incluindo-se nisso o tempo dedicado às aulas no Centro de Mídias ou em outras plataformas e aplicativos. No entanto, destaca-se que isso não significa que o tempo de realização das atividades seja o mesmo do tempo de uma aula regular. Considerando que as atividades não serão desenvolvidas presencialmente na escola, as condições são menos propícias ao aprendizado no atual cenário de distanciamento social. Dessa forma, devem ser elaborados roteiros de atividades que possam ser efetivamente realizados pelos estudantes considerando que estarão em casa, sem deixar de lado que a quantidade e duração das atividades de cada componente curricular deve seguir a proporção de aulas da matriz curricular.

Para realizar o acompanhamento das atividades propostas, a equipe gestora das escolas pode se utilizar de diversos instrumentos, como por exemplo por meio de planilhas como a disponível neste [link](#), elaborada pela DE de Itaquaquecetuba, que possibilita que o coordenador acompanhe as atividades propostas por cada professor e verifique se todos os estudantes foram alcançados.

Esses roteiros podem ser interdisciplinares, contabilizando as atividades a serem realizadas para cada componente curricular. Para a elaboração dos roteiros, é essencial que os professores considerem os recursos de que os



estudantes efetivamente dispõem, propondo atividades que todos possam realizar e podendo sugerir atividades adicionais utilizando recursos que nem todos têm disponíveis apenas de forma complementar.

Alguns elementos essenciais para constar nos roteiros são:

- a) Componente Curricular – Ensino Fundamental;
- b) Campos de Experiências – Educação Infantil;
- c) número de aulas a que equivalem;
- d) Habilidades a serem trabalhadas;
- e) Atividades a serem realizadas (incluindo o tempo previsto para cada uma);
- f) Instrumentos para verificação da aprendizagem.

Para apoiar os professores, a SEDUC-SP elaborou orientações sobre como organizar suas aulas mediados por tecnologias, utilizando as aulas transmitidas pelo Centro de Mídias SP que podem ser acessados por meio deste [link](#).

Esses roteiros deverão ser enviados preferencialmente por meio digital. Porém, nos casos em que não for possível o envio por este meio, por dificuldades de acesso à internet ou recursos digitais, os roteiros deverão ser impressos e retirados na escola com uma determinada periodicidade a ser combinada entre os profissionais da escola e os responsáveis pelos estudantes. Ainda que seja recomendada a pactuação desses combinados de retirada dos roteiros entre as equipes das escolas e os responsáveis, é importante que haja flexibilidade na entrega de materiais de forma a acomodar as diversas realidades. Nesses casos, devem ser tomadas as devidas medidas de higiene e de distanciamento para evitar a proliferação do coronavírus.

Para evitar aglomerações, será essencial escalonar os horários de entrega. Por exemplo, as escolas podem organizar uma grade de horários divididas por ano/série ou classe em que, a cada período, os responsáveis ou o próprio estudante podem retirar os roteiros de atividades por turma, de forma a evitar a concentração em um único ou poucos horários. Recomendamos nos casos em que um responsável tenha mais de um filho matriculado na escola, este possa retirar de uma só vez todos os materiais que precisar levar para



casa.

Além disso, nos casos em que não for possível a entrega virtual das atividades realizadas, elas sejam entregues no dia da retirada de materiais. Caso não seja possível a entrega das atividades realizadas durante o período de emergência, será importante orientar os estudantes para guardá-las para que sejam entregues quando as atividades escolares presenciais forem retomadas.

Considerando que o contexto atual exige uma maior autonomia de aprendizagem dos estudantes, a SEDUC-SP elaborou também o “Aprender a aprender”, material com exercícios e sugestões para apoiar os estudantes a aprenderem em casa, que indicamos que as escolas enviem para os estudantes e seus responsáveis:

- Anos Finais - [Link](#)

4.2.1. Centro de Mídias da Educação de São Paulo - Aplicativo e TV

O Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP) é uma iniciativa da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) para apoiar a aprendizagem dos estudantes e a formação dos professores, com aulas de qualidade ao vivo, ao alcance de todos pela TV aberta e aplicativo de celular.

Essa conexão é ainda mais necessária no período em que vivemos, com as escolas sem aulas presenciais e os estudantes precisando das orientações dos professores. Nesse espaço, haverá aulas cuidadosamente elaboradas por professores e especialistas, além de conteúdos cedidos por organizações parceiras.

As aulas serão transmitidas a partir de estúdios da Secretaria do Estado e podem ser acompanhadas, ao vivo, pelo site do Centro de Mídias SP, pelo aplicativo CMSP, pela página no Facebook e, ainda, pelos canais da TV aberta: TV Educação e TV Univesp.

Os conteúdos apresentados ficam disponíveis para consulta, ampliando as possibilidades de ensino e aprendizagem, fomentando a cultura digital e permitindo maior conexão entre todos os integrantes da Rede, além de



possibilitar aos estudantes uma participação ativa na aprendizagem, exercendo a autoria e o protagonismo.

Esta modalidade de ensino é diferente de Ensino a Distância que pressupõe necessariamente de uso de ambientes virtuais de aprendizagem, ambientação de conteúdos previamente, e o ensino é assíncrono, isto é, cada aluno pode entrar em momentos diferentes.

As orientações detalhadas de como utilizar o aplicativo do Centro de Mídias SP e os canais TV Educação e TV Univesp podem ser acessadas por este [link](#). As orientações para uso do aplicativo do Centro de Mídias para anos iniciais e educação infantil podem ser acessadas por este [link](#). Além disso, no documento deste [link](#) podem encontrar perguntas e respostas frequentes sobre o Centro de Mídias SP. **Aguardando orientações da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.**

4.2.2. Materiais impressos e livros

Para garantir oportunidades de aprendizagem a todos os estudantes, será essencial também a utilização de materiais físicos, que podem ser amplamente utilizados pelos estudantes. Retomando o [“Documento orientador - Atividades a distância e de conscientização sobre a prevenção ao coronavírus”](#), ao planejar quais recursos utilizar para o desenvolvimento das atividades, é essencial priorizar a utilização de recursos que estejam amplamente disponíveis a todos os alunos.

Além disso, serão enviados os fascículos Aprender Sempre, de língua portuguesa e matemática, com atividades para cada ano/série do ensino fundamental, a serem retirados nas escolas pelos alunos, com atividades a serem trabalhadas em casa. A versão online desses fascículos já pode ser acessada por meio deste [link](#). Além dos fascículos, será enviado o material “Orientações às famílias dos estudantes das redes estadual e municipais de São Paulo” ([link](#)), voltado a ajudar as famílias a apoiarem os alunos pelos quais são responsáveis durante o período em que as atividades presenciais se mantiverem suspensas para que sigam aprendendo mesmo estando em casa e



se mantenham motivados a estudar. Para isso, propõe atividades a serem realizadas com alunos de diferentes idades, adequadas a cada um, assim como orientações de como apoiar os estudantes durante esse período.

Acervo Literário

O empréstimo é fundamental para que alunos e a comunidade escolar tenham acesso aos itens do acervo, principalmente levando em consideração o contexto de diminuição da mobilidade provocado pela pandemia da COVID-19.

Neste sentido, nosso foco deve ser potencializar esses empréstimos nas escolas que já o realizam, e criar o serviço para as escolas que ainda não o possuem. Neste [link](#), podem ser encontradas orientações sobre como organizar os empréstimos nas escolas, tomando os devidos cuidados para evitar a transmissão da COVID-19.

Os professores poderão utilizar as redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas para fomento à leitura, como, por exemplo, criação de grupos para conversar, indicar leituras e atividades. Elaboramos um documento com sugestões de atividades para a promoção de leitura neste período, que pode ser acessado neste [link](#).

Lembramos aos responsáveis pelo fomento à leitura que uma vez criados grupos de discussão, não apenas avançamos na criação de uma comunidade leitora (prerrogativa capital para formar leitores) quanto pode-se indicar e dinamizar outros textos acessíveis pela internet como, por exemplo, textos em domínio público, entre outros.

4.3. Comprovação das atividades escolares não presenciais

Durante o período de restrição das atividades presenciais devido à pandemia de COVID-19 (Novo Coronavírus), as instituições de ensino deverão registrar de forma pormenorizada e arquivar as comprovações que demonstram as atividades escolares realizadas fora da escola, a fim de que possam ser autorizadas a compor carga horária de atividade escolar obrigatória a depender da extensão da suspensão das aulas presenciais durante o período de



restrição das atividades presenciais devido à pandemia de COVID-19.

As atividades escolares obrigatórias não presenciais deverão ser computadas e devidamente registradas, para continuidade do processo de ensino e de aprendizagem e para cumprimento legal das 800 (oitocentas) horas de efetivo trabalho escolar, no mínimo. No caso da Educação de Jovens e Adultos, é necessário o cumprimento de 400 (quatrocentas) horas semestrais.

Deve-se considerar dias letivos ou dias de efetivo trabalho escolar aqueles destinados ao trabalho escolar de docentes com discentes, na escola ou fora dela, de acordo com a [Indicação CEE 185/2019](#).

4.4. Controle de carga horária

4.4.1. Carga horária dos estudantes

O registro de presença nas aulas continuará ocorrendo enquanto as escolas estiverem sem atividade presencial e será realizado pelo professor a partir:

- 1) da participação nos grupos de discussão virtual no aplicativo do CMSP ou em outras plataformas e aplicativos que a escola utilizar;
- 2) da realização de atividades e trabalhos em papel solicitados pelo professor – que poderão ser entregues periodicamente na escola ou quando as aulas presenciais retornarem.

Considerando as limitações para o controle de frequência durante o período de realização de atividades não presenciais, o principal meio de controle da participação dos estudantes será por meio das entregas de atividades pelos estudantes.

Será essencial por parte dos professores o registro da realização dessas atividades - preferencialmente no formato digital, mas, caso não seja possível, no formato físico.

Cabe à equipe gestora das escolas acompanhar a realização das atividades e apoiar os professores para que desenvolvam estratégias cada vez



mais efetivas para favorecer a aprendizagem de todos os estudantes.

4.4.2. Carga horária dos professores

O docente deverá implementar o planejado no Plano de Ensino, bem como participar das reuniões pedagógicas e de orientação de estudantes, preferencialmente, em regime de teletrabalho, nos horários regulares definidos pela SME Ilhabela ou escola.

Além disso, os docentes deverão participar nos grupos de discussão virtual no aplicativo do CMSP ou em outras plataformas e/ou aplicativos que a escola utilizar durante o seu horário regular de trabalho.

Durante o período de teletrabalho, o principal meio de controle de frequência será as entregas de atividades previstas nos Planos de Aula, com a sequência pedagógica, pelos docentes.

Cada aula prevista deve possuir o seu próprio plano de aula, o qual deve ser registrado (virtualmente ou físico), com o resumo das atividades, acompanhado das habilidades trabalhadas.

Caberá a Equipe Gestora, o acompanhamento pedagógico, devendo para tal verificar se o proposto no Plano de Aula foi implementado pelo docente, considerando os registros, bem como as entregas de atividades previstas nos respectivos Planos dentro da periodicidade e cronograma a ser definidos pela Equipe Gestora da unidade escolar.

Não obstante, a frequência do docente deverá ser mensurada pelas suas entregas e não necessariamente baseando-se no seu horário escolar habitual de trabalho, haja vista a adaptação do docente para cumprir as demandas pedagógicas em ambiente com logística diferente da métrica da hora-aula estabelecida no fluxo presencial.

Neste sentido, não há de se falar em registro de ausência, cabendo a



orientação ao docente para otimizar seu horário de teletrabalho, exceto se realmente não houver as entregas.

Neste contexto, a equipe gestora deverá estabelecer protocolo de entrega das atividades para o devido registro da frequência do professor.

4.5. Avaliação escolar

Como será dada continuidade aos bimestres a partir da retomada às aulas, é pertinente considerar diferentes instrumentos de avaliação para favorecer o acompanhamento do processo de aprendizagem dos estudantes e incentivar o seu comprometimento com a realização das atividades com qualidade. Dentre os instrumentos avaliativos, destacam-se:

Realização das atividades: dada a natureza das atividades não presenciais, será importante considerar na contabilização das notas dos estudantes a entrega das atividades realizadas, seja por meios digitais (quando possível) ou físicos, bem como o envolvimento, o engajamento e a autonomia do estudante na realização das atividades propostas.

- **Projetos, pesquisas ou outros produtos para a consolidação e avanço na aprendizagem:** visando estimular a aprendizagem dos estudantes de maneira mais ativa, incluindo pesquisas ou projetos a partir de desafios propostos pelos professores, ou a elaboração de materiais a partir do que foi estudado (mapas mentais, resumos, cartazes, histórias em quadrinhos, etc.).
- **Avaliações internas:** para o acompanhamento do desenvolvimento das aprendizagens e para realizar o fechamento do bimestre, será importante que sejam realizadas avaliações internas para mensurar o progresso na aprendizagem dos estudantes - seja por meio de provas ou trabalhos finais do bimestre ou demais instrumentos que o docente julgar pertinente, conforme o desenvolvimento das habilidades propostas e o contexto de cada escola.
 - As avaliações internas devem considerar as habilidades e



conteúdos desenvolvidos, além da responsabilidade e engajamento do estudante com o estudo. Nesse sentido, ao elaborar as atividades curriculares, o docente já deve planejar a sua avaliação e a forma que realizará a devolutiva. Caso as atividades presenciais já tenham retornado, estas avaliações internas serão realizadas normalmente nas escolas. Caso não tenham retornado até o final do bimestre, o docente poderá lançar mão de ferramentas digitais ou mesmo material impresso e demais recursos para a realização das atividades avaliativas, conforme o contexto de aprendizagem de sua classe/turma. No caso de avaliações impressas, os responsáveis pelos estudantes poderão retirar a avaliação na escola, e em um prazo combinado com a escola devolvê-la preenchida.

- **AAP (Avaliação de Aprendizagem em Processo):** as AAP do 1º bimestre já foram enviadas para as Diretorias de Ensino. Indicamos que elas sejam utilizadas ao final do 1º bimestre, na última semana de maio, para diagnosticar a evolução da aprendizagem dos estudantes. Para tanto, a escola deve organizar a entrega da AAP, seguindo os protocolos de segurança para prevenir a transmissão da COVID-19, a fim de que os estudantes realizem as avaliações em suas casas, com maior segurança e tranquilidade.
 - A AAP deverá ser entregue aos responsáveis pelos estudantes, juntamente com os demais materiais didático-pedagógicos disponibilizados pela SEDUC-SP. Nesse momento, sugerimos aos gestores que orientem a esses responsáveis sobre o período de realização dessa avaliação: 25 a 29 de maio, reiterando que os estudantes farão a AAP do 1º bimestre em suas casas.
 - A AAP, além de acompanhar as habilidades previstas para o bimestre curricular, traz como novidade algumas questões relacionadas às habilidades de percurso – que são aquelas essenciais para o desenvolvimento do aprendizado ao longo das diversas etapas do ensino e fundantes para o ano escolar em



curso. Uma análise do docente para a AAP pode oferecer importantes subsídios para as ações pedagógicas, seja em âmbito presencial ou não presencial.

- No contexto atual, os professores podem utilizar o instrumento de avaliação como uma referência para planejar as atividades não presenciais que serão oferecidas.
- É importante que o docente e a escola engajem os estudantes para a realização desta atividade com bastante dedicação para que ações mais assertivas ao desenvolvimento da aprendizagem possam ser planejadas e realizadas.
- Por tratar de atividade que envolve itens de múltipla escolha, em sua maioria, o docente pode solicitar aos estudantes que esbocem a resolução das questões ou realizem uma memória dos procedimentos e recursos utilizados para responder à AAP.
- **Instrumentos para verificação do avanço nas aprendizagens de forma discursiva:** considerando as dificuldades logísticas de realização de provas escritas, uma alternativa que pode ser utilizada dependendo dos recursos disponíveis pelas escolas e estudantes é a verificação da aprendizagem virtualmente de forma oral.
- **Instrumentos para observação da participação e engajamento:** no caso de turmas em que todos os estudantes tenham acesso ao Centro de Mídias SP ou a plataformas online para assistir a aulas ao vivo, a participação dos estudantes durante as aulas pode ser considerada para compor as notas do bimestre. Além disso, pode haver incentivos para estudantes que se dispuserem a ajudar seus colegas. No caso de atividades não digitais, também cabe considerar o esforço, a autonomia e a responsabilidade do estudante no desenvolvimento e na entrega das atividades avaliativas.
- **Autoavaliação:** considerando a importância da autonomia dos estudantes na realização das atividades não presenciais, a autoavaliação pode ser um instrumento importante a ser utilizado.



Essas são algumas sugestões de instrumentos de avaliação que, no entanto, não esgotam as possibilidades que podem ser utilizadas pelas escolas.

Considerando o princípio da equidade, é essencial que as atividades e avaliações contabilizadas como nota sejam aquelas amplamente disponíveis para todos os estudantes da classe/turma, para que nenhum seja prejudicado por não ter acesso a computador, internet ou outros recursos. As atividades avaliativas devem, deste modo, ser ajustadas ao contexto de aprendizagem de cada classe/turma para o atendimento de **todos** os estudantes.

Caso haja estudantes que não consigam acessar os recursos para a realização das atividades não presenciais, será essencial que não sejam prejudicados por isso. Para que possam ter suas aprendizagens garantidas e avaliadas, no retorno das atividades presenciais, esses estudantes terão oportunidades de realizar atividades, receber aulas de recuperação e reforço e realizar avaliações a serem contabilizadas em suas notas.

Plataformas digitais podem ser utilizadas de forma complementar para a aprendizagem dos estudantes, assim como o acompanhamento da sua evolução por meio delas. No entanto, é importante que não contabilizem na nota se nem todos os estudantes da turma tiverem acesso.

Assim sendo, é importante que o docente utilize várias formas de avaliação para o atendimento das necessidades de aprendizagem dos estudantes e considere a realidade em que a escola se insere.

Compete ao docente manter atualizados os registros de desempenho nas avaliações para fins de acompanhamento pedagógico, tomadas de decisão quanto a retomadas e avanços da aprendizagem, diagnóstico para as ações pedagógicas no retorno às atividades presenciais e para fins de regularização da vida escolar do estudante.

É importante que a equipe gestora da escola apoie o docente para a realização das atividades avaliativas, bem como para a prática dos registros



em avaliação.

4.6. Formação

A partir da semana do dia 27 de abril a rotina de realização dos HTPCs será retomada. É fortemente indicado que isso aconteça mediante teletrabalho.

Os professores que porventura não dispuserem de recursos digitais próprios para tal poderão ir até a escola para que possam realizar suas atividades, desde que observadas as normas de segurança já abordadas neste documento.

A Equipe Técnica de Coordenadores da SME Ilhabela apoiará as equipes das escolas. Mas, é fundamental que as unidades escolares elaborem orientações a partir das necessidades/realidades das escolas sob a sua circunscrição, assim como os Coordenadores assumam liderança dos HTPCs de suas escolas e efetuem os registros das pautas de HTPC.

A EFAPE realizará, também, formações cujos conteúdos versarão sobre as possibilidades de uso do Centro de Mídias (não só nesse período de isolamento social, mas de forma perene).

Site da EFAPE: www.escoladeformacao.sp.gov.br

4.7. Atendimento Especializado - Educação Especial

Com vistas a garantir a continuidade da aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial, é essencial que o educador tenha como ponto de partida a redefinição das expectativas de aprendizado, considerando as demandas específicas de cada um dos alunos, com foco em suas potencialidades, e realize a revisão e reorientação do planejamento de atividades, com estratégias pedagógicas diversificadas, articuladas às competências, habilidades e adaptações curriculares, atentando à importância da flexibilização do currículo, a fim de dar continuidade ao desenvolvimento dos estudantes.

Dessa forma, embora o responsável pelo planejamento seja o **professor**



da sala regular, ressalta-se que deve haver uma tarefa colaborativa com a participação de outros agentes da rede escolar, das famílias e estudantes.

Nesse contexto, o **professor que atua no Atendimento Educacional Especializado- AEE**, sob a forma de Sala de Recursos exerce um papel significativo em orientar os professores da sala regular quanto à adaptação curricular e dos roteiros de estudos para os estudantes. Além disso, têm o papel de elaborar as atividades referentes ao próprio atendimento especializado, dando continuidade ao trabalho realizado, com vistas ao desenvolvimento de habilidades gerais e/ou específicas de cada educando, conforme suas necessidades.

Desse modo, ao alunado público-alvo da Educação Especial, que realiza o Atendimento Educacional Especializado-AEE em Sala de Recursos, serão propostas, além dos roteiros de estudos curriculares elaborados pelo(s) docente(s) que atua(m) no turno regular, atividades de estimulação elaboradas pelo professor especializado - acompanhada de orientação aos pais e/ou responsável para auxílio na execução do proposto. Ressalta-se que os roteiros e atividades devem ser entregues com a mesma periodicidade do ensino regular, e devem indicar o tempo de execução. O professor especializado deverá também manter um canal digital para que os pais/responsáveis possam ter esclarecimentos em caso de dúvidas. Os profissionais do CAPI poderão auxiliar as escolas e as famílias nessas demandas com orientações por teletrabalho.

Seguindo as mesmas diretrizes utilizadas para a disponibilização dos roteiros aos alunos sem deficiência, a equipe gestora deve assegurar que todos os alunos tenham acesso às atividades propostas para serem realizadas remotamente, disponibilizadas por meio digital ou impressas.

Para promover a equidade, será essencial a adoção de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, tendo seu tempo de aprendizagem e métodos adaptados a sua realidade. Assim, será essencial que **os professores apoiem os estudantes, com vistas a contemplar o desenvolvimento das aprendizagens realizando as adaptações**



curriculares necessárias, bem como orientem os pais/responsáveis dos alunos quanto à importância do papel que exercem na educação de seus filhos e na mediação da aprendizagem.

Para apoiá-los nesse processo, os profissionais da educação podem acessar o material disponível neste [link](#), que indica **estratégias e categorias de adaptações curriculares de grande porte**.

Nesse processo é fundamental que a escola mantenha o apoio pedagógico a distância, bem como realize o registro de todas as etapas desenvolvidas em portfólio.

Ressalta-se que a família, sempre, deve ser aliada dos estudos e da formação social dos alunos público-alvo da Educação Especial. Neste momento de isolamento social, torna-se necessária a orientação, pelos professores e equipe multidisciplinar do CAPI, aos pais e/ou responsáveis da importância do:

- **Uso de objetos/elementos para adaptar atividades:** incentivar que a família, durante a contação de histórias, criação de jogos, realização de atividades físicas e outras ações, utilize da criatividade e de materiais reutilizáveis presentes no lar. Exemplo: prendedor de roupa, rolo de papel higiênico, rolo de guardanapo, jornais, revistas, folhas de sulfite, tampas de garrafa, bolas de tecido e outros, **mas sempre com a supervisão/mediação de um adulto, no momento da atividade, a fim de evitar riscos à segurança do discente**.

A fim de auxiliar os professores e familiares, sugere-se o **Guia do Brincar Inclusivo - Projeto Incluir Brincando**, iniciativa da Vila Sésamo e do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, com sugestões de brinquedos, brincadeiras e jogos inclusivos. O acesso ao material pode ser realizado por meio do material disponível neste [link](#). Também recomenda-se o acesso ao site [Diversa](#), do Instituto Rodrigo Mendes, que dispõe de dicas de materiais pedagógicos acessíveis.



4.8. Modalidades

As modalidades educacionais devem seguir as mesmas diretrizes indicadas para todas as escolas da rede, consignadas neste documento, resguardando as especificidades do público e do atendimento, sendo:

4.8.1 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Considerando as especificidades de organização didático-pedagógica do curso de Educação de Jovens e Adultos, notadamente quanto à semestralidade dos termos, torna-se primordial que o professor, com base no planejamento do curso, elabore roteiros que dêem continuidade aos objetos de conhecimento, competências e habilidades previstas para o semestre.

Seguindo as orientações já apresentadas neste documento, destaca-se que as atividades devem ser adequadas ao público jovem e adulto, garantindo que estejam de acordo com as especificidades da modalidade. Neste sentido, estes roteiros devem basear-se no Currículo Oficial do Estado de São Paulo e no Plano de Ensino da classe.

Conforme já consignado, os docentes da EJA devem conhecer o perfil de suas turmas, a fim de verificar quais recursos os estudantes têm disponíveis para o desenvolvimento das atividades, bem como se possuem facilidade de acesso às mídias digitais. A partir disso, devem ser pensados quais recursos serão mais significativos para os discentes realizarem seus estudos, podendo contemplar nos roteiros elaborados materiais impressos, plataformas digitais, canal de televisão, aplicativo ou site do Centro de Mídias, etc.

Nesta via, ressalta-se que o aplicativo do Centro de Mídias e o canal TV Educação disponibilizarão conteúdos específicos para a EJA, das 20 às 21:30, que podem ser indicados como subsídio aos estudos dos educandos. A critério dos docentes, aulas disponíveis para o regular também poderão ser utilizadas como complemento dos roteiros elaborados, desde que os professores realizem a adequação e a contextualização do conteúdo para a Educação de Jovens e Adultos.

A plataforma digital [Stoodi](#), embora não tenha conteúdos específicos



para a EJA, também é possível ser indicada nos roteiros, uma vez que oferta uma grande variedade de objetos de conhecimento e exercícios. Orienta-se, no entanto, que o professor da EJA selecione os conteúdos e atividades que estejam de acordo com o seu planejamento, adequando-as, complementando-as e contextualizando-as de acordo com as características dos educandos.

Outros materiais pedagógicos próprios para a modalidade podem ser utilizados para consulta e disponibilização, como:

- [Coleção Cadernos da EJA - MEC](#)
- [Materiais didáticos da Coleção ENCCEJA para os Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio da EJA](#)

Importante consignar que os materiais e recursos aqui sugeridos devem servir de apoio à organização das habilidades e competências planejadas pelos professores e não como direcionamento do planejamento docente.

Assim como ocorre nas aulas presenciais, os roteiros devem propiciar a contextualização das aprendizagens, de acordo com o cotidiano dos alunos. Neste sentido, os objetos do conhecimento devem ser contextualizados. No caso específico da EJA, em que os estudantes são, antes de tudo, cidadãos trabalhadores com experiências acumuladas durante a vida, torna-se imperativo que no trabalho pedagógico sejam respeitados os conhecimentos já constituídos, bem como, sejam incorporados aos conteúdos escolares, notadamente, aos temas relacionados ao mundo do trabalho. Sugere-se, especialmente, abordagens das temáticas disponíveis no [link](#). Entretanto, cabe ao professor, que tem o conhecimento das especificidades da turma, indicar a temática que melhor está relacionada ao contexto de seus alunos.

Neste sentido, as temáticas propostas nos roteiros, conectadas ao cotidiano dos alunos, possibilita que os objetos de conhecimento estejam contextualizados em cenários que mobilizem o interesse dos alunos, com a valorização dos seus saberes prévios e acenem com novas perspectivas sobre a realidade.

Os métodos de estudo também devem ser trabalhados durante esse período em que as aulas ocorrerão a distância, uma vez que ajudarão os estudantes jovens e adultos a organizarem sua rotina de estudos remotos.



Espera-se que tais métodos auxiliem a aprendizagem dos estudantes e facilitem a compreensão dos conteúdos, garantindo que os educandos, por seu próprio progresso, sejam estimulados a reservar um período do dia para cumprimento das atividades propostas nos roteiros. Assim, sugere-se que os professores disponibilizem orientações aos alunos de como destacar as ideias principais dos textos ou videoaulas, fazer fichamentos e anotações de síntese, organização de mapa conceitual ou esquemas, entre outras dicas, de acordo com a atividade proposta.

Importante destacar que este trabalho não é somente do professor de Língua Portuguesa, uma vez que outras disciplinas também podem se valer de orientações de estudos para melhor compreensão de artigos, reportagens, gráficos, vídeos, etc.

A seguir, sugere-se alguns links que podem auxiliar nesta complementação dos roteiros:

- [Exemplo de orientação sobre os métodos de estudo e pesquisas](#)
- [“Por que e como aprender a produzir anotação de texto oral?”](#)
- [“Estudar: Como se aprende?”](#)

Ademais, alguns estudantes da EJA podem apresentar dificuldades em acessar mídias digitais. Assim, quando os roteiros de estudos apresentarem atividades que utilizem recursos como celular, computador e até mesmo televisão, orienta-se que os professores indiquem o passo-a-passo pormenorizado para utilização da ferramenta.

Os atendimentos individuais também podem ser realizados por meios digitais (e-mail, Skype, Whatsapp, Microsoft Teams, Google Hangout, etc.). Sob o acompanhamento da equipe gestora, podem ser agendados momentos de interação coletiva, como as oficinas/atividades em grupo, desde que ocorram virtualmente.

Todas as atividades executadas pelo professor (roteiros de estudos elaborados, detalhamento de orientações individualizadas, planejamento de orientações coletivas, etc.) devem ser minuciosamente registradas (respeitando a jornada e carga horária do docente), a ser encaminhado à equipe gestora escola para controle da frequência, durante este período.



4.8.2 Comunidades Tradicionais

Tendo em vista o contexto das Comunidades Tradicionais é de suma importância que os docentes, juntamente com a equipe gestora, reflitam e incluam a diversidade presente entre esses estudantes nos roteiros de estudos. Sugerimos ainda que os educadores reflitam e reorganizem o planejamento de forma que diversifiquem suas práticas em consonância com as necessidades específicas de cada realidade escolar.

No caso dos professores das escolas tradicionais, sugerimos que os roteiros de estudo dialoguem com a realidade dos estudantes, valorizando os conhecimentos socialmente construídos por eles, articulados à socialização dos saberes científicos. O Currículo Paulista e o Plano de Ensino são também o ponto de partida para a elaboração desses roteiros.

Nas comunidades tradicionais em que os estudantes possuem acesso ao aplicativo do Centro de Mídias e/ou a TV Cultura, sugerimos que os docentes utilizem e se apoiem também nas aulas disponíveis para enriquecer os roteiros de estudo.

Os HTPCs devem ser registrados. É fundamental que todos os docentes das escolas das comunidades tradicionais tenham acesso ao material de formação para a rede, porém, é importante que equipe gestora faça as adaptações necessárias para atender as particularidades do público.

Para o atendimento a estes públicos, considerando que as comunidades tradicionais localizam-se em regiões de difícil acesso (além das restrições de contato com esse público, por conta da pandemia), muitas vezes sem sinal à internet, a Secretaria de Educação deve certificar-se da possibilidade de encaminhar as orientações aos docentes e os roteiros de estudo aos estudantes via meio de comunicação a que as comunidades já estão habituadas a utilizar - o celular tem sido uma boa opção com o uso das redes sociais - bem como outros meios remotos diversos.

O registro de presença nas aulas será contabilizado a partir da entrega das atividades escolares semanalmente. Porém, na impossibilidade da



devolutiva semanal, os roteiros podem ser entregues no retorno das aulas presenciais, sem prejuízo no registro de frequência dos estudantes.

4.10 PEIIs

Os PEIIs seguirão as mesmas orientações gerais contidas neste documento.

Os professores poderão realizar orientação de estudos como suporte para a organização da vida escolar do estudante: podendo utilizar aplicativos. Os professores poderão fazer interações com os estudantes usando o chat para apresentar estratégias que possam ser úteis para a organização dos estudos, desde como montar a agenda de estudos até como usar técnicas para ler textos e assistir vídeos, por exemplo.

5. Acompanhamento ativo dos estudantes

Especialmente no contexto de restrições às atividades presenciais para evitar a transmissão do coronavírus (COVID-19), será essencial que as equipes das escolas, em conjunto com as famílias, proativamente busquem engajar os estudantes para que realizem as atividades escolares não presenciais e avancem em seu aprendizado.

Caso alguns estudantes não estejam participando das atividades da escola, será essencial que tomem as seguintes ações:

1. Entrar em contato com os responsáveis ou o estudante (se maior de 18 anos) para identificação do por que da não participação do estudante nas atividades escolares.
2. Explicar a importância da participação dos estudantes.
3. Buscar soluções conjuntas com os professores de forma a facilitar a participação de todos.
4. Acompanhar de forma efetiva a participação desses estudantes que apresentem maior dificuldade, oferecendo o apoio necessário.



6. Projeto Apoio

Diante do novo contexto social imposto pela necessidade de adesão às ações de combate e enfrentamento a pandemia da COVID-19 e imbuídos pelo compromisso de cuidar dos profissionais da educação a Secretaria de Educação de Ilhabela, em parceria com o CAPI, está em busca de ações que têm por principais objetivos apoiar, promover, estimular e potencializar ações de identificação e de adoção de estratégias de enfrentamento aos desafios resultantes do distanciamento social e familiar abordando as dimensões emocional, físico e profissional da vida humana.

7. Atribuições dos profissionais durante o período emergencial

Considerando o contexto de restrições às atividades presenciais nas escolas para prevenir a disseminação do coronavírus, as atribuições dos diferentes profissionais poderão ser adaptadas temporariamente, de forma a favorecer a aprendizagem, o engajamento e a participação dos estudantes e o apoio às famílias.

8. Conclusão

Esse documento orientador apresentou algumas diretrizes para apoiar as equipes das escolas municipais para favorecer a aprendizagem de nossos estudantes. No entanto, será essencial que as escolas aproveitem o trabalho que já realizaram anteriormente, e desenvolvam novas estratégias que sejam adequadas ao seu contexto.

Considerando a incerteza do momento atual, estaremos escutando a rede para que possamos aprimorar as orientações a todos, compartilharemos boas práticas que inspirem os profissionais da educação a encontrar estratégias cada vez melhores para garantir a aprendizagem de todos.



9. Anexos - Materiais de apoio

Os materiais citados ao longo deste documento estão organizados na tabela a seguir, a fim de facilitar sua localização.

Categoria	Material e link	Resumo do material e como usar
Habilidades selecionadas	Habilidades selecionadas do 1ºbimestre	Habilidades selecionadas que nortearam a elaboração dos conteúdos do Centro de Mídias SP, e podem apoiar as escolas na organização das atividades. No entanto, professores e escolas têm autonomia para progredir de acordo com o conhecimento de seus alunos e cada contexto.
Instrumento para acompanhar aulas não presenciais	Acompanhamento das aulas	Planilha elaborada pela DE de Itaquaquecetuba que pode ser utilizada pela equipe gestora das escolas para acompanhe as atividades propostas por cada professor e verifique se todos os estudantes foram alcançados.
Apoio para planos de aulas	Organização das aulas mediadas por tecnologia	Para apoiar os professores, a SEDUC elaborou orientações sobre como organizar planos de aulas mediados por tecnologias.
Orientações de estudos para alunos	Aprender a Aprender - anos finais do ensino fundamental	Material com exercícios e sugestões para apoiar os estudantes dos anos finais do ensino fundamental a aprenderem em casa.
Centro de Mídias SP	Orientações sobre como usar o Centro de Mídias SP	Documento com explicações sobre a programação do Centro de Mídias SP e como acessá-lo, seja via celular ou pela televisão.
Centro de Mídias SP	Centro de Mídias - anos iniciais e educação infantil	Documento com orientações para uso do aplicativo do Centro de Mídias para anos iniciais e educação infantil pode ser acessada por este.



Centro de Mídias SP	Perguntas e respostas CMSP	Documento que esclarece dúvidas frequentes a respeito do Centro de Mídias SP.
Plataformas digitais	Lista de plataformas digitais disponibilizadas gratuitamente	Relação de plataformas digitais foram disponibilizadas para uso gratuito pelos estudantes da rede estadual de São Paulo.
Recursos didáticos	Fascículos Aprender Sempre	Fascículos de língua portuguesa e matemática, desde o 1º ano do ensino fundamental até a 3ª série do ensino médio, a serem enviados para a realização de atividades pelos estudantes em casa.
Orientações aos pais	Orientações às famílias dos estudantes das redes estadual e municipais de São Paulo	Material voltados a ajudar as famílias a apoiarem os alunos pelos quais são responsáveis durante o período em que as atividades presenciais se mantiverem suspensas para que sigam aprendendo mesmo estando em casa e se mantenham motivados a estudar. Para isso, propõe atividades a serem realizadas com alunos de diferentes idades, adequadas a cada um, assim como orientações de como apoiar os estudantes durante esse período.
Protocolos	Protocolo de entregas	Documento com orientações a respeito da distribuição de materiais nas escolas, tomando os devidos cuidados para evitar a disseminação da COVID-19.
Livros	Práticas de leitura durante período de quarentena	Documento com sugestões de atividades para a promoção de leitura no período de quarentena.
Formação	Site da EFAPE	Site em que serão disponibilizadas formações e recursos para apoiar os professores, inclusive durante o período de quarentena.



Educação de Jovens e Adultos	Coleção Cadernos de EJA (MEC)	Destinado a etapa do Ensino Fundamental, a Coleção traz diversos textos, de diferentes gêneros e fontes, e propostas de atividades ao público jovem e adulto.
Educação de Jovens e Adultos	Exemplo de orientação sobre os métodos de estudo e pesquisas	Material de consulta para que os professores elaborem orientações que auxiliem os estudantes jovens e adultos a desenvolverem métodos de estudo.
Educação de Jovens e Adultos	Por que e como aprender a produzir anotação de texto oral?, da Profa. Dra. Walkíria Rigolon	Material de consulta para que os professores elaborem orientações que auxiliem os estudantes jovens e adultos a desenvolverem métodos de estudo.
Educação de Jovens e Adultos	Estudar: Como se aprende?	Material de consulta para que os professores elaborem orientações que auxiliem os estudantes jovens e adultos a desenvolverem métodos de estudo.
Atendimento Especializado	Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996	A LDB 9.394/96 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Sugestão de leitura: Capítulo V, da Educação Especial – artigos 58, 59 e 60
Atendimento Especializado	Decreto nº 6.571/2008	Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.
Atendimento Especializado	Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
Atendimento especializado	Adequação curricular: construindo uma escola inclusiva. Instituto Rodrigo Mendes – DIVERSA	Nesse material há a abordagem do compromisso com a inclusão educacional e informações sobre as adaptações (adequações) de acesso ao currículo e adaptações curriculares específicas.



Atendimento Especializado	Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA) Dicas para educadores.	Estratégias a serem adotadas em sala de aula para melhorar a atenção dos alunos e diminuir os prejuízos decorrentes de comportamentos hiperativos.
Atendimento especializado	Convivendo com o TEA - Cartilhas Autismo e Realidade	A instituição visa difundir conhecimento acerca do Transtorno do Espectro do Autista e auxiliar na orientação de familiares, professores e cuidadores.
Atendimento Especializado	DIVERSA educação inclusiva na prática. Instituto Rodrigo Mendes – DIVERSA	O DIVERSA é uma plataforma de construção de conhecimentos em inclusão escolar e de compartilhamento de experiências de educação inclusiva na prática.
Atendimento especializado	Bengala Legal	Vídeos com audiodescrição
Atendimento especializado	Mais Diferenças	Livros acessíveis
Atendimento especializado	Portal EBC	Contos infantis narrados em LIBRAS
Atendimento especializado	TV INES	Conteúdos em Libras para todas as idades
Atendimento especializado	TV Cultura	Programação acessível na TV aberta (com Libras e audiodescrição)